

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

WENDER DE OLIVEIRA DUTRA DA SILVA

**DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: INTERPRETAÇÃO
MARXISTA DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA ENTRE 2014 E 2016**

Porto Alegre

2022

WENDER DE OLIVEIRA DUTRA DA SILVA

**DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: EXPLICAÇÃO
MARXISTA DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA ENTRE 2014 E 2016**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Wender de Oliveira Dutra da
Dinâmica da acumulação capitalista no Brasil :
explicação marxista da crise econômica brasileira
entre 2014 e 2016 / Wender de Oliveira Dutra da
Silva. -- 2022.

91 f.

Orientador: Ronaldo Herrlein Júnior.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Taxa de lucro. 2. Superacumulação. 3.
Subconsumo. 4. Compressão dos lucros. 5. Economia
brasileira. I. Herrlein Júnior, Ronaldo, orient. II.
Título.

WENDER DE OLIVEIRA DUTRA DA SILVA

**DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: EXPLICAÇÃO
MARXISTA DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA ENTRE 2014 E 2016**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 5 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

PUCRS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

UFRGS

Prof. Dr. Leonel Toshio Clemente

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A realização do Mestrado em Economia é algo que sempre me deixou feliz e saber que o que eu escolhi para meu futuro profissional foi a decisão correta me deixa mais feliz ainda. Todavia, tiveram alguns empecilhos cuja superação somente foi possível com o suporte de todas as pessoas que estão presentes em toda minha vida ou que contribuíram de alguma maneira.

Começo agradecendo aos meus avós, Vilson e Iracema, aqueles que sempre me deram apoio, concedendo um lar para mim e para os meus irmãos e, principalmente, dando total suporte aos meus estudos. Aos dois devo muito do que passei por toda minha vida até agora e dedico total respeito e admiração. Aos meus dois irmãos, Whesley e William, por todos os momentos que passamos juntos, embora por diversas vezes estávamos brigando. Mas o que importa é que sempre estejamos unidos.

À minha mãe, Helayne, por todo suporte, carinho, paciência, atenção, conselhos e diversas outras coisas em todos os momentos da minha vida em que isso foi possível. Também agradeço ao meu padrasto, Cléber, por todo companheirismo e conversas nesses últimos anos. Ainda agradeço aos meus tios, Felipe e Vilson, e minhas tias Iraci e Kelly. Aos meus amigos de infância/adolescência, Lennon, Andrei e Andrézio.

A todos os professores e funcionários da UFRGS, por toda contribuição ao longo desse percurso acadêmico, em especial aos professores Ricardo Dathein e Alessandro Donadio Miebach, cujas aulas e comentários despertaram meu interesse em áreas que eu não conhecia ou que conhecia levemente.

Agradeço, principalmente, ao Prof. Ronaldo Herrlein Jr., meu orientador, pelo comprometimento, total confiança, paciência, compreensão e por todos os comentários sem os quais não seria possível realizar este trabalho e concluir uma etapa da minha jornada acadêmica. A ele dedico imensa admiração e respeito.

Por fim, agradeço aos trabalhadores brasileiros, que contribuíram com o início e prosseguimento do meu mestrado, e à CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual não conseguiria realizar uma pós-graduação.

Sem a presença de todas essas pessoas não seria possível alcançar o que sempre almejo. Por isso, muito obrigado!

RESUMO

Ao longo de toda a história do pensamento econômico, foram feitas diversas tentativas para identificar os motivos e as maneiras pelas quais o modo de produção capitalista se movimenta em ciclos, com fases de expansão e de crise. Um ramo desse pensamento observa as crises como consequências de modificações exógenas à acumulação capitalista. Enquanto as teorias marxistas consideram a crise a partir do próprio dinamismo interno do modo de produção capitalista. Entre estas últimas teorias, existem três vertentes: a) superacumulação de capital, b) subconsumo e c) compressão dos lucros (*profit-squeeze*). Desse modo, o objetivo é identificar as causas da crise da economia capitalista no Brasil entre 2014 e 2016, de acordo com as teorias marxistas de crise. Para a execução deste trabalho, são expostas no segundo capítulo as considerações teóricas dos autores representativos de cada uma dessas vertentes. No capítulo seguinte, para mostrar como as crises são expressas empiricamente, a categoria taxa de lucro é analisada, desde os argumentos de Marx sobre a transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro até as suas diferentes formas e métodos de cálculo. No quarto e último capítulo, ocorre uma análise da economia capitalista no Brasil, com ênfase nos elementos que compõem a taxa de lucro brasileira. Como resultado, notou-se que a taxa de lucro desse país já estava decrescendo, mesmo antes do início da crise brasileira, o que levou a valorização imperfeita do capital e contribuiu para os conflitos políticos entre as diferentes classes e no interior delas.

Palavras-chave: Taxa de lucro. Superacumulação. Subconsumo. Compressão dos lucros. Economia brasileira.

ABSTRACT

Throughout the history of economic thought, several attempts have been made to identify the reasons and the ways in which the capitalist mode of production moves in cycles, both of expansion and of crisis. One branch of this thinking sees crises as consequences of exogenous changes to capitalist accumulation. While Marxist theories consider the crisis from the very internal dynamism of the capitalist mode of production. Among these last theories, there are three aspects: a) overaccumulation of capital, b) underconsumption and c) profit-squeeze. Thus, the objective is to identify the causes of the crisis of the capitalist economy in Brazil between 2014 and 2016, according to Marxist theories of crisis. For the execution of this work, the theoretical considerations of the representative authors of each of these aspects are exposed in the first chapter. In the following chapter, in order to show how crises are empirically expressed, the category of profit rate is analyzed, from Marx's arguments about the transformation of the rate of surplus value into a rate of profit to its different forms and methods of calculation. In the third and final chapter, there is an analysis of the capitalist economy in Brazil, with emphasis on the elements that make up the Brazilian rate of profit. As a result, it was noted that the rate of profit in that country was already decreasing, even before the beginning of the Brazilian crisis, which led to an imperfect valorization of capital and contributed to the political conflicts between and within the different classes.

Keywords: Profit rate. Overaccumulation. Underconsumption. Profit squeeze. Brazilian economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento real trimestral do PIB – Brasil (2003-2019)	10
Figura 2 – Movimento da acumulação de capital.....	25
Figura 3 – Taxa de lucro secular dos Estados Unidos (% a.a.)	56
Figura 4 – A taxa de lucro no Brasil (%): 1953-2003	57
Figura 5 – Participação percentual da indústria de transformação no PIB brasileiro (eixo esquerdo) e na indústria de transformação do mundo (eixo direito), em 1970-2015.....	60
Figura 6 – Salário-Mínimo (eixo esquerdo) e Taxa de Desemprego (eixo direito) brasileiros entre 1995 e 2015	62
Figura 7 – Empréstimos às famílias (indivíduos) como porcentagem do PIB, 1988-2010.....	63
Figura 8 – Participação do crédito consignado no crédito pessoal total, em 2004-2017	65
Figura 9 – Índice de termos de troca no Brasil (2003-2014), base 2006 = 100	66
Figura 10 – Preços internacionais dos combustíveis e das commodities primárias exceto combustíveis (eixo esquerdo, base 2010 = 100) e Saldo em Transações Correntes, em US\$ milhões (eixo direito)	67
Figura 11 – Relação entre a taxa de lucro líquida e as taxas de crescimento do investimento e do PIB, 2000-2016.....	69
Figura 12 – Componentes da taxa de lucro (1996-2016), base 1º trimestre de 1996 = 1	71
Figura 13 – Taxa de juros SELIC (eixo esquerdo) e taxa de câmbio (eixo direito) brasileiras, em % (2003-2017).....	73
Figura 14 – Parcela do lucro (eixo direito) e parcela do salário (eixo esquerdo) brasileiras, em %, 2000-2015	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Decomposição da taxa de lucro líquida, média anual em % (2003-2016)	70
Tabela 2 – Média anual da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, em % (1997-2014)	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	TEORIAS MARXISTAS DE CRISE.....	13
2.1	A TEORIA DE ROSA LUXEMBURGO.....	13
2.2	OS ARGUMENTOS DE PAUL SWEEZY	18
2.2.1	Crises ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro	19
2.2.2	Crises de realização	21
2.3	O ENTENDIMENTO DE HENRYK GROSSMAN.....	22
2.4	A HIPÓTESE DO PROFIT-SQUEEZE.....	29
3	NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A TAXA DE LUCRO E SEU CÁLCULO EMPÍRICO.....	33
3.1	FORMAS DE CALCULAR A TAXA DE LUCRO	35
3.1.1	Cálculos da taxa de lucro para a economia brasileira.....	41
3.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MÉTODOS DE CÁLCULO DA TAXA DE LUCRO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	50
3.2.1	O profit-share.....	51
3.2.2	A utilização da capacidade instalada	51
3.2.3	O estoque de capital fixo	52
4	A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	55
4.1	GOVERNOS LULA (2003-2010).....	59
4.2	GOVERNOS DILMA (2011-2016)	72
5	CONCLUSÃO.....	81
	REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

As teorias econômicas que explicam as causas das crises no modo de produção capitalista seguem determinadas direções, a depender do referencial teórico adotado. Alguns economistas seguem a linha na qual as crises decorrem de modificações exógenas à acumulação capitalista, que é interrompida do seu caminho “normal” de valorização do capital. Outros tentam explicar os fatores que levam à crise do modo de produção capitalista a partir de seu próprio dinamismo interno e como consequência da acumulação de capital, como é o caso daqueles que têm como base teórica as teorias marxistas de crise.

Essas últimas teorias possuem diferentes vertentes, que podem ou não se complementar e que muitas vezes derivam de uma tentativa de encontrar uma “teoria de crise” nos próprios escritos de Karl Marx, o que poderia validar as ideias de uma vertente e invalidar as outras. A pluralidade de interpretações marxistas da crise pode ser decorrente da própria ausência de definição em Marx acerca dos motivos das crises. Marx preocupou-se em examinar a natureza do capital e como ele se reproduz. No exame da reprodução do capital, Marx evidenciou as diferentes dificuldades pelas quais o capital perpassa ao tentar se valorizar – dificuldades estas que advém da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção predominantes.

É a partir dessas dificuldades que as vertentes das teorias marxistas de crise se diferenciam, cada uma tentando focar em um ou mais aspectos das explicações acerca da interrupção da reprodução do capital. Entre essas vertentes, existem aquelas que enxergam a crise como uma parte fundamental de um processo que levaria à revolução, pois sua consequência seria o colapso do modo de produção capitalista e sua substituição por uma forma superior, e outras que compreendem a crise como um momento em que a acumulação capitalista arrefece, mas a partir das dificuldades em sua continuidade, tenderá a se restabelecer. Todavia, essa ambivalência, que é encontrada nos escritos de Marx, não é uma confusão teórica e sim uma característica das diferentes formas de manifestação do capital e sua reprodução, que é inerentemente contraditória e, em parte, indeterminada.

Entre essas teorias marxistas, as vertentes podem ser divididas conforme as causas da crise:

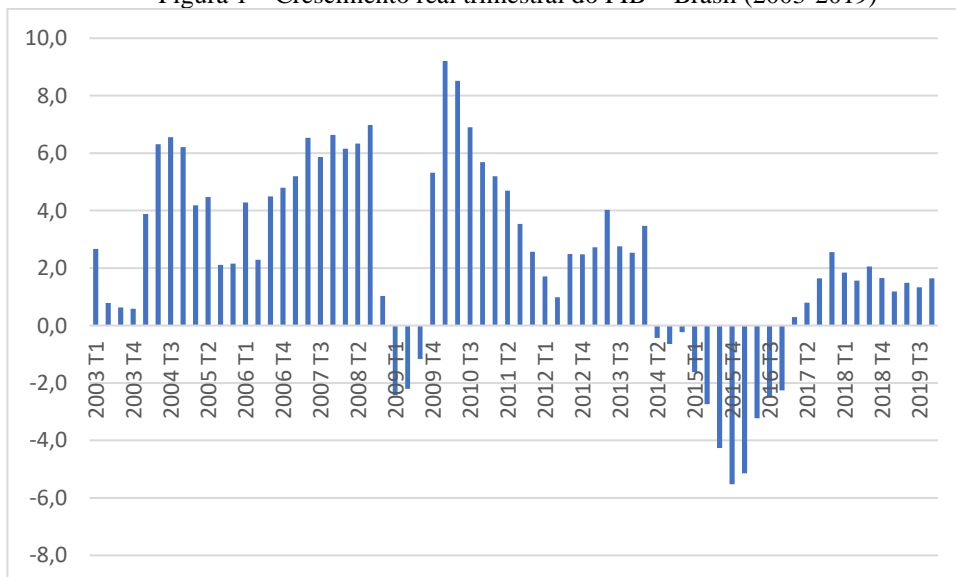
- a) subconsumo;
- b) superacumulação de capital e
- c) hipótese da compressão dos lucros (*profit-squeeze*).

Para cada uma dessas vertentes, este trabalho apresentará os argumentos principais, com base em pelo menos um autor representativo de cada vertente. Para a primeira vertente, são utilizados os argumentos de Luxemburgo (2021) e Sweezy (1983). Sobre a segunda, a teoria exposta é elaborada por Grossman (1992). Enquanto a terceira vertente baseia-se nos argumentos de Bauer, Itoh e Goodwin.

Assim, o propósito deste trabalho é, com base nas explicações marxistas sobre as causas das crises do modo de produção capitalista, identificar os problemas que obstaculizaram o prosseguimento do processo de acumulação de capital da economia brasileira na década de 2010, buscando encontrar maior ou menor conformidade com essas vertentes explicativas. Em outras palavras, este trabalho tenta expor quais são as causas da crise da economia capitalista no Brasil entre 2014 e 2016, de acordo com as teorias marxistas de crise.

A partir da observação dos dados empíricos sobre o crescimento do PIB brasileiro entre 2000 e 2018, expostos no gráfico da Figura 1, fica evidente sua desaceleração a partir da segunda década do atual milênio, em comparação com a primeira década – embora em 2009 tenha ocorrido uma redução desse crescimento, em consequência da crise econômica mundial de 2007-2008. Além do mais, percebe-se uma abrupta contração desse crescimento logo a partir de 2014 e uma crise econômica em 2015 e 2016. Agrega-se à crise econômica a crise política verificada no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, a partir de 2014, que culminou em seu impedimento em 2016.

Figura 1 – Crescimento real trimestral do PIB – Brasil (2003-2019)



Fonte: Ipeadata (2021).

Elaboração do autor (variação real trimestral sobre mesmo trimestre do ano anterior).

Diversas interpretações tentam explicar os motivos dessa recessão. Existem aquelas que se baseiam no argumento neoclássico, em que a crise brasileira seria decorrente da intervenção do Estado, com a chamada “nova matriz econômica”, e do desequilíbrio fiscal, que não serão consideradas neste trabalho. E existem interpretações heterodoxas, que compreendem a crise como resultante da diminuição dos gastos autônomos (investimento privado e investimento do governo) em 2011 e/ou das políticas contracionistas empregadas em 2015-2016 (PINTO *et al.*, 2019).

Todavia, a visão da qual parte nosso estudo é que o modo de produção capitalista tem seu movimento determinado por leis tendenciais e, por isso, as políticas macroeconômicas (fiscal, cambial e monetária) adotadas por um determinado governo são vistas como formas de atuação sobre esses movimentos tendenciais do capitalismo e de atenuação ou intensificação dos conflitos políticos – podem intensificar ou enfraquecer, acelerar ou retardar, as tendências que já estão presentes na economia em questão.

Desse modo, não necessariamente as políticas adotadas serão as causas diretas ou determinantes da crise, como em um movimento puramente mecânico. Isso não quer dizer que essas políticas não sejam importantes; pelo contrário: a depender da ação praticada pelo Estado, os confrontos sociais podem sobrevir e repercutir nos comportamentos dos capitalistas, de modo a alterar a dinâmica da acumulação.

Além dos tipos de interpretações da crise econômica brasileira referidos, há uma abordagem de base marxista que utiliza a taxa de lucro e seus determinantes para analisar a dinâmica da acumulação capitalista. Marquetti, Hoff e Miebach (2017) são autores que investigaram a crise política e os governos do PT, utilizando a decomposição da taxa de lucro feita por Weisskopf (1979). A ideia por trás desse argumento, que não se opõe, mas vai além do argumento heterodoxo keynesiano, é que, como o objetivo da acumulação de capital é sempre a valorização cada vez maior do capital adiantado – e a atividade econômica é movida pela incessante acumulação –, uma diminuição (aumento) da taxa de lucro reduz (eleva) as expectativas de lucratividade, cujos efeitos são o decrescimento (crescimento) dos planos de investimento e a acumulação, que se refletem nos níveis de produção e emprego (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

No entanto, as explicações da crise da economia capitalista no Brasil, na segunda década do atual milênio, não se esgotaram e ainda não existe uma interpretação dominante ou mais reconhecida sobre suas causas. Para a realização do trabalho, são expostos inicialmente os argumentos dos representantes das teorias marxistas de crise e, a partir deles, identificadas as causas das crises. Esses procedimentos serão executados no segundo capítulo, o qual pode ser

entendido como o referencial teórico, que fornecerá as diretrizes para toda a investigação acerca da crise brasileira.

Após essa exposição, no capítulo seguinte, serão explicadas a transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro, com base nos argumentos de Marx, e as diferentes formas de cálculo dessa última taxa – tanto a complementação dessa taxa realizada por Germer (2022), como a versão de Weisskopf (1979). Nesse mesmo capítulo, são apresentados alguns dos estudos empíricos que se valeram, em alguma medida, da taxa de lucro (ou de outra variável que revela os rendimentos da classe capitalista) para analisar a economia brasileira e os métodos de cálculo das variáveis utilizadas pelos autores desses estudos, como o resíduo do *wage-share* para o cálculo do *profit-share*, o filtro Hodrick-Prescott (HP) para a estimação da utilização da capacidade instalada e método dos estoques perpétuos para a obtenção do estoque de capital fixo.

Dessa forma, o terceiro capítulo do presente trabalho buscou mostrar o modo pelo qual as causas das crises do modo de produção capitalista, seguindo o arcabouço teórico marxista, são expressas empiricamente, isto é, como se apresentam na realidade para a sociedade que vive nesse modo de produção e como são estudadas. Por fim, o quarto capítulo analisará a dinâmica conjuntural e estrutural da economia capitalista no Brasil, enfatizando os elementos que determinam o nível da taxa de lucro e associando-os ao desenvolvimento teórico elaborado no segundo capítulo.

2 TEORIAS MARXISTAS DE CRISE

Desde a sua ascensão e o seu posterior desenvolvimento, o modo de produção capitalista tem entrado periodicamente em crises. Mas, há algumas décadas, essa frequência tem aumentado e o desempenho econômico dos países capitalistas tem ficado aquém daquele observado no período anterior à crise estrutural do capital das décadas de 1960-1970. Na contemporaneidade, as populações dos países centrais e, principalmente, dos periféricos enfrentam também as crises sanitária e ecológica, as quais estão atreladas à dinâmica expansionista do capital.

Sob esse contexto calamitoso, urge estudar o porquê de o movimento do capital resultar em crise. Na literatura econômica, existe uma tradição que considera a crise como um fenômeno inerente e essencial ao modo de produção capitalista. Essa tradição tenta seguir a contribuição teórica de Karl Marx e é conhecida como teorias marxistas de crises. Essas últimas não pesquisam as causas da crise nos limites econômicos, psicológicos ou ecológicos, como fazem outras vertentes teóricas, mas nas relações sociais desse modo de produção e, por isso, tenta resolver esse fenômeno dentro de tais relações (CLARKE, 1994).

Justamente pelas crises serem periódicas e inerentes ao capitalismo é que as teorias que seguem a tradição de Marx ainda são importantes. Destarte, este capítulo se ocupará de expor as teorias marxistas de crise, a partir de seus autores representativos, a começar pela vertente do subconsumo. Em seguida, a vertente da superacumulação de capital será explicada e, no final, a hipótese da compressão dos lucros (*profit-squeeze*).

2.1 A TEORIA DE ROSA LUXEMBURGO

De modo geral, Luxemburgo (2021) está preocupada com os problemas surgidos no processo de reprodução do modo de produção capitalista. Para a autora, essa reprodução ocorre regularmente à medida em que as condições técnica (existência dos meios de produção necessários e das forças de trabalho necessários¹) e social (realização das mercadorias a um lucro de “tipo usual”) permitem (LUXEMBURGO, 2021).

¹ Luxemburgo (2021) mostra que o capitalista precisa i) encontrar no mercado de trabalho uma quantidade suficiente de força de trabalho à um novo adiantamento de capital e ii) da existência, no mercado, dos meios de subsistência para a manutenção e reprodução da própria força de trabalho.

Como a produção capitalista é uma produção de inúmeros produtores privados carentes de um plano regulador² e como há uma interdependência técnica entre os setores da produção, existem alternâncias periódicas de superabundância geral e escassez de mercadorias relativamente à demanda da sociedade (LUXEMBURGO, 2021). Por conseguinte, “[...] os desvios da reprodução em diversos ramos com respeito às necessidades sociais se somam numa crise geral, provocando, periodicamente, uma interrupção geral da reprodução [...]” (LUXEMBURGO, 2021, p. 23).

Abstraindo da desigualdade entre oferta e demanda, isto é, de que o preço e o valor das mercadorias são iguais, Luxemburgo (2021) mostra que a produção e a realização contínuas e crescentes de mais-valor são a finalidade e o impulso motriz da produção capitalista. Como isso só ocorre quando as mercadorias do período anterior são transformadas em dinheiro, a partir da venda, a realização das mercadorias produzidas no período de trabalho precedente é a primeira condição do processo de reprodução, para os produtores capitalistas (LUXEMBURGO, 2021).

Para que a reprodução ocorra de maneira ampliada, ou seja, para que a acumulação aconteça, são necessárias quatro condições, segundo Luxemburgo (2021). A primeira e segunda condições são, respectivamente, a produção e a realização de mais-valor. Considerando essa realização, a terceira condição é a transformação do novo capital em capital produtivo, isto é, ele precisa assumir a forma de meios de produção e força de trabalho. Cumpridas essas condições, a quarta é a transformação em dinheiro da massa adicional de mercadorias, produzida pelo novo capital.

Com exceção da primeira condição, que ocorre no próprio processo de produção, as demais condições conduzem o capitalista individual ao mercado (LUXEMBURGO, 2021). Para que a massa de mercadorias incrementadas possa ser vendida pelo capitalista individual, o mercado necessita ser ampliado cada vez mais, o que revela impotência e dependência do capitalista individual perante os outros capitalistas individuais e aos consumidores, pois o aumento da demanda de mercadorias, em geral, não dependem desse único capitalista (LUXEMBURGO, 2021).

Essas condições “[...] expressam a contradição imanente entre produção e consumo privado [...]” (LUXEMBURGO, 2021, p. 33). Nesse sentido, o problema que Luxemburgo

² No modo de produção capitalista, a grandeza do processo de reprodução é determinada pelo arbítrio e critério do capitalista individual, o qual incrementa a sua produção para que consiga apropriar uma massa crescente de mais-valor e manter sua condição de existência perante a concorrência dos outros capitais individuais (LUXEMBURGO, 2021). Nas palavras da autora, a “[...] acumulação verifica-se sem que se tenha a mínima percepção, para quem e para que novos consumidores se amplia cada vez mais a produção [...]” (LUXEMBURGO, 2021, p. 326).

(2021) discute ao longo de sua obra é identificar como o capitalista individual, na ausência de um plano regulador, consegue encontrar, em geral em progressão determinada, meios de produção, força de trabalho e mercado correspondentes à acumulação.

Na reprodução ampliada, qualquer incremento da produção se manifestará na elevação da quantidade de mão de obra empregada e na dos meios materiais de produção, tais como edifícios, instrumentos e matérias-primas (LUXEMBURGO, 2021). Mas as manifestações específicas dessa reprodução são a capitalização de uma parte do mais-valor em capital constante e capital variável, bem como um aumento a cada vez maior da parte destinada àquele capital em relação à este, em virtude do progresso técnico da produção (LUXEMBURGO, 2021).

Em sua análise do esquema marxista da reprodução ampliada, Luxemburgo (2021) expõe a dependência relativa do processo de acumulação tanto no setor de produção de meios de produção (setor I) quanto no setor de produção de meios de consumo (setor II). A acumulação do setor II sujeita-se a existência de uma grandeza equivalente de meios de produção suplementares, enquanto a acumulação do setor I necessita de uma grandeza suplementar proporcional de meios de subsistência para novos trabalhadores (LUXEMBURGO, 2021).

O cumprimento desses requisitos entre os setores é uma condição necessária, mas não suficiente para que a acumulação de capital se efetive: é necessário também o aumento da demanda com capacidade de pagamento de mercadorias; em outras palavras, a elevação da demanda com poder aquisitivo para a realização do mais-valor contido nas mercadorias (LUXEMBURGO, 2021). Nesse sentido, conforme Clarke (1994, p. 41, tradução nossa), “o problema que Luxemburgo levanta é o da fonte da demanda pelo produto crescente do capital correspondente ao aumento do mais-valor produzida [...]”³.

Para Luxemburgo (2021), a origem dessa demanda não diz respeito a procedência do dinheiro, como se a emissão dele *per se* resolvesse o problema da realização de mercadorias. Por isso, nas palavras da autora, “[...] trata-se de uma demanda efetiva, de uma ampliação para mercadorias, não das fontes de dinheiro necessárias para seu pagamento [...]” (LUXEMBURGO, 2021, p. 147).

Conforme Luxemburgo (2021), embora sob reprodução simples são os capitalistas quem consomem a massa de mais-valor, na realidade (reprodução ampliada) os capitalistas não conseguem comprar e realizar essa massa. Tampouco a classe trabalhadora é capacitada para a

³ No original: “[...] the problem that Luxemburg raises is that of the source of the demand for the increasing product of capital corresponding to the increased surplus value that has been produced [...]”.

realização do mais-valor capitalizado dos capitalistas (LUXEMBURGO, 2021). Então o problema de realização ainda fica sem solução.

Além de não serem essas duas classes que realizam o mais-valor, Luxemburgo (2021) expõe a contradição inerente ao modo de produção capitalista entre a capacidade de expansão ilimitada das forças produtivas e a capacidade limitada de crescimento do consumo social sob condições antagônicas de distribuição, à medida que ocorre a acumulação de capital. Como o objetivo dos capitalistas é a produção de mais-valor e a transformação dele em dinheiro, uma parte dele é cada vez mais destinada ao emprego de capital constante em relação ao capital variável, reduzindo o poder de consumo da sociedade.

Todavia, segundo a autora, essa contradição não é considerada no esquema de reprodução de Marx e, por isso, a crise advém, de acordo com tal esquema, pela desproporcionalidade da produção, causada pela ausência de controle social do processo produtivo, e não por essa divergência entre as capacidades de produção e de consumo da sociedade capitalista (LUXEMBURGO, 2021). O esquema descarta

[...] a profunda discrepância fundamental existente entre a capacidade de produção e do consumo da sociedade capitalista, discrepância essa gerada, justamente, pela acumulação de capital, e que é solucionada periodicamente nas crises e que impulsiona o capital a ampliar constantemente o mercado (LUXEMBURGO, 2021, p. 343).

Ademais, como defende Luxemburgo (2021), tal esquema não possui uma explicação do processo de acumulação conforme se verifica na realidade histórica, devido ao pressuposto teórico de que a produção capitalista domina o globo terrestre de forma geral e exclusiva, admitindo, portanto, somente os capitalistas e trabalhadores como consumidores. Pelo contrário, não existe uma sociedade capitalista na qual predomina exclusivamente a produção capitalista⁴ (LUXEMBURGO, 2021).

Na realidade histórica, abstraindo dos fundos de consumo dos capitalistas, para a realização do mais-valor é necessário – e esta é a primeira condição – um conjunto de compradores que seja exterior à sociedade capitalista: tal ato da circulação do capital somente se efetiva por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é anterior ao capitalista (LUXEMBURGO, 2021). Nas palavras de Clarke (1994, p. 42-43, tradução nossa):

⁴ Na época em que estava escrevendo sua obra, Luxemburgo (2021, p. 355) disse o seguinte: “[...] A produção capitalista, como tal, no final de vários séculos de desenvolvimento, só compreende uma pequena parte da produção mundial (estabeleceu-se, até agora, preferentemente, na pequena Europa, onde ainda não conseguiu dominar esferas completas, como a agricultura, o artesanato independente; grandes regiões da América do Norte e das demais partes do mundo estão também ainda intocadas)”.

[...] Luxemburgo forneceu o único fundamento teórico possível para uma teoria subconsumista da crise, em sua insistência de que somente o consumo pode fornecer o estímulo final para a reprodução ampliada do capitalismo, de modo que o capitalismo só poderia ser sustentado por fontes externas de demanda.⁵

Expondo exemplo históricos, a autora afirma que tanto o produto do setor I que excede a grandeza de capital constante demandada pelos dois setores como o produto do setor II que se sobrepõe às necessidades de consumo pessoal das classes capitalista e trabalhadora são realizados por sociedades pré-capitalistas (LUXEMBURGO, 2021). Isso cria uma interdependência entre os setores I e II e a sociedade não capitalista: à medida que o sobreproduto de um setor é realizado externamente, cria-se, a partir da acumulação nesse setor, uma demanda crescente de mercadorias de outro setor, incentivando a realização de mais-valor deste e aumentando a acumulação (LUXEMBURGO, 2021).

As sociedades não capitalistas também fornecem os elementos materiais para a transformação do capital monetário em capital produtivo e a posterior ampliação da produção capitalista, sem os quais ela não se efetivaria (LUXEMBURGO, 2021). Tais sociedades fornecem meios de produção à essa ampliação e disponibilizam à produção capitalista os meios de consumo necessários à manutenção e reprodução da força de trabalho. Dessa forma,

[...] também é realizada fora dos meios capitalistas uma parte do capital constante e variável no produto do setor correspondente. De acordo com isso, é possível realizar tanto a ampliação da produção como a renovação de parte dos elementos de produção consumidos com produtos de zonas não capitalistas. [...] *pele menos*, a mais-valor destinada à capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que a ela corresponde, não podem ser realizadas dentro dos meios capitalistas e, necessariamente, buscam sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista (LUXEMBURGO, 2021, p. 356, grifo do autor).

À ampliação da produção capitalista é também necessário o incremento dos trabalhadores, mas este depende da procriação natural deles, a qual não cresce em conformidade com a expansão do capital. Para Marx (2017a), a própria acumulação de capital se ocuparia desse incremento, à medida em que se formaria o exército industrial de reserva. Mas Luxemburgo (2021) argumenta que o esquema de reprodução ampliada de Marx não reconhece essa formação. Como os trabalhadores necessários à acumulação capitalista não podem ser

⁵ No original: “[...] Luxemburg had provided the only possible theoretical foundation for an underconsumptionist theory of crisis, in her insistence that only consumption can provide the ultimate spur to the expanded reproduction of capitalism, so that capitalism could only be sustained by external sources of demand”

postos de modo rápido e em quantidade suficiente pela procriação natural, eles são recrutados de sociedades não capitalistas (LUXEMBURGO, 2021).

A partir dos argumentos expostos por Luxemburgo (2021), é possível chegar a conclusão de que, inexistindo camadas e sociedades não capitalistas, que fornecem capital constante e capital variável para as economias capitalistas e realizam o mais-valor delas, o modo de produção capitalista entraria em colapso: a acumulação somente ocorre enquanto subsistem as formas de produção não capitalistas. No entanto, o erro no âmago do diagnóstico de Luxemburgo está na:

[...] sua presunção de que o estímulo à acumulação capitalista deve vir de um aumento da demanda de consumo, ignorando o fato de que a força motriz da produção capitalista não é uma demanda crescente, mas a tendência de expandir a produção sem levar em conta os limites do mercado, tendência que é imposta a cada capitalista individual pela pressão da concorrência, e que é impulsionada pela constante revolução das forças de produção (CLARKE, 1994, p. 42, tradução nossa).⁶

Desse modo, Luxemburgo errou ao ignorar que o estímulo a produção de mercadorias é a busca de valorização de capital, cuja mensuração aparece para os capitalistas na forma da taxa de lucro e não pelo mais-valor, o que acaba por ocultar a origem desse excedente. Além disso, sob a pressão da concorrência, os capitalistas individuais tentam se apropriar cada vez mais de uma maior parte da massa de mais-valor – a produção e apropriação do excedente não são necessariamente iguais para esses capitalistas –, através da adoção de técnicas que barateiam as mercadorias e permitam a obtenção de lucro extraordinário. Portanto, tem-se uma tendência de a produção crescer sem necessariamente considerar os limites do mercado.

2.2 OS ARGUMENTOS DE PAUL SWEEZY

De acordo com Sweezy (1983), as crises são fenômenos que dependem em diferentes proporções de muitas forças econômicas. A possibilidade formal de uma crise advém de qualquer interrupção do processo de circulação, que pode começar uma redução nesse processo, originando a superprodução e que se refletirá na diminuição da produção (SWEEZY, 1983).

Como o objetivo da classe capitalista é a maximização da taxa de lucro, uma redução desta abaixo de seu nível considerado habitual é suficiente para induzir os capitalistas a reterem

⁶ No original: “[...] her presumption that the spur to capitalist accumulation must come from an increased consumption demand, ignoring the fact that the driving force of capitalist production is not a growing demand, but the tendency to expand production without regard to the limits of the market, a tendency which is imposed on each individual capitalist by the pressure of competition, and which is driven by the constant revolutionising of the forces of production”.

seu capital em forma-dinheiro – não realizarem reinvestimento de seu capital – até o período em que tenham condições mais favoráveis. Enquanto tais condições não se apresentem, o processo de circulação é continuamente interrompido, engendrando uma crise e a superprodução. Ou seja, a interrupção do processo de circulação, gerada por essa redução da taxa de lucro, é a forma específica da crise (SWEEZY, 1983).

Dessa forma, conforme Sweezy (1983), a análise das causas das crises precisa ser feita em relação às forças que atuam sobre a taxa de lucro. Segundo o autor, existem dois tipos de crise: as ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro e as de realização do valor. A análise do primeiro tipo é feita a partir da investigação dos movimentos na taxa de mais-valor e na composição do capital, mantendo-se constante o sistema de valor, no sentido de que as mercadorias são vendidas pelos seus valores. No tocante ao segundo tipo, examinam-se forças que tendem a gerar uma escassez geral na procura efetiva de mercadorias; esta é entendida como uma procura insuficiente para comprar as mercadorias a uma taxa de lucro satisfatória e não de que é insuficiente para comprar todas as mercadorias ofertadas (SWEEZY, 1983).

2.2.1 Crises ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro

Esse tipo de crise exposta por Sweezy (1983) no capítulo XI foi originalmente explicada por Marx, na seção 3 do volume 3 de *O Capital*, intitulada *A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro*. De modo geral, no decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a parcela do capital empregado em capital constante tende a crescer em relação ao emprego do capital variável, o que se reflete no aumento mais rápido da composição orgânica do capital relativamente à taxa de mais-valor e, conseqüentemente, na queda tendencial da taxa de lucro.

No entanto, Sweezy (1983) efetuou duas críticas a lei da queda tendencial da taxa de lucro. A primeira refere-se à “suposição” de uma taxa de mais-valor constante, que não compensa proporcionalmente o crescimento da composição orgânica do capital na equação da taxa de lucro. Conforme, na realidade, esse crescimento é equivalente à elevação da produtividade do trabalho, cuja consequência é a formação de um exército industrial de reserva, que exerce pressão para os salários decrescerem e, portanto, tende a aumentar a taxa de mais-valor. Destarte, valendo-se de procedimentos matemáticos, o autor afirma que se tanto o numerador quanto denominador da equação da taxa de lucro são variáveis, a direção na qual se modifica é indeterminada.

A segunda crítica é referente ao pressuposto de que as mudanças na taxa de mais-valor são menores que as mudanças na composição orgânica do capital e, por isso, a suposição feita

por Marx de “[...] uma constante taxa de mais-valor poderia ser considerada como um recurso útil para focalizar a atenção no elemento mais importante da situação, e o tratamento das modificações na taxa de mais-valor como “causa contrabalançadora” se justificaria” (SWEEZY, 1983, p. 89). No entanto:

Essa opinião nos parece insustentável. Em termos *físicos*, é exato que a quantidade de maquinaria e material por operário tendeu a crescer numa proporção muito rápida, pelo menos no último século e meio. Mas a composição orgânica do capital é uma expressão de *valor*, e devido à crescente produtividade do trabalho, o crescimento do volume de maquinaria e material por operário não deve ser considerado como índice de modificação da composição orgânica do capital. Na verdade, a impressão geral de rapidez do crescimento dessa composição parece ser consideravelmente exagerada (SWEEZY, 1983, p. 90, grifos do autor).⁷

Essas críticas levaram Sweezy (1983), com base na obra teórica de Marx, a procurar outras causas da queda da taxa de lucro, quais sejam: 1) a diminuição da taxa de mais-valor decorrente do aumento de salários em termos de valores e 2) a impossibilidade, em determinadas conjunturas, de vender mercadorias pelos seus valores integrais. Esta última causa é referente ao segundo tipo de crise, conforme Sweezy (1983), e que será exposta posteriormente.

Enquanto a primeira causa⁸ refere-se à tendência inerente do processo de acumulação de capital de elevar a procura de força de trabalho e, portanto, o nível de salários, o argumento é que o exército industrial de reserva é uma condição necessária para colocar em movimento a massa incrementada de meios de produção decorrente do desenvolvimento das forças produtivas. Com a diminuição desse exército, resultante da própria acumulação de capital, “[...] os capitalistas são forçados a competir entre si por mais operários, os salários se elevam, a mais-valor é reduzida [...]” (SWEEZY, 1983, p. 125).

À medida que o mais-valor não é gerado em quantidade normal, é iniciada uma reação dos capitalistas: uma parte menor do capital acumulado é reinvestido, a acumulação torna-se lenta e a elevação do salário é interrompida. Essa reação não é mais nada do que a crise; a interrupção do processo de circulação, conforme Sweezy (1983)⁹.

⁷ Entretanto, conforme argumenta Carcanholo (1996, p. 43), essa citação “[...] é a prova definitiva que Sweezy não entendeu a diferença entre o efeito da produtividade sobre o valor total e o efeito dela sobre o valor unitário e a quantidade de valores de uso produzidos [e por isso] seu entendimento da lei da queda tendencial da taxa de lucro está comprometido”. Consultar Carcanholo (1996) para uma mais detalhada crítica da crítica de Sweezy.

⁸ O argumento de Sweezy (1983) aqui exposto é semelhante àquele elaborado pela teoria do *profit-squeeze*, que será abordada ainda neste capítulo.

⁹ Essa é a lógica do que Marx (2017a) descreveu no capítulo 23, seção I do livro I de O Capital, cujo tema é a acumulação sem crescimento da composição orgânica do capital, e foi modelada por Goodwin (1982), conforme será explicado ainda neste capítulo.

De acordo com Sweezy (1983), a crise e a posterior depressão são elementos constituintes do mecanismo pelo qual é restabelecida a taxa de lucro, parcial e completamente, em seu nível precedente. A cadeia de causalidade é a seguinte: o aumento da acumulação de capital tende a esgotar o exército industrial de reserva, aumentando os salários e diminuindo o mais-valor, o que provoca a reação em forma de crise, como exposto; essa crise torna-se depressão; essa aumenta restabelece a lucratividade e prepara o recomeço da acumulação, por meio do aumento desse exército e pela depreciação dos valores de capital.

2.2.2 Crises de realização

A crise de realização, para Sweezy (1983, p. 129), ocorre se a queda da taxa de lucro for resultante da impossibilidade de os capitalistas realizarem todo o valor das mercadorias que produzem. Segundo esse autor, existem dois tipos de crise de realização: 1) as causadas pela “desproporção” entre os diversos ramos de produção e 2) as geradas pelo “subconsumo” das massas (SWEEZY, 1983).

Sobre as crises causadas pela desproporção, cujas raízes estão no “[...] caráter anárquico, não-planificado, da produção capitalista [...]” (SWEEZY, 1983, p. 130), o autor discorre:

[...] Se todas as mercadorias fossem vendidas pelos seus valores, isso significa que as proporções relativas nas quais os vários artigos foram produzidos estariam “corretas”. Mas as proporções corretas não são conhecidas *a priori* pelos capitalistas, nem determinadas num plano geral. Cada capitalista produz para um mercado cujo âmbito só pode estimar com base em conhecimento muito incompleto, disso resultando que ora “muito pouco”, ora “demais” é produzido. A escassez ou o excesso se reflete nos preços de venda superiores ou inferiores aos valores. Uma tendência compensadora entra então em funcionamento; a produção de mercadorias que eram vendidas abaixo do valor se reduz, ao passo que a produção de mercadorias que eram vendidas acima do valor se amplia. Se as condições (métodos de produção, necessidades dos consumidores, produtividade do trabalho etc.) não se modificassem, eventualmente as proporções corretas seriam descobertas, depois de erros e tentativas, e a partir de então todos os preços de venda corresponderiam aos valores. Na prática, porém, as condições se modificam continuamente, de forma que a conformidade dos preços de venda com os valores é, na melhor das hipóteses, aproximada e temporária (SWEEZY, 1983, p. 129).

O principal expoente da teoria da desproporção foi Miguel Tugan-Baranowsky, o qual não escapou das críticas de Sweezy. De acordo com Sweezy (1983), essa teoria é vulnerável por causa da sua superficialidade e da manipulação dos esquemas de reprodução realizada pelo próprio Tugan-Baranowsky.

Para dar fundamentos à sua teoria da crise causada pelo subconsumo, Sweezy (1983) vale-se de algumas citações de Marx para mostrar que o estímulo à produção é o consumo. Mas

este é restringido pelas relações sociais do modo de produção capitalista, concomitantemente ao impulso feita por elas a uma expansão ilimitada da produção (SWEEZY, 1983).

Conforme Sweezy (1983), esse modo de produção possui uma tendência imanente de aumentar mais rapidamente a capacidade da produção de bens de consumo em relação à procura desses bens. É possível que essa tendência se manifeste de duas formas: em uma crise ou em uma estagnação. Sobre a primeira forma, a produção de bens de consumo e/ou a produção de capacidade adicional serão reduzidas quando a oferta supera a produção em preços normalmente lucrativos. Em relação à segunda, devido a existência de recursos produtivos ociosos, é redundante produzir capacidade adicional.

Como o objetivo dos capitalistas é o enriquecimento e para isso precisam conseguir lucro, através do aumento e aperfeiçoamento dos meios de produção em relação aos trabalhadores, e acumular a maior parte dele, a taxa de crescimento do consumo diminui em comparação com a taxa de crescimento dos meios de produção (SWEEZY, 1983).

Além disso, como a essência do modo de produção dificulta pelo menos uma estabilidade na razão taxa de crescimento da produção de bens de consumo/taxa de crescimento dos meios de produção, verifica-se a existência de uma tendência intrínseca para o crescimento do consumo retardar-se em comparação ao crescimento da produção de bens de consumo (SWEEZY, 1983).

A desproporção entre o crescimento da procura de bens de consumo e o crescimento da capacidade de produção desses bens faz o subconsumo ser uma circunstância especial da desproporção, mas que não deriva do caráter anárquico do modo de produção capitalista, e sim de sua essência em produzir sem levar em conta o consumo (SWEEZY, 1983).

2.3 O ENTENDIMENTO DE HENRYK GROSSMAN

O objetivo de Grossman (1992) é mostrar de que maneira, a partir da essência do modo de produção capitalista, o processo de reprodução capitalista se manifesta em movimentos cíclicos, de expansão e declínio, e como o modo de produção capitalista entra em colapso. Para revelar que as crises advêm da natureza do capital, Grossman (1992) pressupõe que os preços das mercadorias são iguais aos seus valores e abstrai do crédito e da concorrência. Ou seja, mostra que as crises são possíveis mesmo desconsiderando os movimentos dos preços e do crédito.

Ainda mais, Grossman (1992) abstrai algumas questões por considerá-las secundárias. Por exemplo, os juros e suas flutuações são descartados de sua análise, visto que ele está

preocupado com uma massa de mais-valor que ainda não foi dividida. Os preços em ascensão, seja da força de trabalho, seja dos meios de produção, também são descartados, por considerar que as mercadorias são vendidas por seus valores. Mesmo que o crescimento dos custos de produção ameace a lucratividade e possa intensificar a crise, ele não gera a crise *per se*, mas só acelera a formação desta (GROSSMAN, 1992). Para o autor, não obstante essas abstrações, o processo de acumulação de capital é interrompido e a crise surge, o que significa que sua emergência é independente dos movimentos dos preços.

Para expor seus argumentos, Grossman (1992) parte do esquema de reprodução proposto por Bauer¹⁰. Esse esquema, cujos departamentos são os mesmos que os apresentados no Livro II d'O Capital, possui estes pressupostos:

- a) progresso técnico, representado numa composição orgânica crescente;
- b) crescimento dos capitais constante e variável em 10% e 5%, respectivamente;
- c) uma parcela mais do mais-valor é destinada para a acumulação, mesmo que o consumo individual dos capitalistas aumente em termos absolutos;
- d) os dois departamentos aplicam a mesma proporção do mais-valor à acumulação e
- e) o movimento da taxa de lucro está em conformidade com a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Nesse esquema, embora caia percentualmente a parcela do mais-valor destinada ao consumo individual dos capitalistas, ela cresce em termos absolutos durante a acumulação de capital. A taxa de lucro cai, mas a massa absoluta de lucro cresce, à medida que essa acumulação ocorra mais rapidamente do que a queda dessa taxa (GROSSMAN, 1992).

A acumulação prossegue em ritmo acelerado durante os anos considerados naquele esquema; o capital constante também cresce, alcançando 82,9% do produto anual de valor no ano 35, sendo que no ano inicial ele correspondia somente a 50%. Enquanto o consumo capitalista atinge seu pico no ano 20, diminuindo relativa e absolutamente no ano 21 em diante, alcançado seu nível mais baixo no ano 34 e desaparecendo no ano 35 (GROSSMAN, 1992).

¹⁰ Grossman (1992) chama a atenção ao mostrar que esse esquema pode refletir só o lado do valor do processo de reprodução, mas o valor de uso não. No capítulo 3, esse autor expõe a importância do valor de uso como forma de retardar a crise ou adiar o colapso do modo de produção capitalista. Em síntese, como a massa do capital cresce mais aceleradamente em valor de uso do que em valor e como o emprego do trabalho vivo não depende do valor e sim da massa dos elementos de produção, para empregar a população ativa em certo nível, um capital muito inferior seria suficiente. Assim, os incrementos da produtividade do trabalho, que desvaloriza o capital existente, e o crescimento de valores de uso a eles associados reagem como se a acumulação de valores estivesse em uma fase inferior, devida a essa desvalorização, e por isso eles representam um processo de rejuvenescimento econômico – a acumulação é prolongada. Tudo isso decorre do duplo caráter do trabalho: trabalho abstrato e concreto.

Nesse sentido, para continuar acumulando conforme o pressuposto (ii), a classe capitalista não conseguirá dedicar uma parte do mais-valor ao seu consumo. Além disso, no ano 35, faltam 11.509 de mais-valor para continuar a acumulação na forma de capital variável, de acordo com esse mesmo pressuposto, e o valor total produzido pelo departamento de bens de consumo é insuficiente para absorver o crescimento da população (GROSSMAN, 1992).

A partir desse ano, a acumulação não seria mais viável: as receitas de vendas de mercadorias cobririam somente os custos e o pagamento dos salários e o capital superacumulado se tornaria ocioso, não funcionaria e não renderia lucros. É diferente o caso da queda da taxa de lucro na fase de superacumulação de capital do que nos períodos iniciais de acumulação, porque naquela fase a massa de lucro cai paralelamente à taxa de lucro, enquanto nestes períodos essa massa é crescente (GROSSMAN, 1992).

Destarte, a acumulação de capital é determinada pela crescente valorização do capital social e a sua valorização imperfeita é o motivo da crise – a magnitude do mais-valor disponível determina os limites da escala de acumulação. A valorização imperfeita advém da própria superacumulação de capital, porque o crescimento do mais-valor é menor que o crescimento do capital: o mais-valor é insuficiente para a continuidade da acumulação (GROSSMAN, 1992).

Por conseguinte, a crise não decorre da escassez de capital, de um cálculo equivocado, por parte dos capitalistas, do futuro estado do mercado de capitais ou da incompatibilidade entre a oferta de poupança e o cronograma de investimentos, mas de uma escassez de mais-valor. Por outro lado, existe uma superacumulação de capital já em execução, o que significa que superprodução de capital e a valorização imperfeita são conceitos correlatos que determinam um ao outro (GROSSMAN, 1992).

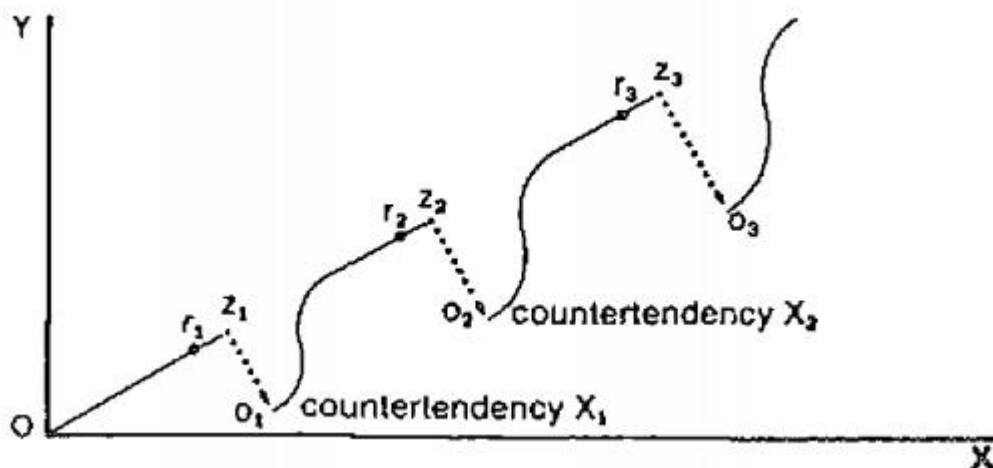
Convém salientar que Grossman (1992) destaca a importância do consumo individual da classe capitalista como um dos propósitos da acumulação de capital: se a parcela do mais-valor destinada a esse consumo diminuir e desaparecer – eliminação da renda obtida sem trabalho –, o modo de produção capitalista perderia seu caráter privado. Nesse sentido, conforme o esquema de reprodução, logo no ano 21 a acumulação teria perdido o sentido para essa classe, o que a forçaria a agir para evitar esse infortúnio.

Por isso - até mesmo antes dessa parcela cair em termos absolutos, ou seja, quando cai em termos proporcionais –, a classe capitalista deverá cortar os salários da classe trabalhadora ou desacelerar o ritmo da acumulação, cujos efeitos são: lento crescimento da acumulação em relação ao crescimento da população, menos meios de produção seriam necessários, formação do exército industrial de reserva (GROSSMAN, 1992). Destarte, seria interrompido o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, consoante Grossman (1992), a parte do mais-valor reservada à acumulação não é vendida; os estoques aumentam e, à proporção que isso ocorre, o capitalista é compelido a vender suas mercadorias a quaisquer preços para conseguir os recursos indispensáveis à preservação do funcionamento da escala existente de sua empresa. Ademais, ele é coagido a diminuir os preços e sua escala de produção, sua escala de operações é reduzida ou ele encerra suas atividades – diversas empresas decretam falência e são desvalorizadas, aumentando o nível de desemprego. Por isso, os preços em queda não são a causa da estagnação, somente sua consequência.

Ilustrando por meio da Figura 2, Grossman (1992) expõe o movimento da acumulação de capital: a alteração periódica e cíclica das fases de expansão e quebra. A acumulação prossegue seu percurso sem problemas na valorização do capital até o ponto r_1 , no qual inicia a superacumulação. No ponto z_1 a quebra da acumulação se estabelece, se manifestando na forma de uma grande desvalorização do capital – representada pela linha tracejada $z_1 - O_1 -$, que é uma consequência lógica necessária de sua valorização insuficiente. A partir dessa desvalorização, o capital superacumulado será diminuído à grandeza necessária à sua valorização normal e a acumulação retomará em uma base ampliada e dentro de certos limites, por exemplo, $O_1 - r_2$ (GROSSMAN, 1992).

Figura 2 – Movimento da acumulação de capital



Fonte: Grossman (1992).

Nota: o eixo "X" representa a trajetória da valorização de capital, enquanto o eixo "Y" indica o tempo.

A desvalorização de capital nesse caso pode ser vista como um processo de restauração da acumulação de capital, uma maneira na qual o equilíbrio, no sentido de uma valorização normal, é restabelecido novamente, embora de modo forçado e com perdas (GROSSMAN, 1992). Todavia, os mesmos movimentos dessa acumulação se repetem, em uma base ampliada:

na trajetória $0_1 - r_2$, o capital é acumulado sem problemas na sua valorização, mas a partir do ponto r_2 ele é superacumulado e no ponto z_2 a quebra da acumulação novamente se estabelece, se manifestando na forma de uma grande desvalorização do capital, a qual é representada pela linha tracejada $z_2 - 0_2$, e assim por diante (GROSSMAN, 1992).

De acordo com Grossman (1992, p. 132, tradução nossa)¹¹:

[...] Em z_1, z_2 , e assim por diante, a valorização entra em colapso. A superprodução de mercadorias que se segue é uma consequência da valorização imperfeita devido à superacumulação. A crise não é causada pela desproporcionalidade entre expansão da produção e falta de poder de compra - ou seja, pela falta de consumidores. A crise surge porque não se aproveita o poder de compra existente. Isso ocorre porque não compensa expandir mais a produção, uma vez que a escala de produção não faz diferença para a quantidade de mais-valor que agora pode ser obtida. Portanto, por um lado, o poder de compra permanece ocioso. Por outro lado, os elementos de produção não foram vendidos.

Destarte, não ocorre uma tendência de acumulação ininterrupta de capital, dado que sua superacumulação e a consequente valorização imperfeita interrompem-na. Para Grossman (1992), existe uma tendência ao colapso do modo de produção capitalista que é temporariamente interrompida e impedida de se realizar pela crise – uma forma na qual a acumulação se restabelece. Portanto, existe uma tendência ao colapso, a qual é interrompida por forças neutralizadoras, como a desvalorização do capital, exportação de capital para países em um estágio inferior de acumulação ou corte de salários, mas à proporção que a acumulação de capital cresce em termos absolutos, mais difícil se torna a valorização desse capital ampliado e, no caso de uma ausência dessas forças, essa tendência ganha superioridade e se ratifica na forma absoluta de uma crise final (GROSSMAN, 1992). Conforme exposto em seu livro,

[...] À medida que a possibilidade de valorização desaparece, o mais-valor deixa de desempenhar tal papel; deixa de desenvolver as forças produtivas da sociedade e o capitalismo deve necessariamente abrir caminho para uma forma de produção mais elevada. Marx mostrou que, dada a sua base dinâmica na lei do valor, a acumulação de capital esbarra em limites definidos, ou seja, tem caráter transitório, pois a longo prazo o mais-valor não é suficiente para a valorização de c [capital constante] e v [capital variável] (GROSSMAN, 1992, p. 87, tradução nossa).¹²

¹¹ No original: [...] At z_1, z_2 , and so on valorization collapses. The ensuing overproduction of commodities is a consequence of imperfect valorization due to overaccumulation. The crisis is not caused by disproportionality between expansion of production and lack of purchasing power — that is, by a shortage of consumers. The crisis intervenes because no use is made of the purchasing power that exists. This is because it does not pay to expand production any further since the scale of production makes no difference to the amount of surplus value now obtainable. So on the one hand purchasing power remains idle. On the other, the elements of production lie unsold.

¹² No original: [...] As the possibility of valorisation [sic] disappears surplus value ceases to play any such role; it ceases to develop the productive forces of society and capitalism must necessarily make way for a higher

Como a partir dessa teoria é possível explicar por que o processo de reprodução toma necessariamente uma forma cíclica, Grossman (1992) explicita os fatores que fazem da duração das fases de expansão e contração mais curtas ou mais longas. Tais fatores são o nível da composição orgânica do capital, a taxa de mais-valor, a taxa de acumulação de capital constante e a taxa de acumulação de capital variável.

Em relação à taxa de mais-valor, quanto maior seu valor é, menos acelerada é a tendência de colapso. Enquanto uma elevada composição orgânica do capital – aumento relativo do capital constante – e, por conseguinte, uma parcela menor de mais-valor para a acumulação, provoca com antecedência o colapso do modo de produção capitalista, devido à queda mais precoce do consumo dos capitalistas (GROSSMAN, 1992). Pelo raciocínio contrário, uma queda dessa composição retarda esse colapso.

De acordo com Grossman (1992), a elevação da taxa de acumulação de capital constante acelera o colapso: o capital constante adicional necessário excederia a massa de mais-valor disponível, não sobrando para a ampliação de capital variável e nem para o consumo capitalista. Além disso, à medida que aumenta a durabilidade do capital fixo nos vários ciclos de produção e, portanto, uma parcela menor do capital adiantado é necessária para sua reposição, maior é o tempo em que seu valor é transferido para a mercadoria e, por consequência, maior é a fase de expansão do ciclo (GROSSMAN, 1992).

A maior durabilidade física do capital fixo é decorrente dos melhoramentos, causados dos avanços tecnológicos, em sua forma corpórea. No entanto, tais avanços, que ocorrem de modo constante em proporção ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, elevam as alterações dos meios de produção e a indispensabilidade da reposição do capital fixo decorrente de seu desgaste moral, antes de seu esgotamento físico (MARX, 2014; GROSSMAN, 1992). Ou seja, o tempo de funcionamento do capital fixo é diminuído e, por conseguinte, a parcela de valor dele transferido à mercadoria durante o processo de produção é menor. Isso por sua vez acelera o colapso, pois a massa de mais-valor decresce (GROSSMAN, 1992).

Sobre a taxa de acumulação de capital variável, se aumentar, em decorrência do crescimento dos salários, supondo constante o crescimento da população, a taxa de mais-valor diminuirá, acelerando o colapso, porque a massa de mais-valor diminui. Caso a população

form of production. Marx showed that given its dynamic basis in the law of value, capital accumulation runs up against definite limits, that is, it bears a transitory character because in the long run the surplus value does not suffice for the valorisation of c and v .

trabalhadora cresça, mantendo constante os salários, a base de valorização do capital também crescerá, o que aumenta a massa de mais-valor e, por isso, adia o colapso (GROSSMAN, 1992).

Para a sua análise adquirir um caráter mais realista, Grossman (1992) introduz o crédito. Porém isso não altera a conclusão dele sobre o ciclo industrial e as causas da crise. Nesse sentido, uma parte da massa de mais-valor é destinado para fins de investimento na forma de capital de empréstimo – isso pressupõe a existência dos capitalistas endinheirados ou rentistas e, desse modo, o capitalista industrial muitas vezes utiliza seu próprio capital ou o emprestado. Por conseguinte, o lucro bruto é dividido em juros, que devem ser pagos pelo capitalista industrial ao capitalista endinheirado, e o restante constitui o ganho empresarial daquele capitalista (MARX, 2017b).

Como os juros que os capitalistas endinheirados ou rentistas recebem podem vistos como “juros normais”, determinados pela quantidade desses capitalistas, o tamanho de seu capital, a parte do capital de empréstimo não consumida e nem capitalizada, que aparece no mercado monetário em busca de investimento, incentiva a acumulação – o processo real de produção – ao diminuir a taxa de juros abaixo de seu “nível normal”, visto que juros baixos expandem a parte do lucro bruto destinado ao capitalista industrial: o ganho empresarial (GROSSMAN, 1992).

A partir disso, conforme o esquema de reprodução com a inclusão do capital de empréstimo, exposto por Grossman (1992), a acumulação de capital é separada por duas fases distintas. Na primeira, existe uma crescente massa de capital de empréstimo, até um certo ponto, que estimula o capitalista produtivo a aumentar ainda mais sua escala de produção. Por consequência, a massa de mais-valor disponível para valorizar o capital acumulado se reduz a um ponto que começa a apresentar um déficit – se torna insuficiente. Essa insuficiência é compensada pela massa de capital de empréstimo disponível, reduzindo-a a um momento em que ela se esgota. Nesse momento, a crise se inicia, porque não existe mais-valor suficiente à acumulação de capital e nem capital de empréstimo para compensar sua insuficiência, o que explicita que o capital se encontra superacumulado (GROSSMAN, 1992).

Como consequência do argumento de que as crises são resultantes da valorização imperfeita do capital, decorre que só podem ser superadas caso a valorização do capital seja restabelecida. Todavia, isso não ocorre por si só, mas somente com o passar do tempo: a superação das crises acontece apenas por meio de medidas organizacionais, da reorganização da estrutura da economia (GROSSMAN, 1992).

2.4 A HIPÓTESE DO PROFIT-SQUEEZE

No Capítulo 23, A lei geral da acumulação capitalista, do livro I de O Capital, Marx (2017a) apresenta a relação entre capital, acumulação e taxa salarial. Sinteticamente, sob o pressuposto de uma composição orgânica do capital constante, o crescimento do capital pode ultrapassar o crescimento da força de trabalho, de modo que a demanda de trabalhadores exceda sua oferta, provocando o aumento dos salários (preço do trabalho) (MARX, 2017a).

A elevação dos salários reduz os lucros, enfraquecendo o incentivo à acumulação. A acumulação se reduz e, com ela, desaparece a causa de sua diminuição: a desproporção entre capital e trabalhadores. Por conseguinte, o salário se reduz à um patamar coadunável com as necessidades de acumulação. Essa dinâmica ocorre devida a relação entre trabalho pago e não pago e, por isso, não é referente à relação entre duas grandezas independentes (capital e número de trabalhadores) (MARX, 2017a).

A exposição dessa dinâmica serviu de inspiração a teóricos subsequentes à Marx. De acordo com Itoh (1980), o primeiro grande teórico a tentar estender a teoria de Marx do excesso de acumulação de capital em relação a população trabalhadora em uma teoria da crise foi Otto Bauer¹³. Para esse último autor,

A alternância periódica de prosperidade, crise e depressão é a expressão empírica do fato de que o mecanismo do modo de produção capitalista gera automaticamente superacumulação e subacumulação, com a acumulação de capital ajustando-se repetidamente ao crescimento da população (BAUER, 1913, p. 107 *apud* HOWARD; KING, 1989, p. 119).¹⁴

Discordando da concepção de Rosa Luxemburgo de que seria necessário vender primeiramente a mercadoria acrescida de mais-valor e somente depois, possuindo o dinheiro, prosseguir a acumulação, Bauer considerava que o processo de acumulação é simultaneamente o processo de realização da mercadoria, ou seja, que o modo de produção capitalista gera seu próprio mercado interno (CIPOLLA, 2018).

Conforme Bauer (1913 *apud* ITOH, 1980)¹⁵, o valor de todas as mercadorias dos setores de meios de produção e de bens de consumo é vendido sem distúrbios e o mais-valor total é

¹³ De acordo com Clarke (1994), foi Erich Preiser em 1924 quem associou a teoria da sobreacumulação em relação a força de trabalho à lei da queda tendencial da taxa de lucro.

¹⁴ No original: “The periodic alternation of prosperity, crisis, and depression is the empirical expression of the fact that the mechanism of the capitalist mode of production automatically generates overaccumulation and underaccumulation, with the accumulation of capital adjusting again and again to the growth of population”. A obra citada é BAUER, O. *Die Akkumulation von Kapital, Die Neue Zeit*, 31, 1913.

¹⁵ A obra citada é BAUER, O. *Die Akkumulation des Kapitals, Neue Zeit*, 31, n. 1, 1913.

realizado no primeiro ano e nos seguintes. Mas, Bauer não exclui a ocorrência da sobreacumulação de capital em relação a população trabalhadora como causa da crise, pois não existe um órgão que regula o ritmo da acumulação ao crescimento populacional em uma sociedade capitalista. Quando o ritmo da acumulação é mais lento, o crescimento do número de trabalhadores desempregados pressiona para baixo os salários, aumentando a taxa de mais-valor, reacelerando a acumulação e originando uma situação de sobreacumulação (taxa de acumulação maior que a taxa de crescimento populacional) (ITOH, 1980). Esse autor ainda argumenta:

[...] Este ponto [sobreacumulação] marca a limitação absoluta da acumulação. Quando a acumulação chega lá, sua adaptação ao crescimento populacional resulta em uma crise devastadora que é acompanhada pela súbita ociosidade do capital, uma destruição maciça de valores e uma queda repentina da taxa de lucro (BAUER, 1913, p. 871 *apud* ITOH, 1980, p. 125, tradução nossa).¹⁶

Portanto, segundo Cipolla (2018), a teoria de Bauer pode ser circunscrita ao ajuste da acumulação à taxa de crescimento da população e, por isso, a alternância periódica entre prosperidade, crise e depressão é a maneira pela qual tal ajuste se manifesta. A relação entre acumulação de capital e crescimento da população trabalhadora também é analisada por Itoh – principal representante da teoria do *profit-squeeze*, conforme indicado por de Aquino (2008).

Itoh (1978) mostra que a teoria do excesso de capital em relação à população trabalhadora, formulada em *O Capital*, não é suficientemente completa no que se refere ao seu significado e à sua necessidade lógica, visto ser possível encontrar nessa obra uma teoria de crise de excesso de mercadorias, que inclui as vertentes subconsumistas e da desproporção. Além disso, critica Marx (2017a) por também incluir a população resultante do processo de decomposição de pequenos produtores e camponeses nas formas do exército industrial de reserva – o que seria impróprio para a compreensão do princípio básico da economia capitalista – e por não considerar a limitação característica do capital fixo quando investiga as alterações no método de produção sob a acumulação de capital.

A segunda contestação de Itoh (1978) é referente a improbabilidade de que, durante o período de prosperidade, o capital se empenhe para produzir mais-valor relativo e engendrar uma superpopulação relativa por meio do sucateamento e substituição dos capitais fixos existentes, visto que:

¹⁶ No original: “This point marks the absolute limitation of accumulation. When accumulation arrives there its adaptation to population growth results in a devastating crisis which is accompanied by the sudden idling of capital, a massive destruction of values and a sudden fall in the profit rate”. A obra citada é “*Die Akkumulation des Kapitals*”, *Neue Zeit*, 31, n. 1, 1913.

- a) caso esses meios de produção não estejam completamente depreciados, o custo de abandonar o valor do capital restante torna-se um ônus na ocasião de sua renovação;
- b) não obstante a depreciação, a maquinaria é mais valiosa para o capital quando seu valor é igual a 0 e, por isso, não é imediatamente sucateada enquanto for fisicamente útil e
- c) os lucros não são armazenados em tempo suficiente para a construção de novos equipamentos ou novas fábricas, pois eles tendem a ser imediatamente adicionados ao capital.

A consequência desse último argumento é a suposição, feita por Itoh (1978), de uma composição orgânica constante durante a acumulação de capital nos períodos de prosperidade. Assim, como explica esse autor, a elevação da demanda por força de trabalho decorrente dessa acumulação, sob essa suposição e nesses períodos, não aparecerá como um acidente, mas como um processo necessário. Portanto, um declínio agudo e súbito da taxa geral de lucro, por causa do crescimento dos salários, seria resultado lógico necessário da acumulação capitalista nesses períodos e, à vista disso, “[...] o ponto fraco fundamental da produção capitalista, que deve tratar a força de trabalho humana como mercadoria sem poder produzi-la como mercadoria, vem aqui ser crucial para a acumulação de capital” (ITOH, 1978, p. 146, tradução nossa)¹⁷.

Além de Bauer e Itoh, Miebach (2017) mostra que os elementos descritos por Marx (2017a) no capítulo 23 também são utilizados por Goodwin (1982) na formalização de seu modelo. Este último autor propôs a seguinte dinâmica: um maior *profit-share* (participação dos lucros na renda) incentiva o investimento, o qual eleva o nível de utilização da capacidade instalada; conseqüentemente, o nível de emprego e o poder de barganha dos trabalhadores crescem, o que aumenta o *wage-share* (participação dos salários na renda) e diminui o *profit-share*, de modo que o investimento diminuirá (reduzindo aquele nível de utilização, o nível de emprego e aquele poder de barganha) até que a contração do *wage-share* propicie o crescimento do *profit-share* e, assim, a atividade econômica consiga ser retomada (MIEBACH, 2017).

O modelo de Goodwin é baseado no modelo populacional presa-predador, também denominado como sistema Lotka-Volterra (MIEBACH, 2017), e possui esta dinâmica:

[...] a população de predadores, em um ecossistema, cresce dada a população de presas. O aumento no número de predadores reduz a população de presas. Na medida em que diminui a população de presas, ocorre a redução da população de predadores. Com a queda da população de predadores, volta a crescer a população de presas. O

¹⁷ No original: “[...] the fundamental weak point of capitalist production which must treat human labor-power as a commodity without being able to produce it as a commodity comes here to be crucial to capital accumulation”.

crescimento da população de presas avança até engendrar novo aumento na população de predadores, reiniciando o processo cíclico (MIEBACH, 2017, p. 48).

Seguindo Miebach (2017), tal modelo está expresso nas seguintes equações:

$$\dot{v} = \left\{ \left[\frac{1}{k} - (\alpha + \beta) \right] - \frac{1}{k} u \right\} v \quad (1)$$

$$\dot{u} = [-(\alpha + \gamma) + pv] uv \quad (2)$$

onde k é a relação capital-produto (K/Y), α é o crescimento da produtividade do trabalho, β é o crescimento populacional, u é a participação salarial (W/Y), v é o nível de utilização da capacidade instalada (taxa de desemprego), p expressa a intensidade de resposta dos salários em relação a variações do emprego e γ não possui interpretação econômica restrita, mas mostra que, quando $v = 0$, a taxa de crescimento dos salários ($\frac{\dot{w}}{w}$) será negativa, conforme esta equação:

$$\frac{\dot{w}}{w} = -\gamma + pv \quad (3)$$

Nesse modelo, o papel de predador é ocupado pela participação salarial e o de presa, pela taxa de emprego. Essa taxa está associada a elevação do nível de utilização da capacidade resultante da elevação dos lucros e é inversamente proporcional ao crescimento da participação salarial, pois ele reduz os lucros; o aumento da participação salarial é diretamente proporcional em relação à taxa de emprego, visto que a elevação do emprego permite a classe trabalhadora barganhar maiores salários. Assim, a classe capitalista é a presa e a classe trabalhadora o predador, devido à vinculação do emprego à elevação do nível de utilização da capacidade resultante do crescimento dos lucros, que incentiva o investimento (MIEBACH, 2017).

3 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A TAXA DE LUCRO E SEU CÁLCULO EMPÍRICO

No livro III de O Capital, Marx (2017b, p. 53, grifos do autor) teve como tarefa “[...] descobrir e expor as formas concretas que brotam do *processo de movimento do capital considerado como um todo* [...]”, ou seja, desvendar as diferentes formas pelas quais o capital se manifesta – como ele aparece na realidade para a sociedade. Para isso, ele inicia afirmando que o valor de cada mercadoria (M) é constituído pelo valor do capital despendido nos elementos de produção (c + v) e pelo mais-valor (m).

Conforme a explicação de Marx (2017b), isso pode ser apresentado pela fórmula $M = c + v + m$, na qual a parcela de valor da mercadoria que restitui o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada – ou seja, $c + v$ – constitui para o capitalista o preço de custo da mercadoria (p). Este último “[...] não guarda nenhuma relação com a criação de valor da mercadoria nem com o processo de valorização do capital [mas] assume a falsa aparência de uma categoria da própria produção de valor” (MARX, 2017b, p. 54-55).

No preço de custo da mercadoria saltam aos olhos somente os valores prontos, existentes e a diferença entre o capital constante e o capital variável desaparece¹⁸. Enquanto a outra parcela de valor da mercadoria, o mais-valor, aparece como sendo originada de todas as partes do capital adiantado, de modo que ela consiga adotar a forma transformada do lucro (MARX, 2017b). Desse modo,

O lucro, tal como ele se apresenta aqui, é, então, o mesmo que o mais-valor, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, tem origem necessariamente no modo de produção capitalista. Pelo fato de que na formação aparente do preço de custo não se percebe qualquer diferença entre capital constante e capital variável, a origem da alteração de valor que ocorre durante o processo de produção precisa ser deslocada da parte variável do capital para o capital total. Uma vez que num polo o preço da força de trabalho aparece na forma transformada do salário, no polo oposto o mais-valor aparece na forma transformada do lucro (MARX, 2017b, p. 62).

Visto que, para a obtenção de um excedente sobre o valor do capital adiantado, o capitalista precisa adiantar tanto capital constante quanto capital variável, esses dois

¹⁸ Marx (2017b, p. 63) ainda acrescenta: “[...] o preço de custo da mercadoria é o preço de compra que o próprio capitalista pagou por sua produção, ou seja, é o preço de compra determinado por seu próprio processo de produção. Assim, o excedente de valor ou mais-valor realizado na venda da mercadoria aparece para o capitalista como excedente de seu preço de venda sobre seu valor, e não como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que o mais-valor contido na mercadoria não se realiza mediante sua venda, mas emana da própria venda [...]”.

componentes do capital “[...] equivalem-se para ele na representação, e isso tanto mais quanto mais o grau efetivo de seu ganho for determinado não com relação ao capital variável, mas ao capital total, não pela taxa de mais-valor, mas pela taxa de lucro [...]” (MARX, 2017b, p. 68). Dessa indiferença¹⁹ em relação às diferentes funcionalidades de tais componentes resulta que o mais-valor (excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo) provenha de todo o capital adiantado e, por conseguinte, ele se expressa na razão m/C , no qual C é o capital adiantado, que é a taxa de lucro $m/C = m/(c+v)$, distinta da taxa de mais-valor m/v (MARX, 2017b).

Como no processo de circulação o mais-valor apresenta-se como o excedente do preço de venda das mercadorias sobre o seu preço de custo – e não como a diferença entre o valor-mercadoria e seu preço de custo²⁰ – e, em virtude de ambos os componentes do capital aparecerem ao mesmo tempo como a fonte criadora do lucro, a relação do capital é mistificada, isto é, não é evidente a origem do mais-valor: se é da exploração da força de trabalho no processo de produção, dos ganhos obtidos sobre os compradores no processo de circulação ou de ambos (MARX, 2017b). Destarte,

[...] o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são encobertos e apagados. Na verdade, o lucro é a forma de manifestação do mais-valor, tendo este de ser revelado mediante a análise daquele. No mais-valor está revelada a relação entre capital e trabalho. Na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valor, tal como ele aparece [...], se dá *o capital como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma originária de valor, diferencia-se de um novo valor posto por ele mesmo. Que ele cria esse novo valor durante seu movimento no processo de produção e no processo de circulação é algo de que se tem consciência. Mas o modo como isso ocorre é algo mistificado e aparenta provir de qualidades ocultas que lhe são próprias (MARX, 2017b, p. 73-74, grifos do autor).

Na primeira seção do livro III, Marx (2017b) trata o lucro e o mais-valor como grandezas numericamente iguais, ao contrário da segunda seção, mas conceitualmente (formalmente) diferentes, enquanto as taxas de lucro e mais-valor são numericamente distintas. À vista disso, ele investiga relações puramente matemáticas. A fórmula da taxa de lucro (l') pode ser dada como se segue:

$$l' = \frac{m}{C} = \frac{m}{c+v} \quad (4)$$

¹⁹ Para o capitalista individual, “[...] a relação determinada e a composição interna [do mais-valor] com os componentes particulares do capital não só não lhe importam, como é de seu interesse lançar fumaça sobre essa relação determinada e essa composição interna” (MARX, 2017b, p. 69).

²⁰ Não obstante, o cálculo do excedente do preço de venda das mercadorias sobre o seu preço de custo no valor de todo o capital adiantado é importante, pois mostra a razão na qual esse capital se valoriza; é uma medida do seu grau de valorização (MARX, 2017b).

Considerando que a taxa de mais-valor (m') é igual a m/v e, portanto, $m = m'v$, a taxa de lucro também pode ser representada deste modo:

$$l' = \frac{m}{c} = \frac{m'v}{c+v} \quad (5)$$

Além disso, ela pode ser expressa de modo proporcional:

$$l' : m' = \frac{m}{c} : \frac{m}{v} = v : c$$

Percebe-se, assim, que a taxa de mais-valor é sempre maior que a taxa de lucro, visto que o capital total adiantado é sempre maior que o capital variável. Ademais, os fatores que exercem efeitos sobre c , v e m , tais como o valor do dinheiro, a rotação, a produtividade do trabalho, a duração da jornada de trabalho, a intensidade do trabalho e o salário, também influenciam a taxa de lucro (MARX, 2017b)

3.1 FORMAS DE CALCULAR A TAXA DE LUCRO

É possível realizar alguns ajustes complementares à fórmula da taxa de lucro anteriormente exposta. Conforme a argumentação de Germer (2022), após a seção II do livro 3 de O Capital, que trata sobre transformação da taxa de lucro em taxa média de lucro, Marx (2017b) investigou a lei da queda tendencial da taxa média de lucro, não obstante ela não ser a taxa média de toda a economia, mas a do capital industrial. À vista disso, o primeiro autor propôs uma formalização da taxa média de lucro industrial, que engloba os efeitos das rotações do capital, e outra da taxa média de lucro geral (para toda a economia), composta tanto pelo capital industrial quanto pelo capital comercial²¹.

Para a primeira formalização, Germer (2022) baseou-se nos argumentos sobre os efeitos das rotações do capital sobre a massa de mais-valor anual e taxa anual de mais-valor expostos

²¹ Devida à confusão de interpretação causada pelas terminologias utilizadas por Marx (2017b) ao tratar de diversas categorias de análise, Germer (2022) optou por realizar algumas distinções. Para este último autor: i) capital mercantil refere-se aos capitais comercial e bancário; ii) o título de capital comercial é atribuído somente para o capital de comércio de mercadorias e iii) o título de capital bancário é designado para o capital de comércio de dinheiro e para o capital de comércio de crédito.

tanto no livro 2 de O Capital quanto do Capítulo 4 do livro 3, redigido por Friedrich Engels. A equação final da taxa média de lucro industrial (\bar{l}') encontrada por aquele autor é esta:

$$\bar{l}' = \frac{\bar{n}_p m' \sum v_i}{\sum c_i} \quad (6)$$

onde \bar{n}_p é a média ponderada das rotações dos capitais variáveis setoriais, m' é a taxa de maisvalor, v é o capital variável, C é o capital total adiantado e i representa os setores da economia. Enquanto a equação da taxa média de lucro geral (\bar{l}'_g) é

$$\bar{l}'_g = \frac{\bar{n}_p m' \sum v_i}{\sum C_i^{in} + \sum C_j^{co}} \quad (7)$$

na qual C_i^{in} e C_j^{co} são, respectivamente, os capitais industrial e comercial e i e j representam os setores nos quais os respectivos capitais se dividem. Para introduzir o efeito da composição orgânica do capital na fórmula (7), Germer (2022) primeiro mostra que a composição orgânica do capital (q_o) é igual a c/v , a qual pode ser transformada em $c = q_o \cdot v$ ou $\sum c_i = q_o \sum v_i$, onde c é o capital constante. Depois ele substitui essa última equação em $\sum C_i^{in} = \sum c_i + \sum v_i$ e divide o numerador e o denominador por $\sum v_i$. Conseqüentemente, a equação (7) transforma-se em

$$\bar{l}'_g = \frac{\bar{n}_p m' \sum v_i}{\frac{(q_o+1)\sum v_i + \sum C_j^{co}}{\sum v_i}}$$

que se converte em

$$\bar{l}'_g = \frac{\bar{n}_p m'}{(q_o+1) + \frac{\sum C_j^{co}}{\sum v_i}} \quad (8).$$

Embora seja uma outra forma de calcular a taxa de lucro, a decomposição de Weisskopf (1979) tem sido bastante utilizada nos estudos empíricos que em alguma medida seguem a linha teórica de Marx. Em seu artigo publicado em 1979, Weisskopf investigou o comportamento da taxa de lucro, tanto no contexto cíclico de curto prazo como em relação às tendências de longo

prazo, na economia estadunidense desde a II Guerra Mundial, para analisar a relevância das teorias marxistas da crise, selecionadas por ele, e indicar as origens das alterações dessa taxa, através da decomposição de tais alterações em mudanças nas variáveis componentes que refletem, como pressupõe o autor, tais teorias.

A análise do comportamento da taxa de lucro para identificar as causas das crises econômicas segue a tradição clássico-marxiana, devida a relevância dessa taxa para determinar os investimentos dos capitalistas e, por consequência, a produção e o emprego nacionais. Segundo o autor, embora existam diferentes variantes, as teorias marxistas da crise têm como foco a queda dessa taxa, pois ela tende a, através das expectativas de lucro e da taxa de investimento, provocar uma crise econômica em que os níveis e as taxas de crescimento da produção e do emprego decrescem (WEISSKOPF, 1979).

Weisskopf (1979) apresenta três variantes básicas da teoria marxista da crise, cujas principais diferenças estão relacionadas a identificação da fonte inicial do declínio na média da taxa de lucro e cuja atenção está associada: i) à mudança tecnológica e ao comportamento da composição orgânica do capital; ii) à luta de classes e à distribuição da renda entre trabalho e capital e iii) ao problema de realização integral do valor das mercadorias produzidas. A seguinte equação indica, para Weisskopf (1979), as diferentes fontes iniciais daquele declínio conforme cada uma das vertentes:

$$p = \frac{\Pi}{K} = \left(\frac{\Pi}{Y}\right) \cdot \left(\frac{Y}{Z}\right) \cdot \left(\frac{Z}{K}\right) = \sigma_{\Pi} \cdot \varphi \cdot \zeta \quad (9)$$

onde p é a taxa de lucro; Π = volume dos lucros; K = estoque de capital; Y = produto (ou renda) real e Z = produto (ou capacidade) potencial. De acordo com a equação (9) taxa de lucro é, por definição, igual à multiplicação da participação dos lucros na renda (*profit-share*), σ_{Π} , da taxa de utilização da capacidade, φ , e da razão capacidade/capital, ζ (ou razão produto potencial-capital). Os três componentes dessa decomposição podem ser interpretados como parâmetros que refletem, respectivamente, os impactos da distribuição de renda, da demanda agregada e da tecnologia sobre a taxa de lucro.

A primeira variante que Weisskopf (1979) analisa é a referente ao argumento, exposto inicialmente por Marx, da elevação da composição orgânica do capital (*rising organic composition of capital*), a qual o primeiro autor denomina como “*ROC variant*”. Utilizando as variáveis capital constante (c), capital variável (v) e mais-valor (s) em termos de valor, tem-se as seguintes equações

$$g = \frac{c}{v} \quad (10)$$

$$e = \frac{s}{v} \quad (11)$$

$$r = \frac{s}{c+v} = \frac{e}{g+1} \quad (12)$$

em que g é a composição orgânica do capital, e é a taxa de exploração e r é a taxa de lucro (em termos de valor). Weisskopf (1979) traduz a “*ROC variant*” em uma estrutura de preços para testá-la como uma explicação do comportamento da taxa de lucro convencional.²² Isso é feito pelo autor identificando o capital constante com o estoque de capital (fixo e circulante), K , o capital variável com a massa salarial, $W (= Y - \Pi)$, e o mais-valor com o volume de lucros, Π ; por consequência, os análogos de preço da composição orgânica do capital, a taxa de exploração e a taxa de lucro (em termos de valor) se tornam, respectivamente:

$$\gamma = \frac{K}{W} \quad (13)$$

$$\varepsilon = \frac{\Pi}{W} \quad (14)$$

$$p = \frac{\Pi}{K} = \frac{\varepsilon}{\gamma} \quad (15)$$

Dessa forma, essa variante em sua forma de preço pressupõe que γ aumenta enquanto ε se mantém constante, provocando uma queda da taxa de lucro, p (WEISSKOPF, 1979). A suposição de um $\varepsilon = \frac{\Pi}{W}$ constante acarreta que $\sigma_{\Pi} = \frac{\Pi}{Y}$ e $\sigma_w = \frac{W}{Y}$ se mantêm constantes; tal variante não depende da ocorrência de excesso de capacidade, de tal forma que a taxa de utilização da capacidade $\varphi = \frac{Y}{Z}$ também é suposta constante; a suposição de um aumento em $\gamma = \frac{K}{W}$ deve causar uma queda na razão capacidade/capital, ζ (WEISSKOPF, 1979). Mantendo-

²² Na literatura econômica, existe uma discussão polêmica que perdura décadas denominada o “problema da transformação”, decorrente do suposto equívoco dos argumentos de Marx acerca da transformação de valor em preço. Devido ao escopo do presente trabalho, essa discussão não será exposta aqui. Ver Shaikh (1977, 1982, 1984), De Paula (2000), Saad-Filho (2002) e Duménil e Foley (2018).

se constantes a participações relativas e a taxa de utilização da capacidade instalada, isso advém da seguinte equação:

$$\gamma = \frac{K}{W} = \frac{K}{Z} \cdot \frac{Z}{Y} \cdot \frac{Y}{W} = \frac{1}{\zeta} \cdot \frac{1}{\varphi} \cdot \frac{1}{\sigma_w} \quad (16)$$

Portanto, de acordo com Weisskopf (1979), para a “*ROC variant*”, uma queda no termo ζ da equação (9) consiste na fonte inicial do decréscimo na taxa de lucro. Resta ainda a relação entre as composições orgânicas e técnica do capital, que podem ser expressas em preço como se segue:

$$\gamma = \frac{K}{W} = \frac{K}{wL} = \frac{P_k \bar{K}}{P_w \bar{w}L} = \frac{P_k \bar{k}}{P_w \bar{w}} \quad (17)$$

onde \bar{k} denota a razão real capital/trabalho e é igual a \bar{K}/L , sendo \bar{K} uma medida do estoque real de capital em preços constantes e L uma medida do insumo mão de obra em horas; P_k e P_w expressam, respectivamente, os índices-preço para as mercadorias contidas no estoque de capital e na cesta de consumo dos trabalhadores, enquanto w e \bar{w} representam os salários por hora em termos nominal e real, na devida ordem. Além das influências das variáveis \bar{k} e \bar{w} , essa última equação sugere que uma ascensão dos preços dos bens de capital em relação aos bens salariais, ou seja, um aumento de P_k/P_w , eleva a composição orgânica do capital, γ , e diminui a taxa de lucro, p , ambos em termos de preços.

A segunda variante, denominada por aquele autor como “*RSL variant*”, é referente ao aumento da força do trabalho (*rising strength of labour*), ou seja, ela salienta os ganhos pela classe trabalhadora em sua luta contra a classe capitalista. Sua principal hipótese consiste na mudança do equilíbrio do poder político-econômico, durante o processo de acumulação de capital, entre o trabalho e o capital, de modo a consentir à classe trabalhadora o aumento da participação salarial na renda nacional (WEISSKOPF, 1979). Uma vez que o *profit-share* pode ser expresso deste modo:

$$\sigma_{\Pi} = \frac{\Pi}{Y} = \frac{Y-W}{Y} = 1 - \sigma_w \quad (18)$$

tem-se que a elevação na participação do salário na renda (*wage-share*) comprime o *profit-share* (WEISSKOPF, 1979). Ou seja, a partir do aumento força dos trabalhadores e seus ganhos

no que se refere à luta contra os capitalistas, a participação dos lucros na renda diminui: ocorre o *profit-squeeze*. Por outro lado, a redução do poder dos trabalhadores tende a provocar uma redução relativa dos salários e, conseqüentemente, um crescimento no *profit-share*.

Destarte, conforme a exposição de Weisskopf (1979), a “*RSL variant*” assinala a queda no termo σ_{Π} da equação (9) como a fonte inicial da redução na taxa de lucro, não considerando um declínio anterior na taxa de utilização da capacidade e nem na razão capacidade/capital. Ainda de acordo com o autor, essa variante tem ênfase na interdependência dos salários, produtividade e preços, expressa na seguinte equação:

$$\sigma_W = \frac{W}{Y} = \frac{W}{\hat{Y}} \cdot \frac{1}{P_y} = \frac{u_w}{P_y} = \frac{\frac{w}{\hat{y}}}{P_y} \quad (20)$$

na qual P_y é o deflator de preço do produto (líquido), Y é o produto líquido expresso em preços correntes, \hat{Y} é produto líquido expresso em preços constantes, u_w representa os custos médios de mão de obra unitária e \hat{y} é a produtividade média do trabalho ($\frac{\hat{Y}}{L}$) e w denota os salários em dinheiro ($\frac{W}{L}$). Assim sendo,

[...] a participação dos salários aumenta, portanto, na medida em que os custos unitários do trabalho aumentam mais rapidamente do que os preços do produto (líquido); e os custos do trabalho aumentam na medida em que os salários em dinheiro aumentam mais rapidamente do que a produtividade (WEISSKOPF, 1979, p. 349, tradução nossa)²³.

Quanto à terceira variante, é baseada na dificuldade de vender as mercadorias a preços lucrativos, ou seja, as condições da demanda impossibilitam a realização integral do valor das mercadorias e, portanto, Weisskopf (1979) denota-a como “*RF variant*”, decorrente de “falha da realização” (*realisation failure*). O principal argumento é que durante a acumulação de capital ocorre um desequilíbrio entre a demanda por mercadorias e a capacidade de produzi-las, de modo que aquela fica abaixo desta (WEISSKOPF, 1979). Tal desequilíbrio decorre do crescimento insuficiente do consumo agregado – ocasionado pela diminuição da participação dos salários –, o qual mantém ociosa uma parte da capacidade de produção.

Por causa disso, os capitalistas têm que limitar seus preços de produção ou a produção, para que seus estoques involuntários de mercadorias não vendidas não se elevem

²³ No original: [...] The wage share thus increases to the extent that unit labour costs rise more rapidly than (net) output prices; and labour costs increase to the extent that money wages rise more rapidly than productivity.

(WEISSKOPF, 1979). Entretanto, devido às limitações institucionais à diminuição de preços em diversos setores das economias capitalistas contemporâneas, é possível que os capitalistas reduzam a produção e, por conseguinte, a taxa média de utilização da capacidade em toda a economia é reduzida (WEISSKOPF, 1979). Dessa forma, tal variante ressalta a diminuição do termo φ da equação (9) como a origem da queda na taxa de lucro.

No entanto, visto que a diminuição da participação dos salários ocasiona a elevação relativa dos lucros, além da queda da demanda, para que a taxa de lucro diminua, o impacto sobre a taxa de lucro da queda final na taxa de utilização da capacidade precisa ser maior que o impacto da elevação da participação dos lucros (WEISSKOPF, 1979). Portanto, para que a taxa de utilização da capacidade seja identificada como a causa inicial da crise, seu decréscimo deve ser maior que o crescimento do *profit-share*.

3.1.1 Cálculos da taxa de lucro para a economia brasileira

Para a análise da economia brasileira, um dos primeiros estudos a utilizarem a decomposição de Weisskopf (1979) – quiçá o primeiro – foi o de Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010), que calcularam a taxa de lucro durante o período de 1953 a 2003²⁴. No entanto, ao focar na trajetória econômica de médio e longo prazo do Brasil, esse estudo apresenta uma diferença em relação àquela decomposição. À vista disso, a taxa de lucro brasileira foi decomposta em apenas dois componentes: o *profit-share* e a razão produto-capital²⁵ – portanto, a taxa de utilização da capacidade instalada foi abstraída. Consequentemente, a taxa de lucro (r) se dá como:

$$r = \frac{\Pi}{K} \quad (21)$$

na qual Π expressa o volume dos lucros, como na equação (9), e K representa o estoque de capital fixo não residencial, ambos medidos em preços correntes. Dividindo a equação anterior pelo produto à preços correntes (Y) tem-se:

$$r = \frac{\Pi}{Y} \cdot \frac{Y}{K} \quad (22)$$

²⁴ Esse estudo foi posteriormente atualizado, com a expansão do período de análise até 2008. Ver Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2018).

²⁵ Esse termo também pode ser chamado vulgarmente de produtividade do capital.

O primeiro termo da equação anterior, o *profit-share*, pode ser calculado como resíduo do *wage-share* ($\frac{W}{Y}$), no qual W representa o salário nominal total. Para isso ser feito, considera-se que o produto pela ótica da renda é dividido entre lucros e salários. Assim, dividindo-se por Y ambos os lados da equação do produto, $Y = \Pi + W$, e efetuando uma operação algébrica, obtém-se a seguinte equação:

$$\frac{\Pi}{Y} = \frac{Y-W}{Y} \quad (23)$$

O salário nominal total é a multiplicação entre o salário nominal médio (w) e o número de trabalhadores (L), enquanto o produto pode ser expresso como o produto real (Y_R) multiplicado pelo deflator do produto (P_Y). Destarte, a equação (23) pode ser reescrita como:

$$\frac{\Pi}{Y} = \frac{P_Y \cdot Y_R - w \cdot L}{P_Y \cdot Y_R} = 1 - \frac{\frac{w}{Y_R}}{\frac{Y_R}{L}} = 1 - \frac{w_R}{y_R} \quad (24)$$

onde w_R representa aquilo que os autores chamam de salário médio real do produto e y_R a produtividade real do trabalho. Por sua vez, a razão produto-capital pode ser expressa em preços relativos, como se segue:

$$\frac{Y}{K} = \frac{P_Y \cdot Y_R}{P_K \cdot K_R} = \frac{P_Y}{P_K} \cdot \frac{Y_R}{K_R} \quad (25)$$

na qual P_K é o índice de preço do estoque de capital líquido e K_R é o estoque real de capital líquido ($K = P_K \cdot K_R$). É possível que a equação (25) seja reescrita como:

$$\frac{Y}{K} = \frac{P_Y}{P_K} \cdot \frac{\frac{Y_R}{L}}{\frac{K_R}{L}} = \frac{P_Y}{P_K} \cdot \frac{y_R}{k_R} \quad (26)$$

onde y_R é a produtividade real do trabalho e k_R é a razão real capital-trabalho. Dando prosseguimento ao trabalho, Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010) dividiram o período de 1953 a 2003 em três subperíodos: i) 1953-1973; ii) 1973-1989 e iii) 1989-2003. No primeiro e segundo subperíodos, a taxa de lucro decresceu anualmente em 1,1% e 6,3%, respectivamente, enquanto no terceiro subperíodo ela aumentou em 2,4%. No que concerne ao *profit-share*, suas

taxas de crescimento anuais foram de 0,3%, -0,8% e 0,9% nos respectivos subperíodos – apresentando uma tendência relativamente estável – e, em relação a razão produto-capital, suas taxas de crescimento por ano em cada respectivo subperíodo foram de -1,4%, -5,5% e 1,4%. Por consequência, os autores concluíram que o comportamento de longo prazo da taxa de lucro foi principalmente determinado pela razão produto-capital, a qual reflete o padrão tecnológico empregado pela economia brasileira (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2010).

Alguns anos mais tarde, Marquetti, Hoff e Miebach (2017, p. 4) investigaram a “[...] crise política e os governos do PT sob a perspectiva da taxa de lucro e de seus determinantes [...]”, utilizando – sem qualquer modificação – a decomposição da taxa de lucro feita por Weisskopf (1979) e dados anuais. Tal crise política se refere, principalmente, aos movimentos de contestação do segundo governo Dilma Rousseff, que culminaram no impedimento desta em 2016.

A taxa de lucro cresceu simultaneamente à elevação da participação dos salários na renda nacional, entre 2003 e 2007, em razão da maior utilização da capacidade instalada e do crescimento da produtividade potencial do capital²⁶. Enquanto no período de 2007 a 2014, a taxa de lucro decresceu por causa do crescimento daquela participação salarial e do decréscimo daquela produtividade (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

A combinação entre os crescimentos da taxa de lucro e da participação salarial na renda nacional, no período 2003-2007, foi permitida pelo conjunto de políticas feitas pelo governo Lula e pela elevação dos termos de intercâmbio. No entanto, a partir da crise do neoliberalismo (*Grande Recessão* de 2007-2009), os efeitos da recessão fizeram com que a produtividade potencial do capital se reduzisse – embora ela tenha crescido brevemente em 2010 – e, por questões econômicas e institucionais, a parcela salarial continuou a crescer. Tais elementos fizeram a taxa de lucro diminuir, como exposto (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

Em uma abordagem semelhante, Bruno e Caffé (2018) também fizeram uma decomposição da taxa de lucro, mas que incorporava a participação da renda financeira no produto total. O texto desses dois autores teve como finalidade a análise da derrocada da conjuntura macroeconômica brasileira, que teve início em 2014. Esses autores utilizam os dados das contas nacionais brasileiras e calculam o lucro bruto empresarial e as taxas de lucro bruto macroeconômico, entre 1995 e 2015 – inicialmente usaram dados trimestrais e, depois, séries anuais.

²⁶ Os autores utilizaram “produtividade potencial do capital” para se referirem à razão capacidade/capital.

À diferença dos estudos brasileiros anteriormente expostos, a decomposição da taxa de lucro (empresarial) feita por Bruno e Caffe (2018) engloba a participação dos lucros brutos empresariais no PIB (*profit-share*), a participação da renda financeira no produto total (*rentier-share*) e a participação dos salários (*wage-share*). Considerando-se, primeiramente, a equação do produto pela ótica da renda, $Y = \Pi + F + W$, na qual Π representa a massa de lucros brutos empresariais, F a renda financeira apropriada pelo sistema bancário-financeiro, famílias possuidoras de capital e outras empresas e W o total de salários, e depois dividindo essa equação pelo produto, obtém-se a seguinte equação:

$$\frac{\Pi}{Y} = 1 - \frac{F}{Y} - \frac{W}{Y} \quad (27)$$

ou, de outra forma, $\pi = 1 - \varphi - w^s$, onde π é *profit-share*, φ é o *rentier-share* e w^s é o *wage-share*. Prosseguindo com o raciocínio, Bruno e Caffe (2018) consideram que a taxa de lucro bruto empresarial (r) é esta:

$$r = \frac{\Pi}{K_{-1}} \quad (28),$$

na qual K_{-1} é o estoque de capital fixo produtivo defasado em um período, e que o total de salários é igual à multiplicação entre o salário médio real (ω) e o nível geral de emprego (N). Portanto, o *wage-share* pode ser reescrito como se segue:

$$w^s = \frac{W}{Y} = \frac{\omega N}{Y} = \frac{\frac{\omega N}{Y}}{\frac{N}{N}} = \frac{\omega}{p_n} \quad (29)$$

onde p_n expressa a produtividade do trabalho. Por consequência, substituindo na equação (27), o *wage-share* recentemente exposto e dividindo os dois lados dessa última equação pelo estoque de capital fixo produtivo, encontra-se a seguinte relação:

$$\begin{aligned}\frac{\Pi}{Y} &= 1 - \frac{\omega}{p_n} - \varphi \\ \frac{\Pi/K}{Y/K} &= 1 - \frac{\omega}{p_n} - \varphi \\ \frac{\Pi/K}{p_k} &= 1 - \frac{\omega}{p_n} - \varphi \\ \frac{\Pi}{K_{-1}} &= p_k \left[1 - \frac{\omega}{p_n} - \varphi \right] \quad (30)\end{aligned}$$

na qual p_k é a produtividade de capital. Do que foi exposto na equação (28), Bruno e Caffé (2018) concluem que a fórmula geral (ou macroeconômica) da taxa de lucro bruto empresarial, que considera a massa de lucros brutos líquida dos fluxos de juros pagos ao setor bancário-financeiro, é a que está representada pela equação (30).

Os autores chegaram às seguintes conclusões:

- a) em 2009, essa taxa chegou ao seu ápice e posteriormente seguiu um trajetória de declínio, assim como a produtividade do capital, até 2015;
- b) o crescimento da produtividade do trabalho, não obstante ser positivo, foi menor do que o crescimento do salário real médio e
- c) o *rentier-share* reduziu-se até 2012 e começou a crescer a partir de 2013, reflexo das elevações das taxas oficiais de juros possibilitadas pelo governo e o novo estágio de reafirmação da hegemonia financeira sobre o Estado brasileiro (BRUNO; CAFFE, 2018).

Bruno e Caffé (2018) calculam também a taxa de financeirização da economia brasileira, utilizando duas definições:

- a) volume total de ativos financeiros não-monetários dividido pelo estoque total de capital fixo produtivo e
- b) razão entre o fluxo agregado de renda financeira e o estoque total de ativos fixos produtivos.

Desse modo, os autores percebem duas correlações negativas, sendo a primeira entre a taxa de financeirização (definição 1) e a taxa de acumulação de capital fixo produtivo e a segunda entre a taxa de financeirização (definição 2) e a parcela investida dos lucros empresariais.

Posto que a financeirização – no Brasil, os autores mostram que ela é um fenômeno estrutural, que não pode ser eliminado e sim minimizado – diminui a taxa de crescimento econômico, pois ocasiona a redução da taxa de lucro empresarial e da taxa de acumulação de capital fixo (BRUNO; CAFFE, 2018), tem-se que

A análise consistente da deterioração conjuntural a partir de 2014 deve incluir os fatores contracionistas endógenos decorrentes da financeirização, agora tornados mais explícitos e mais fortes em razão das medidas recessivas de austeridade fiscal implementadas pelo governo em 2015. Se o caráter bloqueador da financeirização sobre o crescimento econômico é estrutural, sua interação com um programa de ajuste fiscal de natureza deliberadamente recessiva torna ainda mais intensa a queda do nível de atividade que já ocorreria se a economia e o Estado não estivessem subordinados aos interesses da acumulação rentista-patrimonial (BRUNO; CAFFE, 2018, p. 247).

Além das conclusões expostas, Bruno e Caffé (2018) mostram que o *wage-share* cresceu entre 2004 e 2014, contribuindo para a expansão econômica nesse período, e decresceu a partir deste último ano, o que teria efeitos negativos sobre o nível de atividade econômica do Brasil, através da redução da demanda efetiva, em um cenário de fim do *boom* dos preços das *commodities*.

A influência da financeirização sobre a dinâmica da taxa de acumulação de capital fixo é captada pela fórmula explicitada por Bruno e Caffé (2018), na qual tal taxa depende do crescimento da taxa de lucro e da proporção investida do lucro empresarial. Através desta proporção, pode-se perceber que “[...] as alocações em ativos fixos produtivos podem declinar pela preferência das empresas e detentores de capital por alocações financeiras [...]” (BRUNO; CAFFE, 2018, p. 249), e a taxa de acumulação se manter baixa ou diminuir, mesmo que a taxa de lucro esteja elevada.

A partir de 2014, sob o contexto da deterioração da conjuntura macroeconômica brasileira, na qual a taxa de lucro empresarial já estava em queda desde 2010 e o *wage-share* começara a diminuir, proporcionando a queda da demanda efetiva, as empresas preferiram expandir as alocações financeiras em detrimento da formação de capital fixo, para se defenderem de tal deterioração. Isso ajuda a explicar a incapacidade das políticas governamentais de desonerações fiscais e outras medidas para reativar a atividade econômica através de incentivos ao investimento (BRUNO; CAFFE, 2018).

A investigação de Bruno e Caffé (2018) sobre a participação das rendas empresarial, financeira e dos trabalhadores no PIB brasileiro motivou outros trabalhos, como o de Marques e Rugitsky (2020). Para esses últimos autores, a renda dos rentistas (R) é a soma entre o excedente operacional bruto do setor financeiro (GOS_f), a renda líquida de propriedade recebida por esse setor (NPI_f) e a renda de juros recebida pelas famílias dos capitalistas (IIR_h), como visto na equação abaixo:

$$R = GOS_f + NPI_f + IIR_h \quad (31)$$

Enquanto o salário (W) é a soma entre a compensação dos trabalhadores (EC), a participação da renda bruta mista (GMI_w) e a renda de juros paga pelas famílias dos trabalhadores (IIP_h), como expresso desta maneira:

$$W = EC + GMI_w - IIP_h \quad (32)$$

Ao passo que o lucro empresarial (P) é definido como se segue:

$$P = GOS_p + GMI_p + NPI_p \quad (33)$$

onde GOS_p expressa o valor resultante de quando GOS_f e GOS_g , que é o excedente operacional bruto do governo, são subtraídos do excedente operacional bruto da economia (GOS). Por sua vez, GMI_p é o resultado da subtração entre a participação da renda mista bruta da economia (GMI) e GMI_w . O termo NPI_p é igual a renda líquida de propriedade da economia (NPI) subtraída da renda líquida de juros recebida pelas famílias (NII_h) e de NPI_f – é considerado pelos autores que $NII_h = IIR_h - IIP_h$. Somando-se a renda dos rentistas, o salário e o lucro empresarial e realizando uma operação algébrica, obtém-se a renda nacional bruta do setor privado (GNI_{priv}):

$$R + W + P = GOS - GOS_g + GMI + EC + NPI = GNI_{priv} \quad (34)$$

Através da divisão por GNI_{priv} em ambos os lados da equação (34), é possível obter três participações:

$$\frac{R}{GNI_{priv}} + \frac{W}{GNI_{priv}} + \frac{P}{GNI_{priv}} = 1 \quad (35)$$

Marques e Rugitsky (2020) verificaram uma redução da participação da renda apropriada pelas empresas financeiras ($GOS_f + NPI_f$) de 5,96% a 2,97% no período 2007-2012, visto que a taxa de juros média real decresceu e os *spreads* das taxas de juros foram pressionados para baixo, pelo governo brasileiro, e uma compressão da participação da renda

dos rentistas no PIB em 2012 e 2013, relativamente aos anos de 2008 a 2011. Ademais, como os autores afirmam:

[...] Entre 2000 e 2007, as empresas financeiras receberam, em média, mais dividendos do que pagaram. Esses dividendos líquidos positivos constituíram uma parte menor da participação nos lucros das empresas financeiras, mas ainda assim foram uma parte positiva. A partir de 2008, no entanto, o nível de dividendos pagos aumentou acentuadamente e os dividendos líquidos tornaram-se negativos: em média -0,64% entre 2008 e 2012 e -1,77% entre 2013 e 2017. [...] (MARQUES; RUGITSKY, 2020, p. 12, tradução nossa).²⁷

De modo a confirmar a redução da participação da renda apropriada pelas empresas financeiras, ambos os autores ainda investigaram os dados referentes ao retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) dos cinco maiores bancos brasileiros (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander Brasil). A média anual do ROE de cada um desses bancos diminuiu: 8,67% no período 2004-2007 para 5,75% entre 2008-2011 e para 5,02% durante 2012 e 2013 (MARQUES; RUGITSKY, 2020).

Diferentemente foi o caso da renda de juros recebida pelas famílias, que representou uma média de 65% da renda dos rentistas entre 2000 e 2017, cresceu entre 2007 e 2011 e decresceu no período 2012-2013, conforme Marques e Rugitsky (2020). Esses autores também analisaram os fluxos intersetoriais de juros, evidenciando que os pagamentos de juros pelo governo – cujos destinos foram as famílias, as empresas financeiras e o resto do mundo – representaram cerca de 67% e 66% de tais fluxos nos períodos 2000-2003 e 2004-2007, respectivamente, enquanto o restante era correspondente às famílias e empresas não-financeiras. Mas a partir de 2008 as famílias tornaram-se a principal fonte de juros pagos e foram o principal destino de tais pagamentos, visto que a renda de juros líquida das empresas financeiras como parcela do GNI_{priv} manteve-se virtualmente estável e a renda de juros líquida do resto do mundo diminuiu (MARQUES; RUGITSKY, 2020).

Conforme explicam Marques e Rugitsky (2020), tais dados são condizentes com a ascensão dos salários e o aumento do endividamento das famílias durante o governo do presidente Lula, que se refletiram na elevação dos números de crédito obtido por camadas mais pobres da economia brasileira. No entanto, em torno de 2011, os empréstimos tomados pelas famílias diminuíram, devido às mudanças nas políticas do governo, à desaceleração na

²⁷ No original: “[...] Between 2000 and 2007, financial firms received, on average, more dividends than they paid out. These positive net dividends constituted a minor part of the financial firms’ income share, but it was a positive part nonetheless. From 2008 onwards, however, the level of dividends paid increased markedly and net dividends became negative: it averaged -0.64 per cent between 2008 and 2012 and -1.77 per cent between 2013 and 2017 [...]”.

formalização de trabalhadores e ao alto grau de endividamento, que impedia novos empréstimos (MARQUES; RUGITSKY, 2020). Por consequência,

A estabilização do endividamento das famílias em 2012 e 2013 é importante para entender a compressão do *rentier-share* observado no período, pois tal estabilização impediu que o endividamento das famílias compensasse a queda no pagamento de juros (como participação do GNI_{priv}) por empresas não financeiras e pelo governo, como havia feito nos períodos anteriores. A consequente redução do total de pagamentos de juros (como participação do GNI_{priv}), portanto, empurrou para baixo os dois componentes do *rentier-share*. [...] desde 2005, o aumento do nível de endividamento, sobretudo dos trabalhadores, compensou a queda das taxas de juros reais, sustentando o nível de pagamento de juros e da renda dos rentistas. À medida que o nível de endividamento se estabilizou, o efeito das taxas de juros mais baixas não pôde mais ser evitado, e a renda dos rentistas foi espremida. Criticamente, essa estabilização ocorreu exatamente no momento em que o governo estava desafiando abertamente a renda dos rentistas, reduzindo a taxa básica de juros e forçando a redução dos spreads das taxas de juros [...] (MARQUES; RUGITSKY, 2020, p. 14-15, tradução nossa).²⁸

Em síntese, conforme a argumentação de Marques e Rugitsky (2020), a participação do lucro empresarial na renda manteve-se estável durante 2005 e 2011, visto que o pagamento de juros se reduziu, em consequência da redução da taxa de juros implementada pelo governo – não obstante o crescimento mais rápido dos salários médios em relação aos preços. A compressão da renda dos rentistas nesse período foi mais do que compensada, devido ao recebimento dos juros pagos pelos trabalhadores. No entanto, entre 2012 e 2013, a queda da taxa de juros e a consequente redução da renda dos rentistas não foi compensada através dos juros pagos pelos trabalhadores, uma vez que o endividamento das famílias se manteve relativamente constante (MARQUES; RUGITSKY, 2020).

Finalmente, Martins e Rugitsky (2021) analisaram as origens e determinantes do colapso econômico brasileiro entre 2014 e 2016. Para tanto, esses autores adotaram a decomposição da taxa de lucro feita por Weisskopf (1979), utilizaram uma série de dados trimestrais das taxas de lucro, entre o período de 1996 a 2016 – o qual compreende cinco ciclos de negócios –, e consideraram que a economia brasileira nesse período fosse caracterizada por um regime de demanda *profit-led*.

²⁸ No original: “The stabilization of household borrowing in 2012 and 2013 is important to understand the rentier share squeeze that is observed in the period, because such stabilization blocked household borrowing from compensating for falling interest payments (as a share of GNI_{priv}) by nonfinancial firms and by the government, as it had done in the preceding periods. The ensuing reduction of total interest payments (as a share of GNI_{priv}), thus, pushed downward the two components of the rentier income share. [...] since 2005, an increase in the level of borrowing, especially by workers, compensated for falling real interest rates, sustaining the level of interest payments and of rentier income. As the level of borrowing stabilized, the effect of lower interest rates could no longer be avoided, and rentier income was squeezed. Critically, such stabilization took place precisely at the moment that the government was openly challenging rentier income, by reducing the policy rate and forcing down interest rate spreads”.

De acordo com esses autores, os quatro primeiros ciclos foram interrompidos por fatores exógenos e, portanto, não apresentaram um *profit-squeeze* cíclico. O quarto ciclo (segundo trimestre de 2003 ao primeiro trimestre de 2009) foi paralisado devidos às consequências da crise financeira que surgiu nos Estados Unidos no outono de 2008. Além disso, durante esse ciclo, a taxa média de crescimento foi de 5,2% e a taxa de desemprego reduziu de 12,3% para 7,9%, entre 2003 e 2008. Por causa desses fatores, das políticas adotadas nesse período e das metamorfoses na estrutura ocupacional (com a mudança técnica), o *profit-share* variou ao redor de uma tendência decrescente, que foi compensado pelas elevações da taxa de utilização da capacidade e da razão capacidade/capital (MARTINS; RUGITSKY, 2021).

Conforme Martins e Rugitsky (2021) argumentam, no período do quinto ciclo (primeiro trimestre de 2009 ao quarto trimestre de 2016), a redução do *profit-share* além de ser decorrente do crescimento econômico – e seu impacto sobre o mercado de trabalho –, foi uma consequência das políticas que elevaram o poder de barganha da classe trabalhadora (sobretudo, o crescimento do valor real do salário-mínimo) e do padrão setorial de crescimento. O efeito deste último sobre o *profit-share* ocorreu através da crescente participação (no valor adicionado agregado) de setores com o *profit-share* abaixo da média, que fez decrescer o *profit-share* médio não obstante qualquer *profit-squeeze* que aconteceu dentro desses setores.

Depois da redução da taxa de lucro, ocorrida durante o terceiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 e causada pelo decréscimo de seus três determinantes, a taxa de lucro cresceu até o último trimestre de 2009, por causa da elevação da utilização da capacidade e do *profit-share*. No entanto, esta caiu novamente, ao decorrer do *profit-squeeze* (entre o final de 2009 e início de 2014), por causa da restrição do mercado de trabalho (intensificação da luta de classes). A redução da utilização da capacidade e a razão capacidade/capital também colaboraram para a ocorrência do *profit-squeeze* (MARTINS; RUGITSKY, 2021).

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MÉTODOS DE CÁLCULO DA TAXA DE LUCRO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Esta seção tratará, brevemente, dos métodos de cálculo das variáveis utilizadas pelos autores que analisaram o movimento da taxa de lucro: o resíduo do *wage-share* para o cálculo do *profit-share*, o filtro Hodrick-Prescott (HP) para a estimação da utilização da capacidade instalada e o método dos estoques perpétuos para a obtenção do estoque de capital fixo.

3.2.1 O *profit-share*

Os estudos sobre a economia brasileira, apresentados anteriormente, que empregaram de alguma forma a decomposição da taxa de lucro de Weisskopf (1979), calcularam o *profit-share* como o resíduo do *wage-share* – os trabalhos de Bruno e Caffé (2018) e Marques e Rugitsky (2020) diferenciam-se dos demais, entre outros fatores, por englobarem nessa decomposição tanto o *wage-share* como o *rentier-share*. Para esse cálculo, considera-se o PIB pela ótica da renda, que é a soma entre a remuneração dos trabalhadores empregados e o excedente operacional bruto (ou massa de lucros) – isto é, utiliza-se a distribuição funcional da renda:

$$Y = \Pi + W \quad (36)$$

Dividindo-se ambos os lados por Y e realizando-se uma manipulação algébrica, obtém-se:

$$\frac{\Pi}{Y} = 1 - \frac{W}{Y} \quad (37)$$

Esse tipo de cálculo pode apresentar algumas adversidades, como a problemática dos rendimentos mistos da economia (ou rendimentos autônomos), de acordo com Miebach (2017). Esses rendimentos referem-se àquelas atividades em que a diferenciação entre o que são rendimento do trabalho e rendimento do capital não é fácil de ser determinada. A consequência disso é sobrestimação da categoria na qual tais rendimentos são incluídos e, portanto, a obtenção de estimativas incorretas em relação tanto ao *profit-share* como ao *wage-share*. No entanto, é comum que tais rendimentos sejam incorporados aos lucros, sobestimando o *profit-share* e subestimando o *wage-share* (MIEBACH, 2017).

3.2.2 A utilização da capacidade instalada

Para o cálculo do segundo termo da decomposição de Weisskopf (1979), a taxa de utilização da capacidade instalada, que reflete os impactos da demanda sobre a taxa de lucro e, portanto, está relacionada com o problema de realização das mercadorias como causa das crises

econômicas, é necessária a estimação do produto potencial. Entre os métodos de estimação estão o filtro Hodrick Prescott (filtro HP), o filtro de Kalman e a estimação por meio de uma função de produção (THEODOSIO, 2019). De acordo com Basu (2017), o filtro HP é mais adequado para estudos de curto prazo, tais como Marquetti, Hoff e Miebach (2017) e Martins e Rugitsky (2021). O filtro HP

[...] é uma ferramenta matemática que extrai a tendência das séries temporais buscando remover o componente cíclico. É um método simples, frequentemente utilizado para remover as oscilações de curto prazo e “suavizar” séries macroeconômicas. A principal crítica ao filtro é pela subjetividade na escolha do parâmetro de suavização, não havendo consenso sobre seu valor (RIBEIRO, 2021, p. 32).

3.2.3 O estoque de capital fixo

Visto que o “[...] Brasil não tem uma medida oficial do estoque de capital e depreciação [...]” (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2010, p. 501, tradução nossa), existem alguns estudos, tais como Hoffman (2000), Morandi e Reis (2004) e Mesquita e Marquetti (2005), que realizaram estimativas sobre essas variáveis, que são necessárias para o cálculo da razão produto (potencial)-capital. A característica comum entre esses estudos é a utilização do Método dos Estoques Perpétuos (MEP) para estimação do estoque de capital fixo e da depreciação.

De acordo com Morandi e Reis (2004) e Morandi (2011, 2016), o estoque de capital fixo pode ser estimado através da forma direta ou indireta – o MEP é caracterizado como estimação indireta. Ambos os autores argumentam que a primeira forma não é adequada, devido, entre outros fatores, às especificações de inclusão e mensuração dos ativos não serem sempre consistentes no tempo ou com outras variáveis econômicas e aos dados utilizados não serem pesquisas censitárias ou sistemáticos no tempo e no espaço. Sobre o MEP, Morandi (2011, p. 6) afirma que:

O MEP estima o estoque de capital fixo acumulando os fluxos macroeconômicos brutos de investimento para diversas categorias de ativo, deduzindo a depreciação física ou perda de eficiência que ocorre ao longo da vida útil. Ou seja, a hipótese básica do modelo é de homogeneidade dos bens de capital que compõem os fluxos de investimentos agregados no tempo. Por outro lado, a precisão das estimativas vai depender do nível de desagregação e da qualidade dos dados de investimento e dos índices de preço, bem como da verossimilhança das hipóteses adotadas sobre vida útil e depreciação de cada ativo.

O MEP é recomendado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e é adequado para a análise da economia brasileira, pois as Contas Nacionais do Brasil possuem dados coerentes com a metodologia (MARQUETTI, 2000; MORANDI; REIS, 2004; MORANDI, 2011, 2016; MARTINS, 2017). Conforme tal metodologia e seguindo Marquetti (2000), o estoque líquido de capital fixo ($ELCF$) pode ser denotado como:

$$ELCF_t^i = ELCF_{t-1}^i + FBCF_t^i - D_t^i \quad (38)$$

em que i representa o tipo de ativo (construção, máquinas e equipamentos e outros); t é o período de tempo; $FBCF$ expressa a formação bruta de capital fixo e D denota o consumo de capital fixo. O último termo da equação (38) é:

$$D_t^i = FBCF_t^i - (ELCF_t^i - ELCF_{t-1}^i) \quad (39)$$

Realizando substituições sucessivas de $ELCF$ na equação (38), tem-se:

$$ELCF_t^i = \sum_{s=0}^v d_s^i FBCF_{t-s}^i \quad (40)$$

onde v simboliza a vida útil do ativo, s representa a idade do ativo e d_s^i é a função de depreciação. Diferente de Morandi e Reis (2004) e Morandi (2011, 2016), que adotam função de depreciação sob sua forma linear, Marquetti (2000) utiliza a forma geométrica:

$$d_s^i = (1 - \delta)^s \quad (41)$$

na qual δ é a taxa de depreciação, calculada pela divisão entre a taxa de declínio do valor do ativo e sua vida útil.

Hoffman (2000), Marquetti (2000), Morandi e Reis (2004) e Morandi (2011, 2016) estimaram o estoque de capital fixo em preços constantes, diferentemente de Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010), que calcularam essa variável em preços correntes. Essa diferença faz parte de um amplo debate acadêmico cujo tema é a mensuração da taxa de lucro em custos históricos, custos correntes, preços constantes ou a preços constantes do PIB e que é investigado por Marquetti *et al.* (2019).

Conforme Marquetti *et al.* (2019), os adeptos à interpretação de que a taxa de lucro deve ser calculada em custos históricos são aqueles vinculados ao Sistema Único Temporal (*Temporal Single System*, TSS), como Kliman (2010, 2011) e Freeman (2012); enquanto Weisskopf (1979), Bowles, Gordon e Weisskopf (1986), Duménil e Lévy (1993, 2011) e Bakir e Campbell (2010) defendem que ela deve ser calculada em custos correntes e Kliman (2010, 2011) indica também uma taxa de lucro ajustada pela inflação. De modo sintético,

[...] Os estudiosos associados ao TSS sugerem que o estoque líquido de capital fixo deve ser medido a preços históricos. Os bens de capital são avaliados a preços de aquisição. No caso da taxa de lucro corrigida pela inflação, o lucro é deflacionado pelo índice de preços do PIB e o estoque líquido de capital fixo é estimado a preços relativos, a razão entre o preço dos bens de capital e o deflator do PIB, dos períodos corrente e passado. [...] O outro grupo maior recomenda que os lucros sejam medidos a preços correntes e o estoque líquido de capital fixo seja avaliado a preços correntes (MARQUETTI *et al.*, 2019, p. 53, tradução nossa).²⁹

Entre as conclusões apontadas por Marquetti *et al.* (2019) estão:

- a) como a taxa de lucro a custos históricos cresce com a inflação, ela não é determinada somente pelo *profit-share* e pela razão produto-capital³⁰;
- b) essa razão mensurada em custos históricos não refletiu mudanças técnicas na economia brasileira;
- c) a taxa de lucro medida em preços constantes não considera o barateamento dos bens de capital fixo, que é uma das causas contra-arrestantes da queda tendencial da taxa de lucro;
- d) a taxa de lucro a preços constantes do PIB é estimada por meio do emprego de uma média ponderada dos preços relativos atuais e anteriores e os institutos nacionais não estimam o estoque de capital fixo a preço constante do PIB e
- e) a taxa de lucro a preços correntes possibilita uma mensuração da taxa de lucro em um contexto de alta inflação, sendo uma variável importante na análise da dinâmica do capitalismo brasileiro.

²⁹ No original: “[...] The scholars associated with TSS suggest that the net fixed capital stock must be measured at historical prices. The capital goods are valued at acquisition prices. In the case of the inflation-adjusted rate of profit, the profit is deflated by the GDP price index and the net fixed capital stock is valued at relative prices, the ratio between the price of capital goods and the GDP deflator, of the current and past periods of time. [...] The other larger group recommends that profits must be measured at current prices and the net fixed capital stock must be valued at current prices”.

³⁰ Marquetti *et al.* (2019) não utilizam a taxa de utilização da capacidade instalada para o cálculo da taxa de lucro.

4 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Para a análise da crise da economia capitalista no Brasil, que começou a se manifestar em 2014, é necessária, primeiramente, uma investigação da dinâmica tanto conjuntural quanto estrutural de tal economia – a qual está integrada aos movimentos do sistema capitalista mundial. É coerente buscar as causas de uma crise na trajetória econômica anterior a ela e é isso que Carneiro (2018) faz, ao investigar a interação entre três elementos da economia brasileira, a saber: o estrutural, o cíclico e a política econômica. Ou seja, como implicitamente indicado na introdução, pretende-se ir além da interpretação de que *per se* as decisões de política macroeconômica praticadas pelo Estado brasileiro causaram a crise.

Nesse sentido, não obstante a ascensão em 2002 de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, que proporcionou expectativas positivas para a classe trabalhadora, tem-se um fator significativo: o Brasil está estruturalmente integrado aos movimentos da dinâmica internacional do capital, os quais têm passado por transformações desde a década de 1970. Durante esse período, o capitalismo passou por uma crise estrutural, causada pela queda da taxa de lucro e pelas taxas de inflação crescentes, que representavam as tensões econômicas existentes, conforme observam Duménil e Lévy (2011).

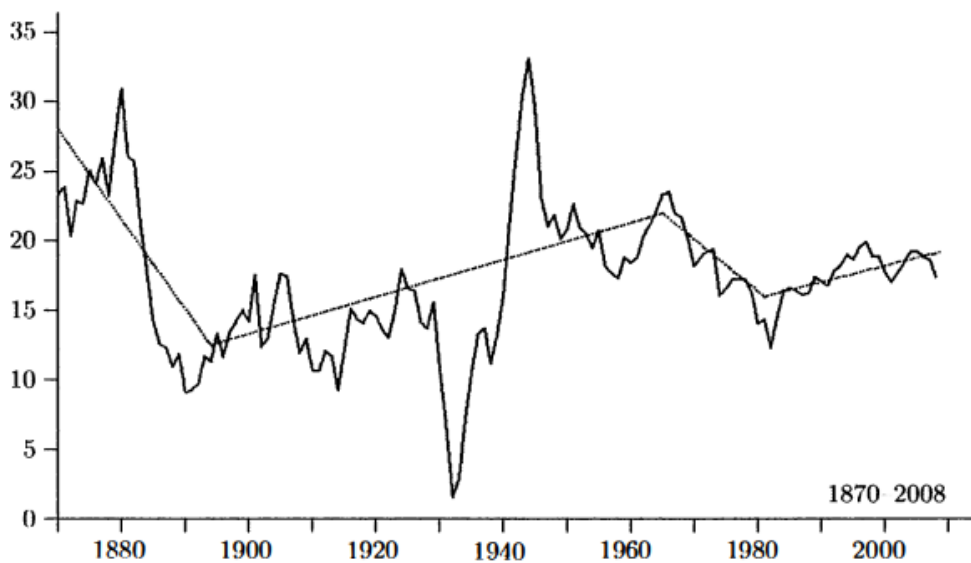
Essa crise estrutural foi “[...] marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional [...]” (ALVES, 2008, p. 1) e pode ser considerada a síntese de diversas crises e a ascensão de novas maneiras de acumular capital:

[...] crise do sistema de Bretton Woods. Crise do padrão de financiamento da acumulação de capital. Crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra. Crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital. A microeletrônica e a informática distinguem-se das transformações tecnológicas anteriores, posto que incidem sobre todo o tecido econômico e, crescentemente, sobre o tecido social. Assim, pôde se generalizar e ganhar o status de revolução tecnológica (GENNARI, 2016, p. 32).

Conforme o argumento apresentado por Harvey (2008), entre os sinais da grave crise de acumulação estavam: estagflação ao decorrer da década de 1970; crises fiscais de vários países, como a Grã-Bretanha, com diminuição da arrecadação de impostos e crescimento dos gastos; rompimento do acordo de Bretton Woods; abandono das taxas de câmbio fixas e adoção de taxas de juros flutuantes. Enquanto para Antunes (2009), a compreensão dessa crise é de grande complexidade, por causa da intensidade das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

A Figura 3 apresenta a taxa de lucro da economia não residencial privada dos Estados Unidos, principal economia capitalista mundial. Pode-se perceber nessa figura uma tendência decrescente dessa taxa durante as décadas de 1960 e 1970. A crise estrutural do capitalismo propiciou a ascensão e a predominância do neoliberalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2011) e, logo a partir da década de 1980, é possível verificar uma tendência crescente da taxa de lucro do Estados Unidos – embora em um ritmo moderado e em patamar inferior ao que ocorreu durante décadas precedentes, no século XX.

Figura 3 – Taxa de lucro secular dos Estados Unidos (% a.a.)

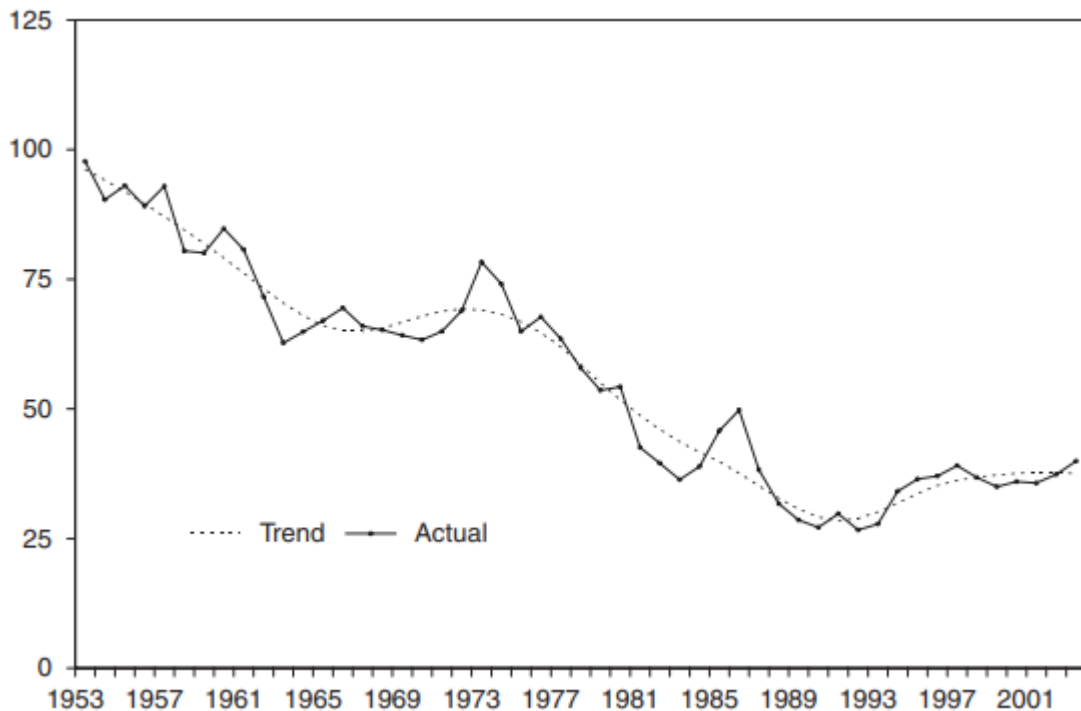


Fonte: Duménil e Lévy (2011).

Nota: As linhas contínuas representam a taxa de lucro e as pontilhadas a linha de tendência. Conforme Duménil e Lévy (2011), no numerador os lucros são mensurados como o produto interno líquido menos a compensação total do trabalho, enquanto no denominador está o estoque de capital fixo deduzida a depreciação.

Como exposto no capítulo anterior, a taxa de lucro da economia brasileira decresceu anualmente 6,3% entre 1973 e 1989, anos coincidentes ao período de crise estrutural do modo de produção capitalista. No entanto, essa importante variável para a acumulação de capital aumentou 2,4% a.a. entre 1989 e 2003, período no qual as políticas neoliberais foram implementadas, objetivando o crescimento e a retomada da valorização do capital (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2010). Na Figura 4 é exposto o movimento de longo prazo da taxa de lucro da economia brasileira, no decorrer do período de 1953 a 2003.

Figura 4 – A taxa de lucro no Brasil (%): 1953-2003



Fonte: Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010).

Na Figura 4 é possível perceber uma certa recuperação da taxa de lucro brasileira, a partir de 1989, mas a um patamar inferior ao verificado nos anos precedentes, principalmente em relação ao período 1953-1973, e com uma relativa estabilidade. Essas características da taxa de lucro podem estar associadas aos tipos de medidas implantadas pelo Estado brasileiro, conforme a breve discussão seguinte.

A partir da ascensão e predominância do neoliberalismo, foram adotadas pelos Estados capitalistas políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, o que concedeu liberdade ao capital para se mover sem restrições em todo o mundo e viabilizou a subsunção do capital produtivo à lógica do capital financeiro³¹ (GENNARI, 2016). De acordo com Justen e Gurgel (2021, p. 3-4), “o neoliberalismo, portanto, é apenas uma forma assumida pelo capitalismo, na retomada da valorização perdida com a crise dos anos 1970 [...]”.

Esses últimos autores ainda argumentam que o cerne daquela forma assumida pelo capitalismo é a retomada das relações do capitalismo primitivo entre capital e trabalho e entre Estado e sociedade, com as seguintes características:

³¹ Não se advoga aqui que o capital industrial se contrapõe com o capital financeiro, embora, no que se refere à divisão da massa de mais-valor, ambos concorrem para se apropriarem da maior parte possível dela, conforme Marx (2017b) explica na seção sobre o capital portador de juros.

- a) novas normas de trabalho com ausência parcial de proteções trabalhistas³²;
- b) diminuição da remuneração da força de trabalho;
- c) flexibilização das funções do Estado em consonância com as possibilidades e necessidades de a valorização do capital retornar e
- d) deterioração dos entraves ao movimento dos capitais internacionais (JUSTEN; GURGEL, 2021).

O Consenso de Washington, nome popularmente reconhecido do encontro ocorrido em 1989 na capital dos Estados Unidos, convergiu com as características do neoliberalismo. Dois de seus contribuidores, John Williamson e Pedro Paulo Kuczynski, recomendaram algumas reformas de Estado na América Latina, entre as quais estavam:

[...] disciplina fiscal; mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados. (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2003, p. 1³³ *apud* JUSTEN; GURGEL, 2021, p. 6).

Como argumenta Gennari (2016), o Estado neoliberal funciona como um mecanismo que unifica mundialmente os esquemas de valorização financeira, associando partes do capital internacional ao capital local e assegurando a base política desse último, com o intuito de garantir a acumulação de capital. Nesse sentido, as políticas monetária, fiscal e cambial convergem com os interesses do capital financeiro. Por isso,

O Estado neoliberal converte-se em fundamental ducto pelo qual passa a mais valia mundial em direção às mãos do capital financeiro rentista. Sua forma fenomênica é a dívida pública gigantesca e sua política econômica, orquestrada pelo FMI e Banco Mundial; é a chamada para a geração de superávits primários, desregulamentação financeira, câmbio flexível e outros itens que garantam a livre circulação do capital, mas fundamentalmente o fluxo do excedente econômico gerado globalmente (GENNARI, 2016, p. 37).

O intuito dessa digressão não foi discutir com profundidade as causas e consequências da crise estrutural pela qual passou o modo de produção capitalista a partir da década de 1970, pois foge do escopo deste trabalho, mas mostrar em qual contexto mundial a economia brasileira está integrada. Nesse contexto,

³² Entre as respostas do capital à crise estrutural da década de 1970 estão as formas flexíveis de acumulação de capital, cuja base está na flexibilização dos métodos de trabalho, do mercado de trabalho, das mercadorias e dos padrões de consumo e nos modelos alternativos ao fordismo, entre os quais está o toyotismo (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009).

³³ A obra citada é WILLIAMSON, J.; KUCZYNSKI, P-P. Depois do Consenso de Washington: Crescimento e reforma na América Latina. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

O campo produtivo é marcado pela terceira revolução industrial, dominada pela microeletrônica, a tecnologia da informação e a constituição das cadeias globais de valor, com a emergência de seu maior protagonista, a China. O Brasil mantém-se relativamente à margem do processo, tendo sido objeto de uma especialização regressiva na indústria cuja principal característica foi o aumento da participação dos setores intensivos em recursos naturais e a perda de importância dos segmentos de maior intensidade tecnológica [...] (CARNEIRO, 2018, p. 13).

Diante do exposto nesta subseção, portanto, verificou-se que o Brasil, por estar integrado ao capitalismo mundial, esteve sob determinação dos movimentos dos capitais internacionais, os quais sofreram impactos decorrentes da crise estrutural da década de 1970 e provocaram transformações no processo de produção global do capital e nos papéis desempenhados pelo Estado. A queda da taxa de lucro tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil, como consequência dessa crise, engendrou a difusão da adoção de medidas neoliberais, as quais culminaram em uma maior mobilidade de capitais, efetivaram a subsunção do capital produtivo ao capital financeiro e propiciaram a recuperação, ainda que parcial, da taxa de lucro desses dois países.

4.1. GOVERNOS LULA (2003-2010)

A especialização regressiva na indústria, conforme apontado por Carneiro (2018), pode ser decorrente, entre outros fatores, da falta da implementação, por parte dos governos do PT, de um programa nacional em defesa e/ou promoção da industrialização, para superar as raízes do subdesenvolvimento brasileiro, tal como foi tentado durante o período de Industrialização por Substituição de Importações (ISI)³⁴ no transcorrer do século XX, principalmente após a II Guerra Mundial (FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020).

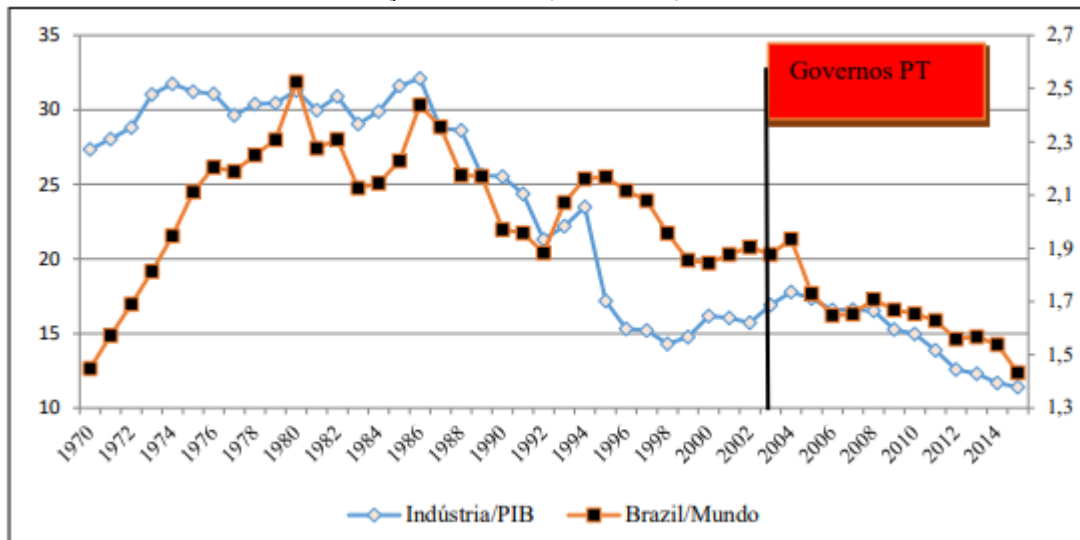
Vale lembrar que a trajetória do setor industrial brasileiro tem características determinadas por políticas que atenderam as proposições do Consenso de Washington, estando profundamente vinculada aos impactos das políticas praticadas na década de 1990 e, sobretudo, após 1994, ano em que a desregulação do investimento direto estrangeiro e a abertura comercial aceleraram-se no contexto da moeda nacional apreciada (CARNEIRO, 2007)³⁵.

³⁴ Entre 1953 e 1973, período considerado por Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010) como a era de ouro do modelo de Industrialização por Substituição de Importações, a taxa anual média de crescimento da economia brasileira foi de 7,5%.

³⁵ Carcanholo (2012) argumenta que a experiência neoliberal no Brasil, durante a década de 1990, não foi um sucesso, visto que: i) a taxa média de crescimento durante essa década foi de 1,78%, enquanto na década anterior foi de 2,2%; ii) a taxa de investimento como proporção do PIB diminuiu, de 17,7% para 15,9%, entre as décadas de 1980 e 1990; iii) as taxas de desemprego cresceram, de 3,3% em 1989 para 7,6% em 1999; iv)

Como afirmam Fonseca, Arend e Guerrero (2020), a partir da observação na Figura 5 da participação da indústria no PIB, existe um processo de desindustrialização³⁶ em decurso desde a década de 1980, que se aprofundou durante os governos do PT: entre 2003 e 2015, essa participação caiu 5,5 pontos percentuais. Comparando a indústria brasileira à indústria mundial, os autores salientam que um processo relativo de desindustrialização se iniciou também nos anos de 1980, intensificando-se a partir de meados da década de 1990.

Figura 5 – Participação percentual da indústria de transformação no PIB brasileiro (eixo esquerdo) e na indústria de transformação do mundo (eixo direito), em 1970-2015



Fonte: Fonseca, Arend e Guerrero (2020).

Outro motivo para aquele processo de desindustrialização está nas adversidades colocadas pelas políticas de estabilização praticadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e continuadas pelos governos do PT (FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020). No início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central eram, respectivamente, Antônio Palocci e Henrique Meirelles – defensores da ortodoxia do pensamento econômico.

Durante esse governo foi preservado, sob o regime de metas de inflação, o tripé da política econômica praticada pelo governo FHC entre 1999 e 2002: elevadas taxas de juros

o processo de abertura externa aumentou a dependência dos fluxos externos para o equilíbrio do balanço de pagamento e vulnerabilidade externa e v) houve uma piora na distribuição de renda, devido ao agravamento das distribuições funcional da renda, a concentração de riqueza e a elevação da participação de desempregados, trabalhadores autônomos, não-assalariados e trabalhadores sem registro na estrutura ocupacional brasileira.

³⁶ Squeff e De Negri (2014) afirmam que esse processo se refere à diminuição da participação do setor industrial no PIB e/ou ao decréscimo do emprego desse setor comparativamente ao emprego total na economia. Esses autores ainda explicitam as possíveis causas desse processo, que pode ser natural ou precoce.

reais, superávit primário nas contas do governo e câmbio apreciado (FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020). Ademais,

[...] a abertura financeira da economia brasileira foi aprofundada e novas medidas foram tomadas no sentido de criar um ambiente mais amigável à riqueza financeira (por exemplo, a reforma da lei de falências, que passa a dar primazia aos credores detentores de títulos de dívida, e a extensão da reforma da previdência aos servidores públicos) (PAULANI, 2017, p. 138).

Em perspectiva semelhante, Corsi (2016) argumenta que a continuidade daquele tripé e a abertura financeira e comercial convergiam com as predileções do capital financeiro brasileiro e internacional. Essa continuidade também representou a concretização do acordo oferecido por Lula na “Carta ao Povo Brasileiro”, durante sua campanha eleitoral (2002) pela presidência; ou seja, reconheceu e perpetuou a hegemonia do capital financeiro ao transferir o controle das taxas de juros e de câmbio à burguesia financeira e setores rentistas (FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020).

Dessa forma, aquela carta anunciou àqueles preocupados com limitações aos movimentos do capital que as diretrizes neoliberais recomendadas não seriam descumpridas – pelo menos no campo das políticas monetária, fiscal e cambial, por um momento. Como afirmam Dathein e Fonseca (2019), o setor financeiro é hegemônico na economia brasileira, desde pelo menos a década de 1980, e por isso as seguintes regras são institucionalizadas:

[...] (a) a definição das políticas monetárias e cambiais cabe ao Banco Central e, ao Ministério da Fazenda, a política fiscal (gastos e tributação); (b) o Banco Central, mesmo não dispondo de autonomia legal, tem-na garantida “na prática”, pelo menos desde o governo de F. H. Cardoso; (c) o sistema de metas de inflação é o princípio norteador da política econômica; e (d) a variável principal e definidora na condução da política econômica é o déficit público primário (DATHEIN; FONSECA, 2019, p. 3).

Diante da execução das medidas neoliberais representadas pelas políticas econômicas do Estado brasileiro, Fonseca, Arend e Guerrero (2020) interpretam as elevadas expansões do PIB brasileiro durante os dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) como decorrentes:

- a) da fase de crescimento cíclico subsequente ao período de fraco crescimento e propiciado pela demanda chinesa por *commodities* brasileiras;
- b) da expansão do crédito às famílias, que ocasionou a elevação do endividamento e
- c) do aumento real do salário-mínimo, o qual impactou sobre a demanda interna.

As políticas econômicas implementadas durante o período de governo do Presidente Lula não convergiram apenas com os interesses do capital financeiro. Isso porque,

posteriormente à crise do mensalão em 2005 e a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda, aspectos que remetiam ao período desenvolvimentista brasileiro no século XX começaram a prevalecer nas medidas tomadas por esse governo. Várias dessas medidas tiveram como finalidade o crescimento do mercado doméstico brasileiro. A política fiscal deixou de ser contracionista, com maior expansão do nível de utilização da capacidade instalada, não obstante a presença de uma elevada taxa de juros real (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

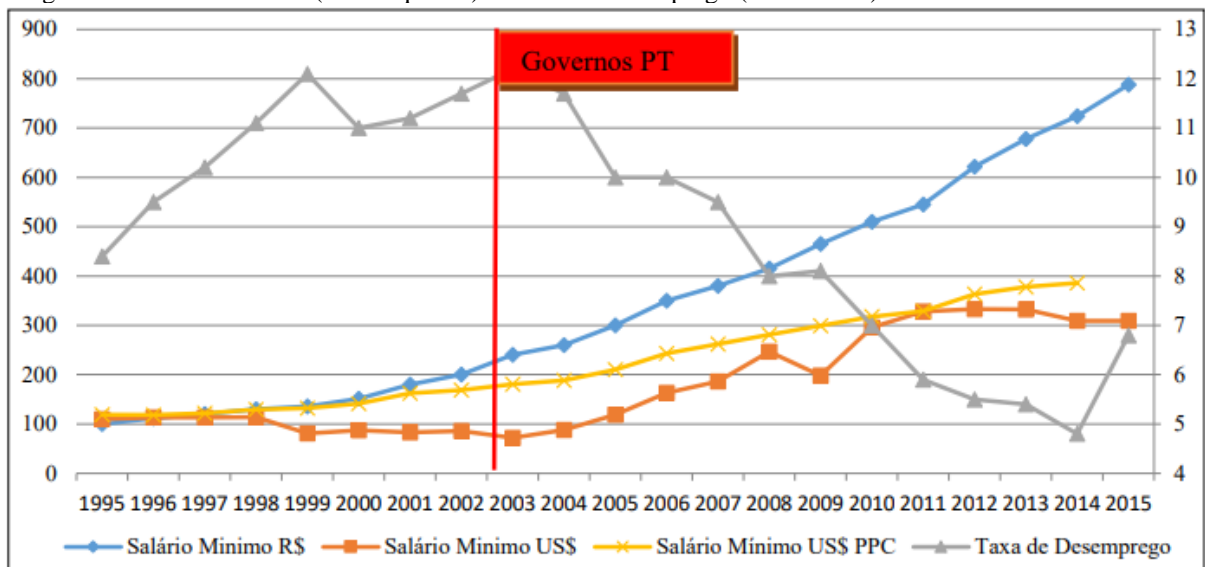
Entre outras medidas empreendidas pelo governo Lula estão as expansões:

- do crédito (principalmente para o setor imobiliário);
- do gasto público;
- dos investimentos em infraestrutura, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e
- da atividade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de longo prazo a juros menores (CORSI, 2016).

Agregam-se a essas medidas as políticas sociais e relacionadas com o mercado de trabalho praticadas por esse governo, tais como: Bolsa Família, elevação do salário-mínimo real, Minha Casa Minha Vida, Luz Para Todos etc. (PAULANI, 2017).

A Figura 6 apresenta as evoluções do salário-mínimo (na moeda brasileira, na moeda estadunidense à taxa de câmbio do ano corrente e na moeda estadunidense conforme a paridade do poder de compra) e da taxa de desemprego:

Figura 6 – Salário-Mínimo (eixo esquerdo) e Taxa de Desemprego (eixo direito) brasileiros entre 1995 e 2015

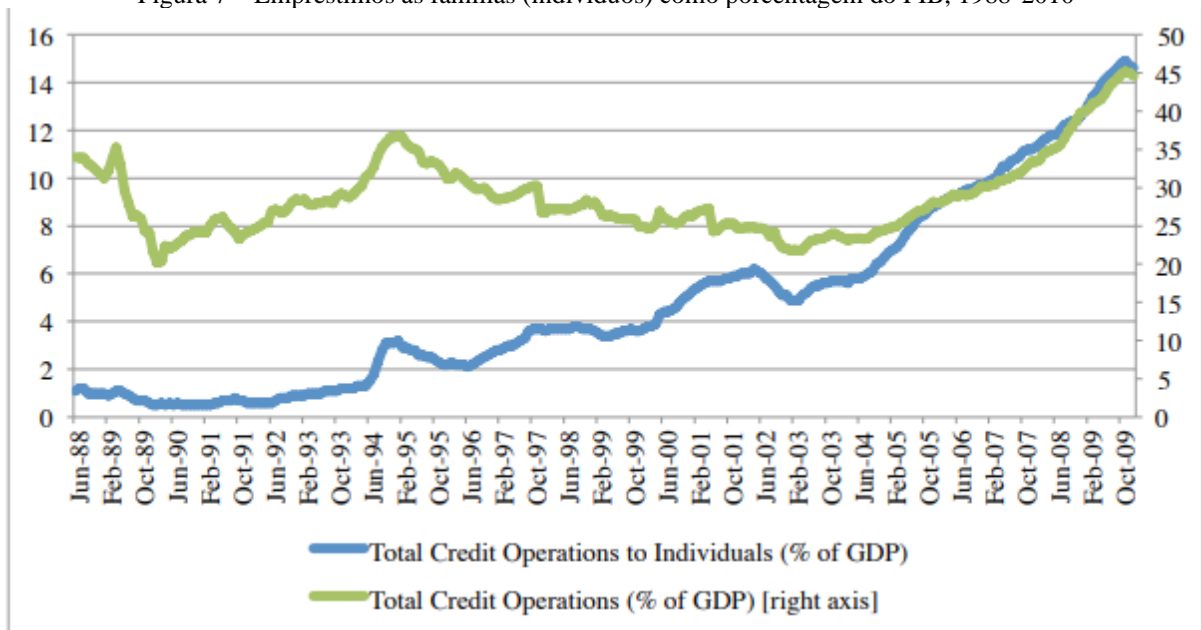


Fonte: Fonseca, Arend e Guerrero (2020).

Conforme a figura acima, a partir de 2003, primeiro ano de governo do Presidente Lula, o salário-mínimo cresceu, atingindo quase R\$ 800,00 em 2015, embora tenha decrescido em dólares durante o período de crise mundial do capitalismo (2008-2009). Enquanto a taxa de desemprego, também a partir daquele ano, apresentou uma tendência de queda até o final de 2014, ano que se iniciou a crise da economia capitalista brasileira – não obstante um breve aumento naquele período de crise mundial –, e já começou a se elevar em 2015.

Em relação a expansão do crédito durante os governos do Presidente Lula, a participação das operações totais de crédito para pessoas físicas no PIB brasileiro alcançou 14,9%, durante o período entre 2004 e 2009, o que impactou positivamente participação das operações totais de crédito no PIB, a qual decresceu entre 1994 e 2002 de um pouco menos de 37% para aproximadamente 22% e, após este ano, atingiu 45% no fim de 2009, de acordo com Rugitsky (2017). A Figura 7 deixa mais explícita a evolução dessas duas variáveis:

Figura 7 – Empréstimos às famílias (indivíduos) como porcentagem do PIB, 1988-2010



Fonte: Rugitsky (2017).

A participação da dívida das famílias na renda disponível era de 20,4% em 2005, 41,1% em 2011, 45,9% em 2015 e 43,5% em 2016 (RUGITSKY, 2017). A evolução dessa dívida pode estar associada a um dos tipos de créditos concedidos no Brasil durante o governo do Presidente Lula: o crédito consignado, instituído pela Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003 e operando a partir de 2004 (CINTRA, 2006; SINGER, 2009; BRANDÃO, 2021).

[...] o aumento do endividamento seguiu-se ao aumento dos salários, uma vez que grandes segmentos da população conseguiram superar as restrições de crédito, podendo acessar pela primeira vez aos serviços bancários em geral. Além disso, fatores institucionais, como a permissão legal de uma modalidade de crédito com pagamento automático em folha de pagamento (o crédito consignado), estimularam o aumento da captação a juros mais baixos, principalmente entre a parcela crescente de trabalhadores com carteira assinada (MARQUES; RUGITSKY, 2020, p. 14, tradução nossa).³⁷

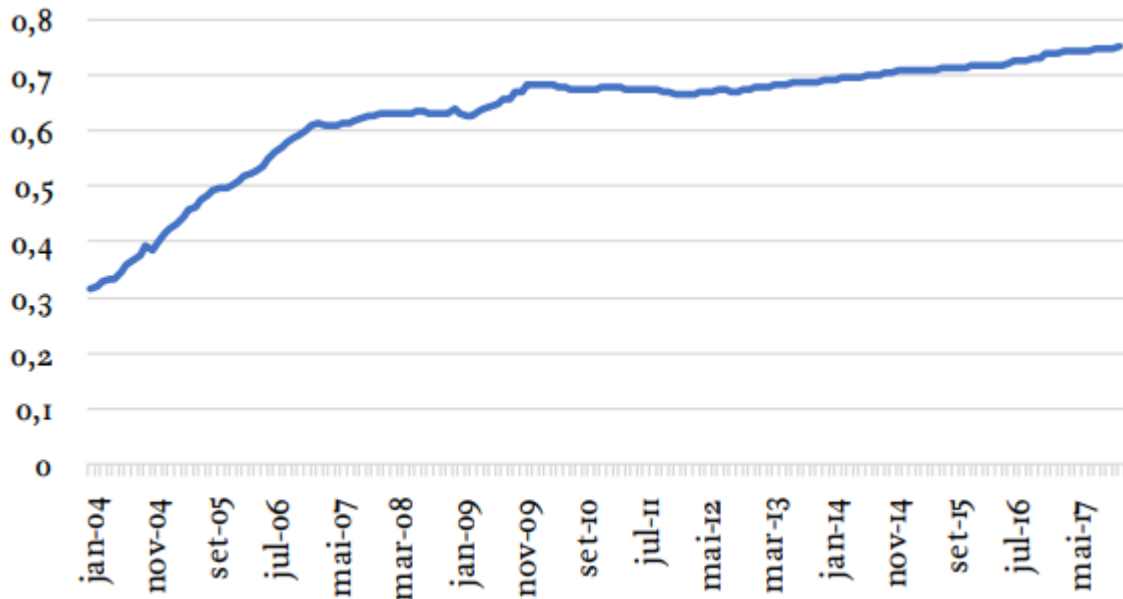
O crédito consignado foi um dos instrumentos do governo para aumentar o financiamento bancário entre a população brasileira, ao lado da expansão do empréstimo à agricultura familiar e do microcrédito, e possibilitou que partes dos empréstimos fossem descontadas mensalmente pelos bancos diretamente da folha de pagamentos do trabalhador assalariado ou do aposentado (SINGER, 2009). Desse modo,

[...] O sistema de crédito consignado, com desconto em folha de salário, reduz o risco das operações e, portanto, das taxas de juros. Em dezembro de 2005, as taxas de juros médias nos contratos de crédito consignado situavam-se em torno de 36% ao ano, enquanto nos contratos de crédito pessoal permaneciam em torno de 82% ao ano, em média. A título de comparação, a taxa de juros média dos contratos com as pessoas jurídicas era de 31,7% ao ano, no mesmo período. Dessa forma, fica evidente que os bancos alteraram seus portfólios e ampliaram suas margens de lucro com a expansão do crédito pessoal (CINTRA, 2006, p. 313).

Desde 2004, o saldo das operações de crédito consignado expandiu-se intensamente – não ultrapassando R\$ 10 bilhões em janeiro desse ano e chegando próximo a R\$ 50 bilhões em dezembro de 2006 – e a participação dessa modalidade de crédito no crédito pessoal cresceu de cerca de 30% para mais de 60% entre 2004 e 2007, cuja consequência foi a liderança desse tipo de crédito na elevação do crédito pessoal (BRANDÃO, 2021). A Figura 8, abaixo, mostra a evolução dessa participação.

³⁷ No original: “[...] higher indebtedness followed rising wages, as large segments of the population were able to overcome credit constraints, being able to access banking services in general for the first time. Additionally, institutional factors, like the legal permission of a credit modality with automatic repayments from the paycheck (the *crédito consignado*), stimulated increased borrowing at lower interest rates, especially among the growing share of workers with formal labour contracts”.

Figura 8 – Participação do crédito consignado no crédito pessoal total, em 2004-2017

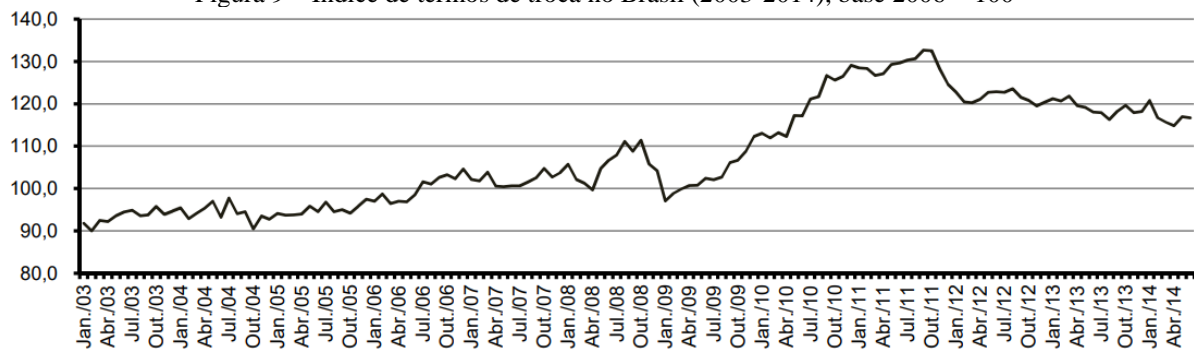


Fonte: Brandão (2021).

No que se refere ao comércio exterior brasileiro, ganharam destaque no começo deste milênio as exportações de *commodities*, principalmente com destino à China. Entre 2003 e 2011, os preços internacionais das *commodities* valorizaram-se significativamente, sendo que os preços nominais dos combustíveis atingiram o patamar mais alto em julho de 2008, enquanto os preços nominais das *commodities* metálicas e agrícolas chegaram nesse patamar em fevereiro e abril de 2011, respectivamente (BLACK, 2015). Conforme Serrano e Summa (2015), o crescimento médio por ano das exportações brasileiras, no período compreendido entre 2004 e 2010, foi de 5,2%. Isso refletiu-se positivamente na evolução dos termos de troca, como é possível ser visto na Figura 9.

O fator-China foi importante para a evolução positiva dos termos de troca brasileiros. De acordo com De Conti e Blikstad (2018), a participação desse país no comércio exterior brasileiro expandiu-se significativamente neste século, superando em 2009 os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil. Os autores ainda mostram que as exportações chinesas para o Brasil eram compostas quase totalmente por bens de capital, de consumo e intermediários, no período de 2001 e 2015, enquanto os bens primários sempre tiveram a menor participação entre esses anos.

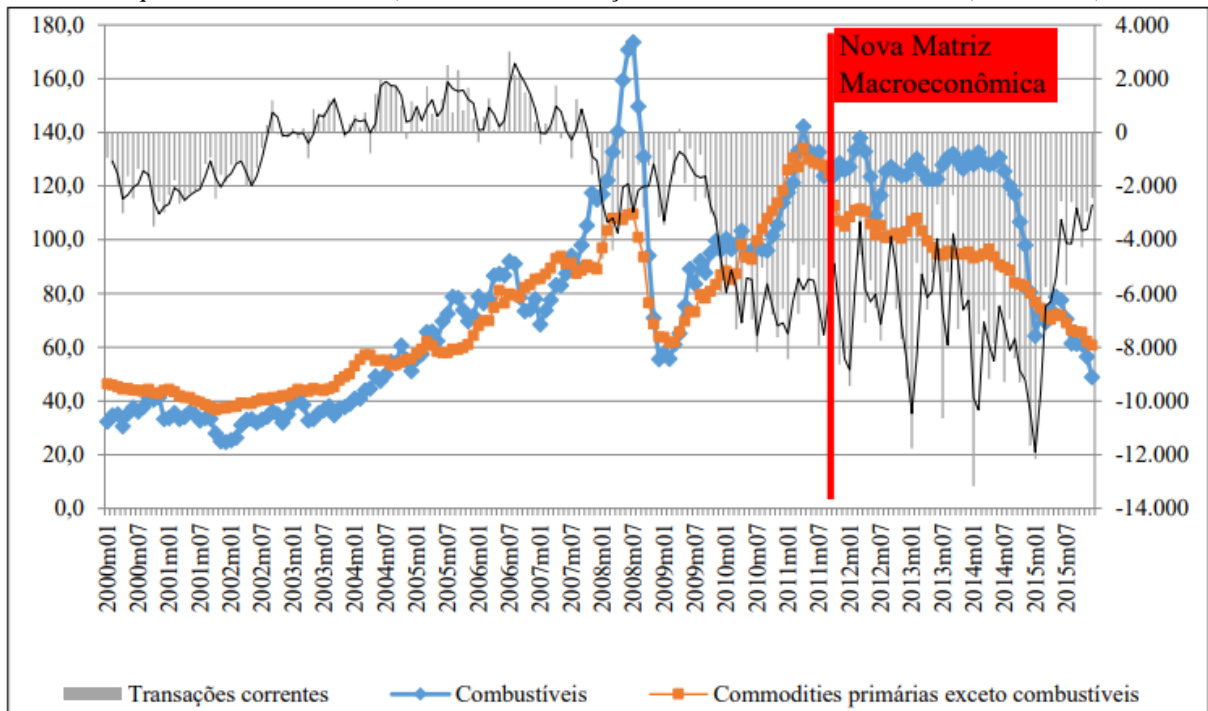
Figura 9 – Índice de termos de troca no Brasil (2003-2014), base 2006 = 100



Fonte: Black (2015).

Entretanto, no que se refere às exportações brasileiras para a China, De Conti e Blikstad (2018) evidenciam em um gráfico que o principal componente foram as matérias-primas, ocupando mais de 50% do total das exportações entre 2001 e 2015 – com exceção do ano de 2003, em que a participação das matérias-primas nas exportações totais para a economia chinesa esteve entre 40% e 50%. Conforme argumentado por Martins e Rugitsky (2021), o *boom* das *commodities* no decorrer da primeira década do século XXI e a liquidez abundante relacionada a ele minimizaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira, possibilitando que o crescimento e os ciclos de demanda e distribuição ocorressem sem dificuldades no balanço de pagamentos – pelo menos até a eclosão da crise mundial de 2007-2008. A Figura 10 expõe a evolução dos preços internacionais dos combustíveis e das *commodities* (com exceção dos combustíveis) e o saldo em transações correntes.

Figura 10 – Preços internacionais dos combustíveis e das *commodities* primárias exceto combustíveis (eixo esquerdo, base 2010 = 100) e Saldo em Transações Correntes, em US\$ milhões (eixo direito)



Fonte: Fonseca, Arend e Guerrero (2020).

Segundo Marquetti, Hoff e Miebach (2017), a combinação de elevadas taxas de juros e altos preços das *commodities* acarretou a valorização da moeda brasileira, a qual possibilitou o aumento do salário real. Desse modo, as políticas empreendidas pelo Estado brasileiro e o crescimento dos termos de troca possibilitaram a elevação da taxa de lucro e a redistribuição da renda em direção aos detentores da força de trabalho (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016), conforme explicado no capítulo anterior.

Esses resultados favoreceram, em alguma medida, os interesses de diferentes classes sociais, possibilitando a coalizão anteriormente referida. A conjuntura externa favorável permitiu, ao decorrer do governo Lula, uma época incomum da acumulação capital na economia brasileira, caracterizada por um jogo de ganha-ganha entre os capitalistas e os trabalhadores (PINTO *et al.*, 2016; THEODOSIO, 2019), o qual pode ser teoricamente explicado pelos argumentos de Goodwin (1982)³⁸.

Dessa forma, tem-se que as política econômicas empreendidas pelo governo Lula abrangeram os interesses de diferentes classes sociais: a classe trabalhadora e partes da

³⁸ Ou seja, conforme explicado posteriormente, alguns fatores permitiram que houvesse a elevação tanto do *wage-share* (que representa o papel de predador nesse modelo) quanto do nível de utilização da capacidade instalada (que representa o papel de presa), durante o governo Lula. Isso pode ser representado na equação (2), como $\frac{1}{k} - (\alpha + \beta) > \frac{1}{k}u$, e na equação (3), como $pv > (\alpha + \gamma)$.

burguesia, associadas às finanças, ao mercado doméstico brasileiro e ao agronegócio, foram favorecidas, permitindo que esse governo promovesse uma coalizão de classes, para cuja manutenção o crescimento econômico era imprescindível (CORSI, 2016). Essa coalizão pode estar mais esclarecida com as seguintes palavras:

Os trabalhadores almejavam expansão do emprego, dos salários e das políticas sociais. O capital financeiro defendia a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Os industriais defendiam redução das taxas de juros, dos salários e dos direitos trabalhistas e ampliação do crédito e da proteção contra a concorrência externa, além da desvalorização da moeda. O agronegócio lutava por incentivos às exportações e ao crédito e por uma política ambiental frouxa. Também eram contra a reforma agrária. O setor das grandes empresas de construção defendia a ampliação do gasto público, do crédito e de incentivos para sua internacionalização. O governo utilizou o BNDES para contemplar várias das reivindicações das frações das classes dominantes. Articular esses díspares interesses não é tarefa fácil e o crescimento é fundamental para tanto. A política econômica de Lula buscou esse objetivo. Contudo, denominar a sua política econômica de desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista³⁹ [...] parece ser problemático [...] (CORSI, 2016, p. 55).

Os fatores acima discutidos – expansões do crédito, das dívidas das famílias e do salário-mínimo e demanda chinesa por *commodities* brasileiras – não explicam, por si só, o crescimento econômico ocorrido durante o governo do Presidente Lula. Seguindo o arcabouço marxista, tem-se que as taxas de crescimento econômico e de investimento estão estreitamente associadas com a taxa de lucro. De acordo com Grazziotin, Fornari e Marquetti (2022), a taxa de lucro é um elemento importante da acumulação de capital e a investigação dessa variável é relevante, em relação ao crescimento da economia, na expansão do produto potencial, assim como na interpretação das flutuações⁴⁰.

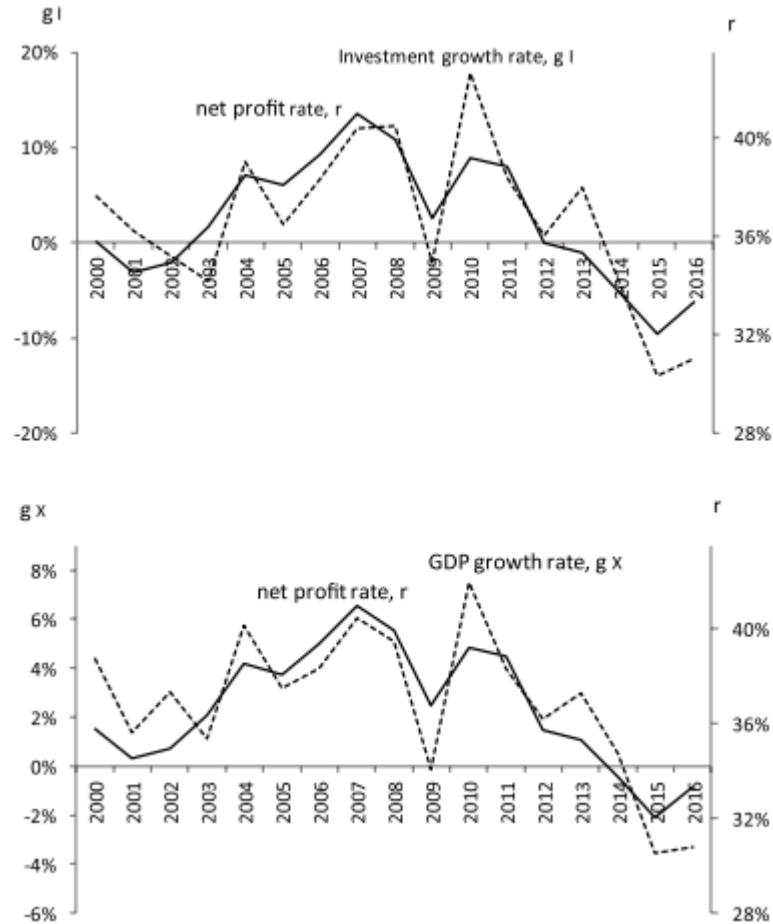
A taxa de investimento da economia é igual a razão entre a formação bruta do capital fixo (FBCF) e o produto da economia. Enquanto a taxa de acumulação é igual ao investimento bruto (FBCF mais a variação dos estoques) dividido pelo estoque de capital. Aquela associação entre as taxas de crescimento econômico e de investimento e a taxa de lucro foi confirmada por Marquetti, Hoff e Miebach (2020) para o caso do Brasil durante os anos entre 2000 e 2016. A Figura 11, abaixo, mostra como os movimentos das taxas de crescimento do investimento (linhas tracejadas na parte superior da figura), expressa por “gI”, e do PIB (linhas tracejadas na

³⁹ Fonseca, Arend e Guerrero (2020) explicam, de modo mais completo, se as políticas do governo Lula podem ser caracterizadas ou não como desenvolvimentistas ou ortodoxas. A conclusão dos autores é que nenhuma dessas classificações são corretas.

⁴⁰ Conforme o resultado da pesquisa econométrica de Grazziotin, Fornari e Marquetti (2022), durante o período 1953-2017, houve uma precedência temporal do lucro relativamente à acumulação de capital; os autores verificaram a existência de causalidade unidirecional de Granger da taxa de lucro para a taxa de acumulação para a economia brasileira, nesse período.

parte inferior da figura), representada por “gx”, acompanharam os movimentos da taxa de lucro (linhas contínuas), simbolizada por “r” nessa figura.

Figura 11 – Relação entre a taxa de lucro líquida e as taxas de crescimento do investimento e do PIB, 2000-2016



Fonte: Marquetti, Hoff e Miebach (2020).

Na Figura 11, percebe-se um crescimento da taxa de investimento entre 2003 e 2007 – período no qual havia liquidez mundial. Entretanto, verificou-se um decréscimo das taxas de crescimento do investimento e do PIB e da taxa de lucro, entre 2008 e 2009, por influência das consequências da crise mundial do capitalismo, que eclodiu no período 2007-2009, sobre a economia brasileira.

A Tabela 1, abaixo, mostra que no período 2007-2010 a taxa de lucro líquida brasileira diminuiu em média 1,48%, influenciada pelas reduções do *profit-share* (em 0,79%) e da razão produto-capital (em 1,24%). Além disso, ocorreu uma diminuição dos preços das *commodities* nesse período – queda abrupta dos preços nominais dos combustíveis e das *commodities* metálicas e agrícolas –, causando um impacto negativo sobre o saldo em transações correntes

do Brasil a partir de 2009 (BLACK, 2015; MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016; FONSECA, AREND; GUERRERO, 2020).

Tabela 1 – Decomposição da taxa de lucro líquida, média anual em % (2003-2016)

Período	p	σ_{π}	φ	ζ
2003-2016	-0,67	-0,65	-0,22	0,19
2003-2014	-2,78	-1,31	-0,49	-0,99
2003-2007	2,99	-0,03	1,91	1,11
2007-2010	-1,48	-0,79	0,56	-1,24
2010-2014	-3,76	-1,69	-1,28	-0,79
2014-2015	-5,20	-1,06	-4,31	0,17
2014-2016	3,96	1,87	-2,70	4,79

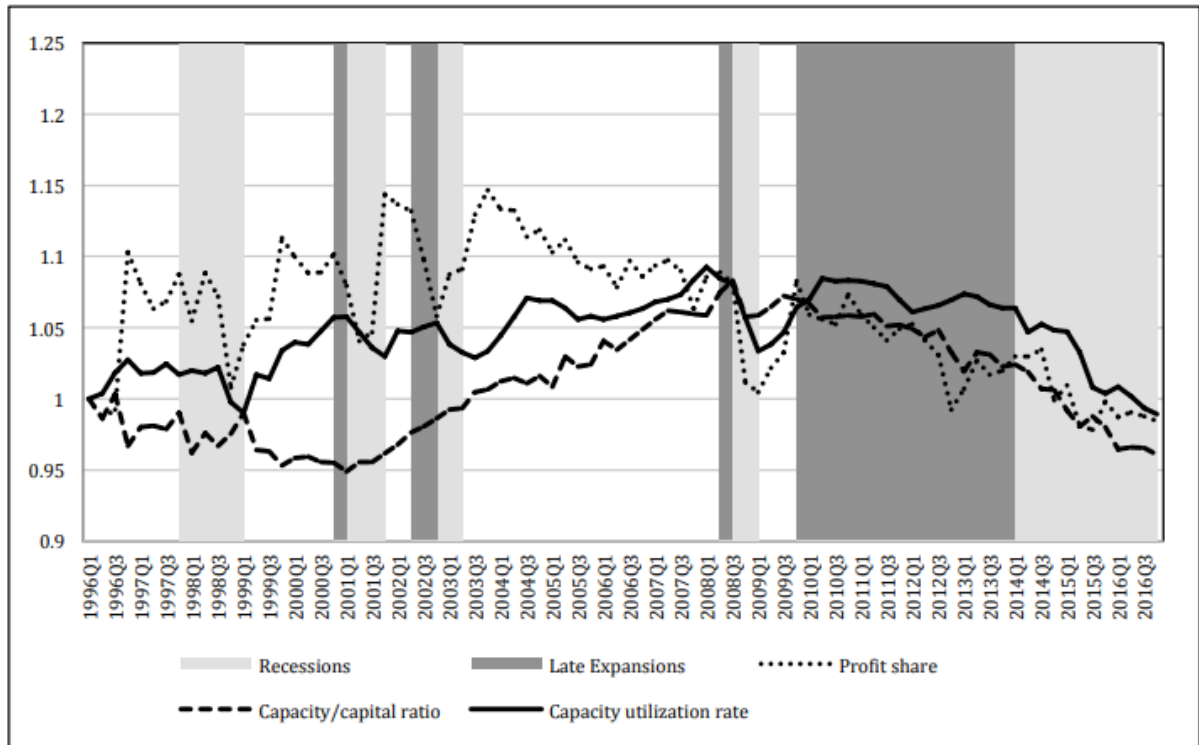
Fonte: Adaptado de Marquetti, Hoff e Miebach (2020).

A Tabela 1 expõe os valores médios das variáveis que compõem a taxa de lucro líquida para a economia brasileira durante o período de 2003 a 2016. No período 2003-2007, a maior utilização da capacidade instalada e a elevação da razão produto-capital permitiram que tanto a elevação da taxa de lucro quanto a redistribuição da renda em direção aos trabalhadores pudessem ocorrer (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Verifica-se na tabela que a taxa de utilização da capacidade instalada e a razão produto-capital aumentaram em média, respectivamente, 1,91% e 1,11%, entre 2003-2007, ao passo que o *profit-share* diminuiu 0,03%.

Entre os fatores que contribuíram para que o *wage-share* pudesse se elevar durante o período 2003-2007 estão a pressão dos sindicatos, o crescimento do salário-mínimo, a diminuição da taxa de desemprego e a formalização do mercado de trabalho (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016). A Figura 12 explicita a evolução trimestral dos componentes da taxa de lucro, entre o primeiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre de 2016.

A partir da Figura 12 é possível perceber que tanto a utilização da capacidade quanto a razão produto-capital cresceram tendencialmente de 2002 a 2008, enquanto o *profit-share* teve uma tendência decrescente entre o primeiro trimestre de 2003 e o último trimestre de 2007 – resultados que não divergem daqueles verificados por Marquetti, Hoff e Miebach (2017). A diminuição do *profit-share*, na ótica do modelo de Goodwin, foi consequência do crescimento econômico (e sua repercussão sobre o mercado de trabalho), das políticas que ampliaram o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentaram o salário-mínimo real e do padrão setorial de crescimento (MARTINS; RUGITSKY, 2021), conforme abordado no capítulo anterior.

Figura 12 – Componentes da taxa de lucro (1996-2016), base 1º trimestre de 1996 = 1



Fonte: Martins e Rugitsky (2021).

Como exposto no capítulo anterior, a crise mundial afetou negativamente a razão produto-capital na economia brasileira, por causa da queda dos preços das *commodities* e da mudança de composição de investimentos, cuja expansão foi liderada pela aquisição de máquinas e equipamentos, no período 2003-2008, e pela construção, nos anos 2008-2014. Enquanto o *wage-share* prosseguiu crescendo, devido a fatores institucionais, e a taxa de utilização da capacidade, a qual decresceu em 2009, recuperou-se de modo rápido, continuando a crescer até 2010 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

Um outro indicador que pode ser relacionado com a valorização do capital é a taxa de rentabilidade média sobre o patrimônio líquido. Para as 500 maiores empresas não bancárias e empresas bancário-financeiras, esse indicador cresceu, entre os períodos 1997-2002 e 2003-2010, de 3,5% para 11% e de 12,4% para 20,3%, respectivamente. Em relação às 453 maiores empresas da indústria de transformação e as 6 maiores empresas da construção civil, suas rentabilidades aumentaram, respectivamente, de 4,7% para 18,1% e de 10,2% para 12,3%, entre aqueles mesmos períodos (PINTO *et al.*, 2016). A Tabela 2, a seguir, explicita a média anual da rentabilidade sobre o patrimônio líquido de alguns setores e tipos de empresas da economia brasileira, em diferentes períodos.

Tabela 2 – Média anual da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, em % (1997-2014)

	1997-02	2003-10	2003-06	2007-10	2011-14
500 maiores empresas não bancárias	3,5	11,0	11,8	10,1	5,3
Setor bancário-financeiro	12,4	20,3	20,0	20,7	21,5
6 maiores construtoras	10,2	12,3	8,6	15,9	10,6
Indústria de Transformação	4,7	18,1	21,1	15,1	10,4
Automóveis e ônibus	-13,3	31,4	-1,7	64,4	32,0
6 maiores Alimentos e Bebidas	-6,4	15,9	20,3	11,6	14,9
Petróleo, gás, refino e coque (Petrobrás)	22,1	56,3	94,2	18,4	4,0
6 maiores siderúrgicas	6,0	26,6	32,1	21,1	1,5

Fonte: Adaptado de Pinto *et al.* (2016).

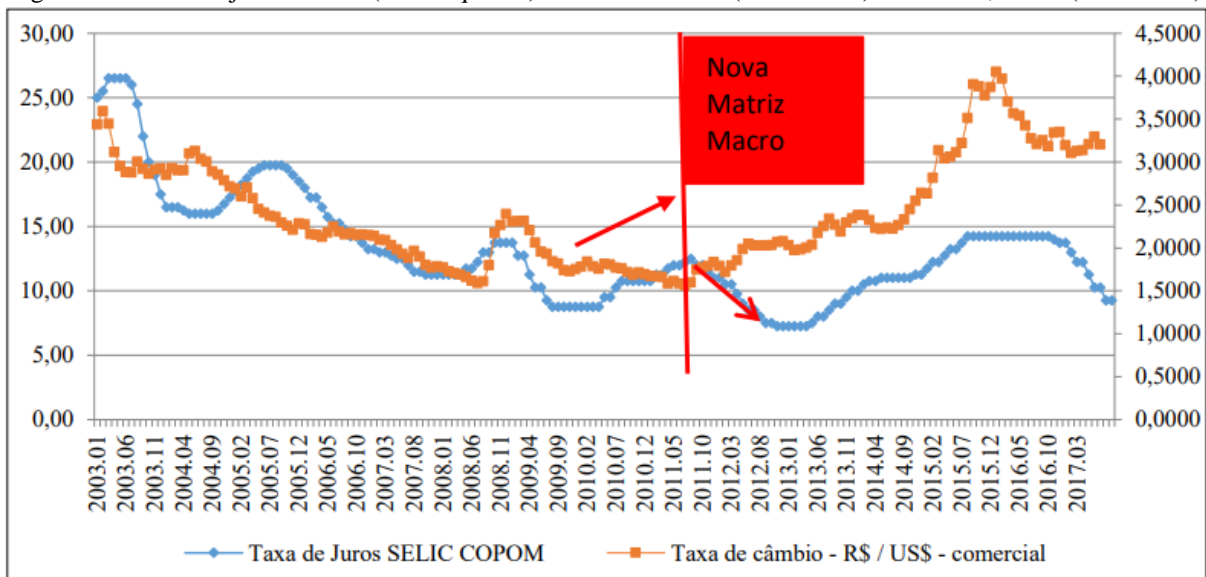
Assim como argumentado por Corsi (2016), aquela crise mundial diminuiu as chances de preservação conjunta das políticas neoliberais e daquelas orientadas para a expansão do mercado interno brasileiro e, embora não estivesse patente, a conjuntura que permitiu essa preservação deixara de existir. Por causa dos efeitos daquela crise mundial, foram adotadas políticas fiscal e monetária expansionistas (anticíclicas), as empresas do Estado brasileiro desempenharam um papel relevante no oferecimento de crédito e o Bolsa Família e o crescimento do salário-mínimo real, exposto na Figura 8, atuaram como estabilizadores automáticos – devido à essas reações, as taxas de crescimento do investimento e do PIB e a taxa de lucro conseguiram se recuperar, aparentemente, logo em 2010 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

4.2 GOVERNOS DILMA (2011-2016)

Foi nessas circunstâncias que Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil. Nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato (2011-2014), as medidas tomadas por seu governo envolveram, entre outros fatores, a redução das taxas de juros, a desvalorização cambial e mudanças nos programas de concessões, como a concessão pública de serviços de transporte, entre os quais estão os portos, as rodovias, as ferrovias, os aeroportos etc. (PINTO *et al.*, 2016). Assim, esse governo “[...] buscou flexibilizar a política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação, o que indicava que o governo, finalmente, estaria rompendo com a política macroeconômica neoliberal [...]” (CORSI, 2015, p. 99).

Segundo Fonseca, Arend e Guerrero (2010), a chamada “nova matriz econômica” flexibilizou o sistema de metas de inflação, não o extinguindo, pressionou o Banco Central a diminuir a taxa de juros – não obstante a previsão de inflação crescente – e, conseqüentemente, elevar a taxa de câmbio. Como é possível observar na Figura 13 e conforme Carneiro (2018), a partir da metade de 2011 até o primeiro trimestre de 2013, os juros nominais da economia brasileira, expressos na taxa Selic, diminuíram.

Figura 13 – Taxa de juros SELIC (eixo esquerdo) e taxa de câmbio (eixo direito) brasileiras, em % (2003-2017)



Fonte: Fonseca, Arend e Guerrero (2020).

O compulsório e o Imposto sobre Operações Financeiras no crédito pessoal foram reduzidos, aumentaram-se os gastos públicos na rubrica de custeio e na de investimento, o salário-mínimo, como pode ser observado na Figura 6, e os auxílios referentes ao programa Bolsa Família, reforçando-se a política de desoneração fiscal de setores relevantes para impulsionar a economia (CORSI, 2015). Além disso, entre as outras medidas que se destacam estão:

[...] a concessão de subsídios; a utilização dos bancos públicos para forçar uma redução do *spread* bancário e da taxa de juros ao tomador final; o emprego de medidas setoriais para a redução dos custos, como a revisão das concessões de energia elétrica; as desonerações da folha de pagamentos; e a oferta de juros subsidiados através do BNDES para o investimento em máquinas, equipamentos e construção residencial (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017, p. 13, grifo do autor).

As medidas tomadas no primeiro mandato da Presidente Dilma estavam relacionadas com a conjuntura de crise mundial, que envolveu a economia brasileira naqueles anos iniciais

do primeiro Governo Dilma, e seus impactos sobre a taxa de lucro. A finalidade da política econômica implementada por esse governo foi incentivar o investimento privado, através de medidas que impactariam positivamente as margens de lucro e minimizariam o *profit-squeeze* ocorrido entre 2007 e 2010 – ver Tabela 1 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016; MARTINS; RUGITSKY, 2021).

No período 2010-2011, tanto a desaceleração da economia e das trocas internacionais como a política monetária expansionista praticada pelos Estados Unidos desvalorizaram as moedas dos países desenvolvidos. Esses fatores provocaram um influxo de capitais especulativos na economia brasileira e, com a elevação dos preços das *commodities* entre final de 2009 e início de 2011 (ver Figura 10), tornaram o real uma moeda apreciada (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016). As palavras de Mello e Rossi (2018, p. 253, grifo do autor) complementam essa interpretação:

[...] a agenda central do governo passa a ser a de garantir condições de competitividade para a indústria nacional em meio a um cenário internacional adverso, reduzindo custos de insumos (como os custos de energia elétrica e combustível), os custos de crédito (ao reduzir os juros em um primeiro momento e o *spread* bancário em seguida), os custos do trabalho (através de desonerações dos encargos trabalhistas), promovendo a desvalorização da taxa de câmbio e formulando uma ampla política de subsídios e isenções fiscais com vistas a reduzir o custo tributário.

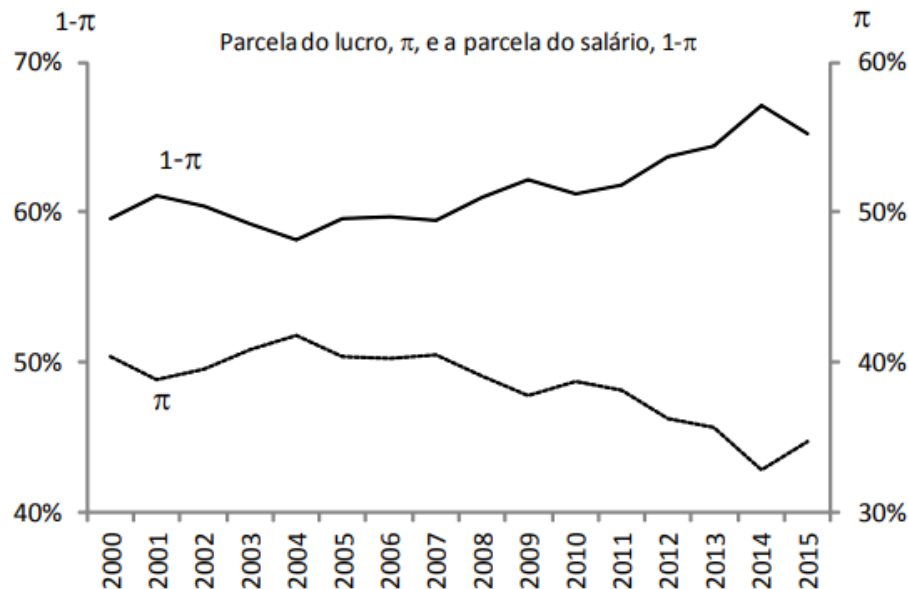
Além do mais, a reversão do *boom* dos preços da *commodities* na metade de 2011 piorou o déficit nos saldos em transações correntes, pressionando aquele governo a desvalorizar o real e, como forma de combater a conjuntura adversa de crescimento, a diminuir a taxa de juros (FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020). A finalidade dessas medidas foi impulsionar os investimentos e, por conseguinte, o crescimento, por meio da diminuição dos custos de produção e do financiamento.

No entanto, a desvalorização da taxa de câmbio afetou de modo negativo algumas empresas industriais e financeiras, visto que seus meios de produção derivavam de produtores estrangeiros e possuíam dívidas em dólar. Ao diminuir a taxa de juros que remunera os títulos da dívida pública e o *spread* bancário, o governo Dilma infringiu os interesses do capital financeiro, os setores rentistas (grandes bancos privados, grandes investidores e aqueles da classe média) ficaram muito insatisfeitos com essa política e, por isso, tornaram-se antagonistas a esse governo. Ademais, outros segmentos da classe capitalista brasileira também se viram prejudicados, visto que as aplicações financeiras daquela dívida são uma importante fonte de lucratividade de grandes empresas produtivas. Consequentemente, aquela coalizão de classes ocorrida durante o governo Lula e expressa na “Carta ao Povo Brasileiro” parecia já estar

rompida (CORSI, 2015, 2016; MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016; CARNEIRO, 2018; FONSECA; AREND; GUERRERO, 2020).

Conforme Corsi (2016, p. 58), as medidas empreendidas pelo governo Dilma em seu primeiro mandato não reverteram “[...] as tendências de desaceleração da economia, de elevação dos preços, de valorização da moeda, de ampliação da vulnerabilidade externa, de desindustrialização e de reprimarização das exportações”. Como pode ser visto na Figura 6, o salário-mínimo continuou a crescer e a taxa de desemprego a diminuir, alcançando seu menor patamar em 2014, fatores que aumentavam o poder de barganha dos trabalhadores.

Figura 14 – Parcela do lucro (eixo direito) e parcela do salário (eixo esquerdo) brasileiras, em %, 2000-2015



Fonte: Marquetti, Hoff e Miebach (2017).

A Figura 14 explicita a evolução anual tanto do *profit-share* quanto do *wage-share*, entre 2000 e 2015. Nessa figura é possível verificar uma tendência crescente do *wage-share* entre 2004 e 2014, que foi interrompida em 2015. Ao passo que, tal como é possível visualizar na Tabela 1 acima, houve um *profit-squeeze*, durante o período de 2010 a 2014: a taxa de lucro diminuiu 3,76% ao ano, cujo resultado deveu-se à queda de seus três componentes: o *profit-share* em 1,69%, a taxa de utilização da capacidade em 1,28 e a razão produto-capital em 0,79. Isso esteve em oposição aos objetivos do governo, pois a

[...] expectativa era que as desonerações, ao reduzirem o custo de produção e o baixo custo do financiamento, resultassem em elevação dos investimentos e crescimento econômico. Contudo, frente à queda da lucratividade, a expansão dos investimentos privados foi reduzida e resultou em elevado custo fiscal. As isenções fiscais foram

absorvidas pelas empresas na forma de lucro (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016, p. 17).

Entre 2010 e 2014, a queda do *profit-share* foi mais acentuada em relação aos outros períodos, como é possível verificar na Tabela 1 e na Figura 12. Isso deve-se aos fatores anteriormente sugeridos que aumentaram o poder de barganha dos trabalhadores e levaram ao aumento do *wage-share*, cuja interrupção ocorreu em 2015, como visto. Ademais, Martins e Rugitsky (2021) sugerem uma explicação complementar: enquanto essa queda em 2003-2008 deveu-se parcialmente ao padrão setorial de crescimento, o qual colaborou com a queda do desemprego, entre 2010 e 2014 essa queda foi devida aos trabalhadores com maior poder de barganha em cada setor e ao aumento do número de greves e de horas não trabalhadas⁴¹.

Ao passo que a diminuição da razão produto-capital entre 2010-2014 pode ser decorrente da desvalorização da taxa de câmbio nesse período e seu impacto sobre as taxas de inflação de bens negociáveis e não negociáveis e da alteração na estrutura etária do estoque de capital, a qual foi responsável por 40% dessa diminuição (MARTINS, 2017; MARTINS; RUGITSKY, 2021). Não obstante o aumento do salário-mínimo e a redução da taxa de desemprego, a utilização da capacidade instalada diminuiu entre 2010-2014 por causa da desaceleração do crescimento nesse período e possivelmente pela diminuição do consumo das famílias endividadas.

Conforme Serrano e Summa (2015), a variação do consumo das famílias brasileiras depende da renda disponível real, da disponibilidade de créditos e de suas taxas de juros reais, mas o problema de expandir rapidamente o crédito aos consumidores é sua sustentabilidade de longo prazo. Entre 2004 e 2010, ocorreu uma tendência de redução da diferença entre a taxa de juros reais de algumas das linhas de crédito mais baratas – como o crédito consignado e o crédito para compra de veículos – e a taxa de crescimento da renda disponível real dos consumidores, ao passo que em 2011-2014 tal tendência não se verificou. Ou seja, no primeiro período, essas taxas de juros diminuíram enquanto a taxa de crescimento da renda disponível real aumentou, fazendo reduzir a diferença entre elas e denotando uma certa sustentabilidade das dívidas das famílias; mas, no segundo período ocorreu o contrário (SERRANO; SUMMA, 2015).

Ainda em relação a utilização da capacidade, é possível argumentar que a consequência da acentuada taxa de investimento nos anos anteriores ao governo Dilma, que poderia ser a

⁴¹ Summa (2015) mostra que a quantidade de greves e o número de horas paradas das greves aumentaram consideravelmente entre 2011 e 2012 e que as reivindicações dos trabalhadores das empresas privadas foram total ou parcialmente atendidas, com oscilação entre 70% e 80% entre 2007-2011 para 85% em 2012.

fórmula incontestável para um crescimento econômico sustentado e de longo prazo, foi um excesso de capacidade instalada, o qual isentou de imediato a necessidade de renovação produtiva, tão logo os indicadores econômicos piorassem (BOTELHO, 2019). Desse modo,

Com os fortes investimentos da década passada [anos 2000], a superacumulação de capital [...] foi renovada em nosso quintal. Sua manifestação não demorou a aparecer sob a forma de excesso de força de trabalho (desemprego) e superprodução de mercadorias (estoques elevados). Mas o ponto principal – o que paradoxalmente criou temporariamente a miragem de uma nova era de prosperidade – foi a ampliação da capacidade instalada, levando ao agravamento do excesso de capital fixo, isto é, ampliando a subutilização das forças produtivas (BOTELHO, 2019, p. 188-189, acréscimos nossos)⁴².

Por causa da ausência de redução da diferença entre a taxa de juros reais de algumas das linhas de crédito mais baratas e a renda disponível real no período 2011-2014, das alterações nas políticas do governo Dilma, da desaceleração na formalização de trabalhadores e do elevado nível de endividamento, os novos empréstimos tomados pelas famílias diminuíram, impactando negativamente a fonte de renda dos rentistas. Tal impacto deve-se a circunstância de que, conforme Marques e Rugitsky (2020) e mostrado no capítulo anterior, a partir de 2008 as famílias passaram a ser o principal estrato pagador de juros.

Conforme Marques e Rugitsky (2020), o *rentier-share* foi de 11,11% em 2004-2007, aumentando para 13,35% nos anos 2008-2011 e diminuindo para 11,24% entre 2012 e 2013. Além disso, o *rentier-share* diminuiu em mais de três pontos percentuais entre 2011 e 2013 e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos cinco maiores bancos em atividade (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander Brasil) chegou ao seu patamar mais baixo desde 2000 (MARQUES; RUGITSKY, 2020).

O fracasso das políticas econômicas implementadas no primeiro mandato do governo Dilma em elevar a taxa de investimento e conservar o crescimento econômico, verificado durante os dois mandatos anteriores do Presidente Lula, pode ser decorrente do efeito ambíguo de tais políticas sobre a taxa de lucro, visto que elas tentaram aumentá-la através da elevação do *profit-share*, concomitantemente à redução da utilização da capacidade. Por conseguinte, a ocorrência do *profit-squeeze*, mesmo com a política de redução de juros e outros custos, ofereceu a base material para o agravamento dos conflitos entre os capitalistas e a classe trabalhadora (MARTINS; RUGITSKY, 2021).

⁴² Assim, “[...] o processo de circulação e distribuição fica estrangido sob o peso de uma capacidade produtiva gerada pelos momentos anteriores de acumulação de meios de produção [...]” (BOTELHO, 2019, p. 189).

Consequentemente à mudança na política monetária, a qual reduziu os juros, observou-se um *rentier-squeeze* entre 2012 e 2013, o qual não foi compensado através da tomada de empréstimos por parte da classe trabalhadora, visto seu grau de endividamento (MARQUES; RUGITSKY, 2020). Dessa forma, com os efeitos sobre a dinâmica da acumulação capitalista das medidas implementadas pelo primeiro mandato do governo Dilma, houve a intensificação da concorrência entre os próprios capitalistas, os das esferas financeira e industrial, pela apropriação da maior parcela do lucro. Com o rompimento daquela coalizão verificada durante os mandatos do Presidente Lula:

Os setores rentistas, aproveitando a fragilização do governo e não aceitando a perda de terreno na condução da política econômica, especialmente no que dizia respeito à política de juros, passaram à ofensiva e buscaram encurralar o governo com o objetivo de recompor a política macroeconômica neoliberal. Juros elevados, controle férreo da inflação, robusto superávit primário e câmbio valorizado são variáveis que estes setores não podem abrir mão, pois são fundamentais para a valorização do capital fictício, que tem na dívida pública um de seus mais importantes espaços de valorização. A burguesia industrial⁴³, que em parte também é rentista, descontente com a queda dos lucros, com a perda de mercado e com a crescente tentativa do governo de enrijecer a regulamentação da economia, passou a apoiar a ofensiva capitaneada pelo capital financeiro, que conta com irrestrito apoio da grande imprensa e que converge com a estratégia política do capital de buscar sair da crise global de superacumulação pela direita e de jogar, como sempre, o ônus da crise nas costas dos trabalhadores. Parte do agronegócio, devido a posicionamentos políticos extremamente conservadores e ao fato de também ser rentista, apoiou esta ofensiva, apesar do governo Dilma não ter uma política de reforma agrária e uma rígida política ambiental. Esta ofensiva também contou com o apoio de amplos setores das classes médias da larga tradição política conservadora, que sentiram sua posição social pressionada pela ascensão de setores populares, pela crescente carga tributária e pela política de cotas. Neste contexto, os setores das classes dominantes mais articulados ao governo, como as grandes empresas de construção, ficaram isolados (CORSI, 2016, p. 59-60).

Pela Figura 11, percebe-se que a queda da taxa de investimento⁴⁴ entre 2010 e 2014 (o ano de 2013 é exceção) não foi impedida pelas políticas econômicas executadas pelo primeiro governo Dilma, visto que elas não conseguiram reverter a tendência de queda da taxa de lucro que já estava ocorrendo. Destarte, a continuação do *profit-squeeze* durante esse governo fez com que o capital se valorizasse de maneira imperfeita, culminando na redução da taxa de investimento e no desempenho pífio da economia brasileira nos anos posteriores. Nas palavras de Marquetti, Hoff e Miebach (2017, p. 15):

⁴³ Fonseca, Arend e Guerrero (2020) elencam uma série de motivos que contribuíram para o afastamento do setor empresarial do governo Dilma.

⁴⁴ Serrano e Summa (2015) mostram que a taxa de crescimento real médio do investimento das empresas estatais (Federal) foi de -2,7% ao ano entre 2011 e 2014.

[...] o Ibovespa, o principal índice do mercado de ações do país, caiu a partir de 2010 com a redução da lucratividade. A redução simultânea da taxa de lucro e da rentabilidade financeira está na origem do fim da composição de classes que havia sido constituída no governo Lula.

Nesse contexto de conflito de classes, o governo Dilma já em 2013 começara a praticar uma política monetária de elevação dos juros (CORSI, 2016). Embora durante sua campanha para ser reeleita a Presidente Dilma Rousseff houvesse desprezado medidas econômicas de cunho neoliberal, assim que tomou posse em seu segundo mandato (2015-2016) ela indicou Joaquim Levy como ministro da Fazenda, que atuava no setor financeiro e implementou políticas de orientação neoliberal, sugerindo uma aproximação com a burguesia brasileira que lhe fazia oposição (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016). Levy e Nelson Barbosa, que assumiu o Ministério do Planejamento:

[...] levaram adiante uma política de ajuste fiscal que englobava medidas de cortes lineares de despesas (afetando a educação, apesar do slogan “Pátria Educadora”, a saúde entre outras áreas), a redução dos direitos trabalhistas e a repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente por nossas elites (PINTO *et al.*, 2016, p. 27).

Entre a redução dos direitos trabalhistas estão a restrição ao seguro-desemprego e ao auxílio-doença e as alterações nas diretrizes de alguns benefícios previdenciários, anunciadas em janeiro de 2015. A política de ajuste fiscal – cujo motivo alegado pelo governo seria reduzir a inflação de demanda e tranquilizar os credores internos e externos ao manter a relação dívida pública/PIB em níveis aceitáveis – reduziu o investimento governamental, o qual caiu 32% entre 2014 e 2015, e a política monetária continuou a expandir os juros, como tentativa de conter a inflação decorrente da revisão da política de preços das empresas administradas pelo Estado brasileiro e da desvalorização cambial – o que era contraditório, visto que a inflação não era decorrente da demanda (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016; CORSI, 2016).

Todavia, as políticas econômicas implementadas pelo Ministro Levy não surtiram efeitos positivos sobre a dinâmica da economia brasileira, visto que aprofundaram a desaceleração econômica (redução do PIB em 3,2% no acumulado do ano no 3º trimestre de 2015), a taxa de investimento⁴⁵ continuou a decrescer (como visto na Figura 11), a taxa de desemprego começou a crescer (ver Figura 6) e houve uma diminuição da renda real dos trabalhadores (PINTO *et al.*, 2016). Ou seja, as políticas econômicas não determinaram, por si

⁴⁵ Marquetti, Hoff e Miebach (2017) afirmam que o investimento decresceu 14,1% em 2015.

só, a dinâmica da acumulação capitalista, devido a imperfeita valorização de capital desde o início do primeiro mandato de Dilma. Desse modo:

A estratégia de crescimento por meio de subsídio e estímulos ao setor privado em um período de queda da taxa de lucro foi o erro do primeiro governo Dilma Rousseff. O erro do segundo governo foi apostar em uma política de hegemonia neoliberal que resultou em uma forte queda do produto, em meio a enormes dificuldades políticas (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016, p. 21).

De acordo com o argumento de Martins e Rugitsky (2021), a adoção de uma política econômica austera, o início da recessão e a turbulência política, que culminou no impedimento da presidente Dilma em 2016, são repercussões das políticas econômicas adotadas pelo primeiro mandato dessa presidente e do *profit-squeeze*:

[...] o aperto nos lucros vinha agravando o conflito distributivo e empurrando para baixo o crescimento dos investimentos desde 2009, quando em 2015 os apelos de austeridade das classes dominantes finalmente prevaleceram e a contração abrupta dos gastos públicos resultou em uma grande queda da atividade econômica. Fatores adicionais certamente desempenharam um papel, como a queda dos preços das *commodities* em 2015 e um escândalo de corrupção que paralisou o setor da construção civil, mas a crise não pode ser entendida sem levar em consideração o aperto nos lucros e seus efeitos econômicos e políticos (MARTINS; RUGITSKY, 2021, p. 13, tradução nossa).

Em contraposição a esses efeitos deletérios sobre a economia brasileira, principalmente sobre os trabalhadores, essas políticas de inspiração neoliberal tiveram efeitos positivos no que concerne a taxa de lucro, o *profit-share*, a razão produto-capital, o *rentier-share* e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos cinco maiores bancos em atividade no Brasil. Na Tabela 1, verifica-se que a taxa de lucro, o *profit-share* e a razão produto-capital cresceram, respectivamente, 3,96%, 1,87% e 4,79%, entre 2014 e 2016.

O crescimento da razão produto-capital possivelmente foi decorrente da diminuição da formação bruta de capital fixo (denominador da fórmula) e não por causa do produto, visto que a economia já estava em desaceleração, enquanto o aumento da taxa de desemprego e a redução de direitos trabalhistas diminuíram o poder de barganha dos trabalhadores, contribuindo para o crescimento do *profit-share*. Como consequência da execução de políticas que aumentam os juros, o *rentier-share* passou de 11,24%, entre 2012 e 2013, para 13,05%, no período 2014-2017, e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos cinco maiores bancos saiu de 5,02% em 2012-2013 para 5,42% nos anos 2014-2017 (MARQUES; RUGITSKY, 2020).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho tratou de identificar os problemas que obstaculizaram o prosseguimento do processo de acumulação de capital da economia brasileira na década de 2010, sobretudo no período 2014-2016, conforme as explicações marxistas sobre as causas das crises do modo de produção capitalista. Isto é, seu propósito foi mostrar as causas da crise da economia capitalista no Brasil nesse período, de acordo com as teorias marxistas de crise. Tendo isso em vista, no segundo capítulo foram apresentadas três vertentes dessas teorias:

- a) subconsumo;
- b) superacumulação e
- c) hipótese do *profit-squeeze*.

Os autores representativos da primeira vertente foram Luxemburgo e Sweezy. Conforme a autora, o objetivo e a força motriz da produção capitalista são a produção e a realização contínuas e crescentes de mais-valor. Para tanto, os capitalistas individuais, na ausência de um plano regulador, precisam adquirir meios de produção e força de trabalho e encontrar mercados correspondentes à acumulação e a maneira pela qual isso é alcançado foi objeto de análise de Luxemburgo. No entanto, seu foco se direciona para a investigação da origem da demanda pelo produto crescente do capital correspondente a elevação da mais-valia produzida.

A principal conclusão dela foi que, devido a divergência entre a capacidade de produção e do consumo da sociedade capitalista, o modo de produção predominantemente mundialmente entra periodicamente em crise, visto seu limitado mercado. Conseqüentemente, o consumo não consegue oferecer o estímulo final à reprodução ampliada do capital, de modo que somente pode ser mantida por fontes externas de demanda. Ou seja, o capitalismo entraria em crise e colapso quando da ausência de formas de produção não capitalistas que fornecem a demanda pelas mercadorias.

Seguindo as contribuições de Luxemburgo, Sweezy mostrou que a impossibilidade de realização integral do valor das mercadorias provoca a queda da taxa de lucro, a interrupção do processo de produção e, por fim, a crise do modo de produção capitalista. A conclusão desse autor é que, por esse modo de produção possuir uma tendência inerente de elevar mais rapidamente a capacidade da produção de bens de consumo em relação à sua procura, o valor das mercadorias não tenderá a ser completamente realizado, culminando, assim, em crise.

Para a segunda vertente, Grossman foi o representante. De acordo com os argumentos desse autor, a acumulação de capital depende da valorização do capital social, de modo que, sua valorização imperfeita provoca as crises do modo de produção capitalista – ou seja, a

grandeza do mais-valor disponível estabelece os limites da acumulação. Essa valorização imperfeita é provocada pela superacumulação de capital, representada pela crescente composição orgânica do capital e pela taxa de lucro em declínio, pois o crescimento do capital é maior do que o crescimento do mais-valor. Esse último não é suficiente para o prosseguimento da acumulação.

Para a terceira vertente, os autores representativos foram Bauer, Itoh e Goodwin. Ambos partem da exposição de Marx sobre a relação entre capital, acumulação e taxa salarial, encontrada no capítulo 23 do livro I de O Capital. Para o primeiro desses autores, quando o ritmo de crescimento da acumulação de capital é maior do que o do crescimento da população dos trabalhadores, as respectivas consequências são a elevação dos salários, a queda das taxas de mais-valor e lucro, a desaceleração da acumulação e, por fim, a crise. Considerando uma composição orgânica constante ao decorrer da acumulação de capital nos períodos de prosperidade, essa acumulação elevará a demanda por força de trabalho, provocando o crescimento dos salários, as diminuições da taxa geral de lucro e da acumulação, culminando em crises.

No que diz respeito às ideias apresentadas por Goodwin em seu modelo baseado no modelo populacional presa-predador, elevações do *profit-share* estimulam o investimento (o ritmo da acumulação) e elevam o nível de utilização da capacidade instalada. Por conseguinte, o nível de emprego e o poder de barganha dos trabalhadores se elevam, fazendo aumentar o *wage-share* e diminuir tanto o *profit-share* como o investimento até o ponto em que a queda nesse último provoque a redução do *wage-share*, a consequente elevação do *profit-share* e a retomada da atividade econômica.

A partir dessas considerações teóricas, o terceiro capítulo deste trabalho ocupou-se de mostrar como as causas das crises de acordo com as teorias marxistas de crise são expressas empiricamente, ou seja, como se apresentam na realidade e como são estudadas. Nesse sentido, foram apresentadas diferentes formas de calcular a taxa de lucro, desde a fórmula apresentada por Marx e complementada por Germer até a decomposição da taxa de lucro feita por Weisskopf e seus seguidores, que a utilizaram (em alguma medida) para os estudos da economia capitalista de outros países, como o Brasil.

Dessa forma, o quarto capítulo tratou de analisar a dinâmica conjuntural e estrutural da economia capitalista no Brasil, enfatizando os elementos que determinam o nível da taxa de lucro. Assim, com base na trajetória da taxa de lucro da economia brasileira e no estudo das diferentes vertentes da teoria marxista de crise, foi possível explicar as causas pelas quais a economia brasileira entrou em crise a partir de 2014. Conforme os dados anteriormente

expostos, em relação ao Brasil, essa variável apresentou uma tendência crescente, entre 1989 e 2003, aumentando em média 2,4% por ano – em oposição ao intenso decréscimo (queda de 6,3%), ocorrido no período 1973-1989. Os fatores que contribuíram para aquela tendência crescente foram os crescimentos do *profit-share* e da razão produto-capital, em 0,9% e 1,4%, respectivamente (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2010).

Durante o período 2003-2007, antes da eclosão da crise capitalista mundial, a taxa de lucro brasileira cresceu em média 2,99% ao ano, em consequência do crescimento médio tanto da taxa de utilização da capacidade quanto da razão produto potencial-capital, em 1,91% e 1,11%, respectivamente – não obstante a queda de 0,03% do *profit-share* (ver Tabela 1). Entre os fatores que contribuíram para o crescimento da utilização da capacidade instalada e da razão produto potencial-capital estão as políticas sociais e do mercado de trabalho, o crescimento do crédito e a valorização da moeda brasileira decorrente das elevadas taxas de juros e dos altos preços internacionais das *commodities*, que tiveram efeitos positivos sobre o poder de compra dos trabalhadores e negativos sobre a taxa de desemprego.

Embora o *profit-share* tenha tido um decréscimo quase irrelevante, sua queda naquele período foi decorrente do padrão setorial de crescimento, pois a crescente participação de setores com o *profit-share* abaixo da média provocou a queda do *profit-share* médio. Decorreu também do aumento do poder de barganha da classe trabalhadora, propiciada pela pressão dos sindicatos, o crescimento do salário-mínimo, a queda da taxa de desemprego e a elevação da quantidade de trabalhadores formais no mercado de trabalho.

Em contraste, entre 2007 e 2010, período no qual a crise capitalista mundial eclodiu e afetou diversas nações, a taxa de lucro brasileira diminuiu em média 1,48%, explicada pelas quedas dos componentes *profit-share* e razão produto potencial-capital em 0,79% e 1,24%, respectivamente, apesar da elevação de 0,56% da taxa de utilização da capacidade. Essa crise provocou a queda dos preços internacionais das *commodities* e, com a alteração na composição de investimentos (liderada pela obtenção de máquinas e equipamentos), impactou negativamente a razão produto potencial-capital. Além disso, o *profit-share* continuou a decrescer por consequência dos mesmos elementos que o afetaram no período 2003-2007 (ver Tabela 1).

Após o período 2007-2010, a taxa de lucro continuou em queda, decrescendo em média 3,76%, de 2010 a 2014. Diferentemente do período anterior, os três componentes da taxa de lucro diminuíram: o *profit-share* em 1,67%, a taxa de utilização da capacidade em 1,28% e a razão produto potencial-capital em 0,79% (ver Tabela 1). Nesse sentido, verificou-se a atuação dos mecanismos descritos pelas hipóteses do *profit-squeeze* e das teorias do subconsumo e da

superacumulação (conforme seu representante neste trabalho, Henryk Grossman), mesmo antes da eclosão da crise brasileira a partir de 2014.

A continuidade dos elementos que aumentavam o poder de barganha da classe trabalhadora nos anos anteriores bem como a elevação do número de greves e de horas não trabalhadas pressionaram de forma mais acentuada o *profit-share* para baixo. A queda da taxa de utilização da capacidade instalada decorreu da desaceleração do crescimento econômico e da redução do consumo das famílias endividadas, apesar da continuidade da diminuição da taxa de desemprego e da elevação do salário-mínimo.

Enquanto a contração da razão produto potencial-capital esteve associada à modificação na estrutura etária do estoque de capital bem como à desvalorização da taxa de câmbio entre 2010 e 2014 e seus efeitos sobre as taxas de inflação de bens negociáveis e não negociáveis. Conforme a decomposição de Weisskopf (1979), a desvalorização da taxa de câmbio implica o encarecimento de importação de capital fixo e parte do capital circulante, cujas consequências são aumentar tanto os preços das mercadorias que compõem o estoque de capital como a composição orgânica do capital e, portanto, diminuir a razão produto potencial-capital.

A taxa de lucro continuou a decrescer, em 5,2%, nos anos 2014 e 2015. O principal componente que contribuiu para essa queda foi a taxa de utilização da capacidade instalada, cujo decréscimo foi de 4,31%, o que significava que os investimentos já não conseguiam empregar tanto o capital variável (a taxa de desemprego começou a crescer em 2015) como o capital constante. Concomitantemente, o *profit-share* diminuiu 1,06% e a razão produto potencial-capital aumentou em 0,17 – um valor quase irrelevante para a recuperação da taxa de lucro (ver Tabela 1).

No que se refere aos detentores de capital financeiro, verificou-se uma diminuição da participação da renda apropriada pelas empresas financeiras (soma entre o excedente operacional bruto do setor financeiro e a renda líquida de propriedade recebida por esse setor) de 5,96% em 2007 para 2,97% em 2012, conforme aponta Marques e Rugitsky (2020). Isso contribuiu para o *rentier-squeeze* ocorrido em 2012 e 2013: o *rentier-share* foi de 11,11% em 2004-2007, aumentou para 13,35% entre 2008-2011 e diminuiu para 11,24% em 2012-2013. Ademais, a média anual do retorno sobre o patrimônio líquido dos cinco maiores bancos brasileiros decresceu de 8,67% no período 2004-2007 para 5,75% entre 2008-2011 e para 5,02% durante 2012 e 2013.

Como consequência do *profit-squeeze*, o capital passou a se valorizar de modo imperfeito, conforme expresso na redução da taxa de investimento a partir de 2010 – embora essa taxa tenha crescido ligeiramente em 2013. Por conseguinte, a taxa de crescimento da

economia brasileira começou a decrescer no final de 2014, a coalizão verificada durante os mandatos do Presidente Lula rompeu-se no governo Dilma e, como resultado de conflitos políticos, houve o impedimento da presidente Dilma em 2016.

É necessário reconhecer que este estudo apresenta algumas deficiências. Conforme a linha de raciocínio apresentada por Mazzucchelli (1983), há ainda a limitação das vertentes utilizadas neste trabalho, no sentido de tentarem aplicar as conclusões de Marx à análise do movimento concreto do capital, com ausência de mediações teóricas ou históricas e, por conseguinte, acabarem por vulgarizar o entendimento dos fenômenos reais. Ou seja, essas vertentes tentam deduzir o funcionamento real do capitalismo a partir de suas determinações teóricas mais simples, ocorrendo a falta de mediações, as quais são dadas pela concorrência, entre as variações da taxa de mais-valor e da composição orgânica e as crises reais (MAZZUCHELLI, 1983).

Entre outras insuficiências deste trabalho estão: em primeiro lugar, a omissão de alguns autores que, em alguma medida, tratam das teorias marxistas de crise, bem como suas críticas a cada uma das vertentes; em segundo, a ausência de uma análise mais minuciosa a partir de dados secundários e não de outros autores; em terceiro, a possível dificuldade de interpretar e conciliar os resultados obtidos por diversos autores que manusearam os dados de diferentes formas e, em quarto, a própria limitação das variáveis utilizadas para expressar as categorias da teoria de Marx.

Por fim, entre as possíveis qualidades deste trabalho estão:

- a) a síntese das diferentes vertentes das teorias marxistas de crise, embora de alguns autores representativos de cada uma delas;
- b) a explicação metodológica dos cálculos da taxa de lucro desde Marx até os teóricos que foram influenciados por ele e
- c) a sistematização da interpretação marxista da crise brasileira, com a utilização de diversos autores que recorreram, em alguma medida, à tradição da economia política, ou de modo mais restrito, da crítica da economia política, descartando-se portanto, as análises que se apoiam na teoria neoclássica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: UNESP, 2008.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho** Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para discussão, 2105). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4620>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BAKIR, E.; CAMPBELL, A. Neoliberalism, the Rate of Profit and the Rate of Accumulation. **Science & Society**, Brooklyn, v. 74, n. 3, p. 323-342, 2010. Disponível em: https://content.csbs.utah.edu/~al/articles/Sub_Neo_RP_Acc.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.
- BASU, D. Quantitative empirical research in Marxist political economy: a selective review. **Journal of Economic Surveys**, Edinburgh, v. 31, n. 5, p. 1359-1386, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joes.12218>. Acesso em: 2 mai. 2021.
- BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3466>. Acesso em: 5 set. 2021.
- BOWLES, S; GORDON, D. M.; WEISSKOPF, T. E. Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar US economy. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 18, n. 1-2, p. 132-167, 1986. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/048661348601800107>. Acesso em: 4 out. 2021.
- BRANDÃO, V. Crédito Consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 58, p. 182-212, jan./abr 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/596>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- BRUNO, M. A. P.; CAFFE, A. R. D. Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, p. 237-260, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572018v38n02a02>. Acesso em: 6 set. 2021.
- CARCANHOLO, M. **Causa e formas de manifestação da crise**: uma interpretação do debate marxista. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/70233426/Causa_e_Formas_de_Manifestação_da_Crise_uma_interpretação_do_debate_marxista. Acesso em: 28 jul. 2021.
- CARNEIRO, R. **Dinâmica de crescimento da economia brasileira**: uma visão de longo prazo. Campinas: IE/UNICAMP, 2007. (Texto para discussão, 130). Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1760/texto130.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2021.

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. *In*: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Org.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 11-54.

CINTRA, M. A. M. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. *In*: CARNEIRO, R. (Org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: UNESP, 2006, p. 297-323.

CIPOLLA, F. P. Genealogia das teorias marxistas de crise. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 28, p. 71-101, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3476>. Acesso em: 30 set. 2021.

CLARKE, S. **Marx's theory of crisis**. London: Palgrave Macmillan, 1994.

CORSI, F. L. A conjuntura econômica no governo Dilma (2011-2014). *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 93-104.

CORSI, F. L. Notas sobre a política econômica do Governo Dilma. *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 45-68.

DATHEIN, R.; FONSECA, P. C. D. Hegemonia do capital financeiro e estrutura produtiva: determinantes da trajetória da economia brasileira no século XXI. *In*: SASE, 2019. Nova York. **Anais [...]**. Nova York: SASE, 2019.

DE AQUINO, D. C. A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada escassez de força de trabalho. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 4, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17169>. Acesso em: 15 dez. 2020.

DE CONTI, B.; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. *In*: CARNEIRO, R; BALTAR, P; SARTI, F. (Org.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 55-90.

DE PAULA, J. A. A dialética valores e preços. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 20, n. 4, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FvZPcw3jZfyS7CXkPS5Mmtb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2022.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The economics of the profit rate: competition, crises and historical tendencies in capitalism**. Aldershot: Edward Elgar, 1993.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crisis of neoliberalism**. Harvard University Press, 2011.

DUMÉNIL, G; FOLEY, D. The Marxian transformation problem. *In*: VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P.; ROSSER JR., B. J. (Ed.). **The new Palgrave dictionary of economics**. London: Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2018. p. 8441-8452.

FONSECA, P. C. D.; AREND, M.; GUERRERO, G. A. Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do partido dos trabalhadores no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 779-809, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8663623>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FREEMAN, A. The profit rate in the presence of financial markets: a necessary correction. **Journal of Australian Political Economy**, Sidney, n. 70, p. 167-192, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290326713_The_profit_rate_in_the_presence_of_financial_markets_A_necessary_correction. Acesso em: 7 abr. 2021.

GENNARI, A. M. As dimensões da crise do capital e a particularidade brasileira no início do século XXI. *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Editora Oficina Universitária, 2016. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 31-43.

GERMER, C. M. Da taxa média de lucro industrial à taxa média de lucro geral e ao lucro bancário: uma formalização com base em Marx. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 37, n. esp., p. 106-136, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/2231>. Acesso em: 9 ago. 2022.

GOODWIN, R. M. A growth cycle. *In*: GOODWIN, R. M. (Ed.). **Essays in economic dynamics**. London: Palgrave Macmillan, 1982. p. 165-170.

GRAZZIOTIN, H. A.; FORNARI, A. P.; MARQUETTI, A. A. Taxa de lucro e acumulação de capital no Brasil: concepções teóricas, análise histórica e relação de causalidade. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 37, n. esp., p. 176-208, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/2231>. Acesso em: 9 ago. 2022.

GROSSMAN, H. **The law of accumulation and breakdown of the capitalist system**: being also a theory of crises. London: Pluto, 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOFMAN, A. A. Standardised capital stock estimates in Latin America: a 1950-94 update. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 45-86, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23600380>. Acesso em: 19 maio 2021.

HOWARD, M. C.; KING, J. E. **A history of Marxian economics**: volume I. Princeton: Princeton University Press, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Dados macroeconômicos e regionais. **Ipeadata**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ITOH, M. The formation of Marx's theory of crisis. **Science & Society**, Brooklyn, p. 129-155, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40402090>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ITOH, M. **Value and crisis: essays on Marxian economics in Japan**. New York: Monthly Review Press, 1980.

JUSTEN, A.; GURGEL, C. Neoliberalismo, queda da taxa de lucro e política pública do trabalho no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 85, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n85.83222>. Acesso em: 13 nov. 2021.

KLIMAN, A. **The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession**. London: Pluto, 2012.

KLIMAN, A. **The persistent fall in profitability underlying the current crisis: new temporalist evidence**. New York: Marxist-Humanist Initiative, 2010.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARQUES, P. R.; RUGITSKY, F. **Workers' indebtedness and rentier squeeze: rentier income, profit of enterprise, and wages in Brazil (2000–2017)**. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, 2020. (Working paper, 2). Disponível em: <https://madeusp.com.br/en/publications/articles/workers-indebtedness-and-rentier-squeeze-rentier-income-profit-of-enterprise-and-wages-in-brazil-2000-2017/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MARQUETTI, A. A. Estimativa do estoque de riqueza tangível no Brasil, 1950-1998. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 11-37, 2000. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/374>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MARQUETTI, A. A. *et al.* Measuring the profit rate in an inflationary context: the case of Brazil, 1955–2008. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 51, n. 1, p. 52-74, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613416689834>. Acesso em: 2 set. 2021.

MARQUETTI, A. A.; MALDONADO FILHO, E.; LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2003. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 42, n. 4, p. 485-504, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613410375058>. Acesso em: 8 out. 2020.

MARQUETTI, A. A.; MALDONADO FILHO, E.; LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2008. In: CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. (Org.). **World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability**. Chicago: Haymarket Books, 2018. p. 289-320.

MARQUETTI, A. A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 22., 2017, Campinas. **Anais [...]**. Niterói, 2017.

MARQUETTI, A. A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. Profitability and distribution: the origin of the Brazilian economic and political crisis. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 47, n.

1, p. 115-133, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X19887751>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MARTINS, G. K. **Lucratividade, desenvolvimento técnico e distribuição funcional**: uma análise da economia brasileira entre 2000 e 2013. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-09112017-163943/pt-br.php>. Acesso em: 4 ago. 2021.

MARTINS, G. K. ; RUGITSKY, F. The long expansion and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996–2016). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 48., 2019, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: ANPEC, 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MESQUITA, R.; MARQUETTI, A. **Estimativa do estoque de capital fixo na economia Brasileira**: 1950-2003. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. (Texto para discussão PPGE).

MIEBACH, A. D. **O ciclo de crescimento de Goodwin e a parcela salarial na economia brasileira**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7511>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MORANDI, L. **Estimativas de estoque de capital fixo com as novas contas nacionais, Brasil**: 1940-2009. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. (Texto para discussão, 276). Disponível em: http://economia.uff.br/wp-content/uploads/sites/584/2020/10/UFF_TD276.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

MORANDI, L. **Novas estimativas do estoque de capital fixo brasileiro**: 1950-2014. São Paulo: FGV Instituto Brasileiro de Economia, 2016. (Séries históricas).

MORANDI, L.; REIS, E. Estoque de capital fixo no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa, 2011.

PAULANI, L. M. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: neodesenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 135-155, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/32>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PINTO, E. C. *et al.* **A economia política dos governos Dilma**: acumulação, bloco no poder e crise. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

(Texto para discussão, n. 4). Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/06/Economia-política-governo-Dilma.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

RIBEIRO, T. C. **A taxa de lucro na América do Sul (1950-2014)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225772>. Acesso em: 5 abr. 2022.

RUGITSKY, F. **The rise and fall of the Brazilian economy (2004-2015): the economic antimiracle**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/ Universidade de São Paulo, 2017. (Working paper series, 2017-29). Disponível em: http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/FernandoRugitsky_29WP.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

SAAD-FILHO, A. **The value of Marx: political economy for contemporary capitalism**. London: Routledge, 2002.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2015. Disponível em: <https://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SHAIKH, A. Marx's theory of value and the "transformation problem". In: SCHWARTZ, J. (Ed.). **The subtle anatomy of capitalism**. Santa Monica: Goodyear, 1977. p. 106-139.

SHAIKH, A. Neo-Ricardian economics: a wealth of algebra, a poverty of theory. **Review of Radical Political Economics**, New York, v. 14, n. 2, p. 67-83, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/048661348201400207>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SHAIKH, A. The transformation from Marx to Sraffa. In: MANDEL, E.; FREEMAN, A. (Org.). **Ricardo, Marx, Sraffa: the Langston Memorial volume**. London, 1984. p. 43-84.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.85, p. 83-102, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2021.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THEODOSIO, B. M. **Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/ppge-dissertacoes-e-teses.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

WEISSKOPF, T. E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 3, n. 4, p. 341-378, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035429>. Acesso em: 2 abr. 2021.